

CMI RELATÓRIO

Tradução do Relatório R 2010: 3

'Opitanha' Revisitada Avaliação das Implicações do PARPA II no Norte Rural de Moçambique 2006-2009

Inge Tvedten
Margarida Paulo
Carmeliza Rosário

O Instituto Chr Michelsen é um centro independente de pesquisa em desenvolvimento internacional e políticas públicas com foco em países pobres. O Instituto conduz pesquisa básica e aplicada, nas áreas temáticas de direitos humanos, redução de pobreza, reforma do setor público, resolução de conflitos e manutenção de paz. Enfoque geográfico é dado a África do Norte e Sub-sahariana, Oriente Médio, Ásia Central e Sudeste Asiático, e América Latina.

A pesquisa realizada pelo CMI tem como objetivo informar e influenciar políticas públicas assim como contribuir para o debate sobre desenvolvimento internacional. O CMI trabalha com uma vasta rede de pesquisadores parceiros e em estreita cooperação com pesquisadores no Sul.

'Opitanha' Revisitada

Avaliação das Implicações do PARPA II no
Norte Rural de Moçambique 2006-2009

Inge Tvedten (CMI)
Margarida Paulo (UEM)
Carmeliza Rosário (AustralCowi)

R 2010: 3

Número projecto

27042

Título de projecto:

Estudos Qualitativos da Pobreza em Moçambique 2006-2011

Agradecemos de forma especial a Rachi Picardo por sua contribuição importante para este projeto.

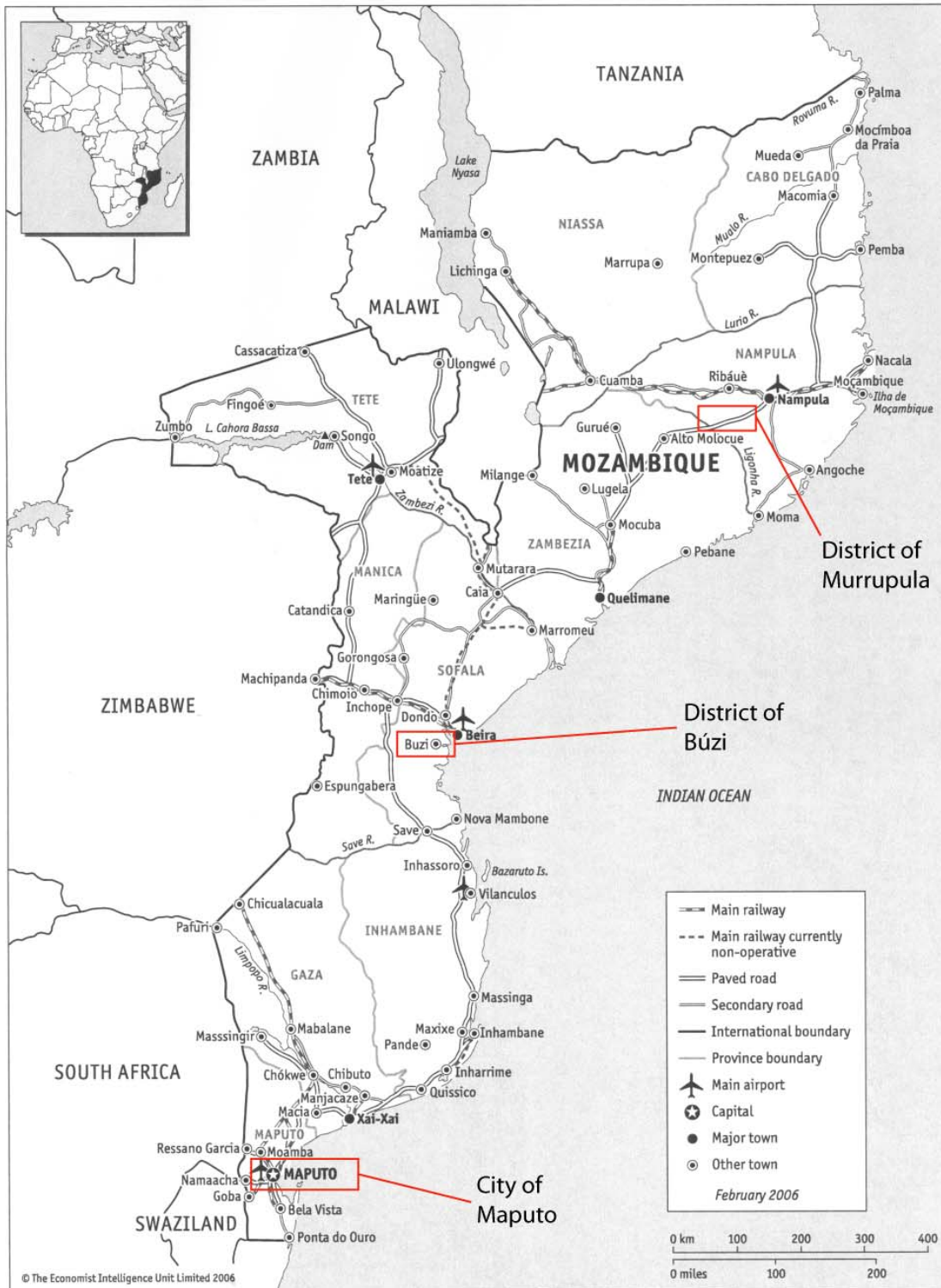
Agradecemos também, pelo trabalho de coleta de dados, a: Emerciana Cândido, Illídio Armando, Maria Rui Matevia, Armindo Jossias, Nélia Mucavele, Hebenizário Bachita, Deliciosa André, Mário Dane Moiane, Alexandre Chitlango, Egídio dos Santos.

Este projeto é financiado pelo Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (Department for International Development [DfID])”

Índice

1. INTRODUÇÃO	1
2. ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA POBREZA	3
3. ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA DO DISTRITO	8
3.1 ANTECEDENTES	8
3.2 ADMINISTRAÇÃO E GOVERNAÇÃO	9
3.3 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	13
3.4 RECURSOS HUMANOS	16
3.5 QUESTÕES SECTORIAIS CRUZADAS	18
3.6 RESUMO	19
4. DINÂMICAS DA POBREZA E BEM-ESTAR	20
4.1 INTRODUÇÃO	20
4.2 PRINCIPAIS DINÂMICAS DA POBREZA	20
4.3 CARACTERÍSTICAS DO AGREGADO FAMILIAR	24
4.4 EMPREGO E RENDIMENTO	26
4.5 BENS E CONSUMO	31
4.6 EDUCAÇÃO E SAÚDE	35
4.7 CAPITAL SOCIAL E CULTURAL.....	39
4.8 DIRECÇÕES DE MUDANÇA OBSERVADAS.....	44
4.9 RELAÇÕES SOCIAIS DE POBREZA E BEM-ESTAR.....	46
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	51
5.1 CONCLUSÕES	51
5.2 RECOMENDAÇÕES.....	53
QUESTIONÁRIO	57
BIBLIOGRAFIA	76

Mapa 1: Moçambique e Locais do Projecto no Terreno



1. Introdução

Este relatório faz parte dos esforços para monitorar e avaliar as implicações da Estratégia de Redução da Pobreza em Moçambique PARPA II (GdM 2005). Foram já realizados três estudos qualitativos e participativos em três áreas diferentes do país: um no Distrito de Murrupula na Província de Nampula (Tvedten, Paulo & Rosário 2006); um em quatro bairros da capital Maputo (Paulo, Rosário & Tvedten 2007); e um no Distrito do Buzi na Província de Sofala (Rosário, Tvedten & Paulo 2008). Cada um destes estudos será acompanhado para se verificar as alterações nas relações sociais e percepções culturais de pobreza e bem-estar, através da visita às mesmas administrações locais, às mesmas comunidades e aos mesmos agregados familiares após um período de três anos. Este é o primeiro relatório da série de três estudos de acompanhamento, estando os estudos em Maputo e no Buzi planeados respectivamente para 2010 e 2011.

Foram feitos esforços consideráveis para monitorar e avaliar a Estratégia de Redução da Pobreza em Moçambique. Entre os esforços mais importantes contam-se o Balanço do Plano Económico e Social feito anualmente pelo Governo; o processo de avaliação conjunta pelo Governo e doadores (Revisão Conjunta e Quadro de Avaliação do Desempenho); publicações importantes do Instituto Nacional de Estatística INE, incluindo o Recenseamento de 2009, o Estudo dos Indicadores Múltiplos (2009) e o Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (a realizar em 2010); e diversos estudos individuais de organizações Moçambicanas e internacionais (Banco Mundial 2005; UNICEF 2006; Hanlon & Smart 2008, RoM 2008). Além disso, foi recentemente produzido um Relatório de Avaliação de Impacto (RAI) do PARPA II como um todo (MPD 2009) – apoiado por diversos estudos de avaliação individuais (ver e.g. Kelly 2009; Roque 2009). Os nossos estudos qualitativos baseiam-se fortemente nos dados – principalmente quantitativos – destes relatórios, e pretendem substanciá-los e complementá-los. Como argumentámos em referência a Kanbur e Scaffer (2007), a informação qualitativa é útil pelas seguintes razões:

“...melhora o desenho do estudo dos agregados familiares; interpreta conclusões contra-intuitivas ou surpreendentes dos estudos sobre o agregado familiar; explica as razões que estão por trás dos resultados observados; aprofunda as motivações subjacentes ao comportamento observado; sugere a direcção de causalidade; avalia a validade de resultados quantitativos; entende melhor categorias conceptuais como trabalho, agregado familiar, etc.; facilita a análise de categorias de diferenciação social localmente significativas; fornece uma dimensão dinâmica para os dados de um estudo do agregado familiar feito uma única vez.”

Fizemos este relatório tendo em conta os seguintes pontos de partida (ver Tvedten, Paulo & Rosário 2006 para mais detalhes): em termos da nossa *abordagem analítica*, somos de opinião que as condições sócio-económicas de pobreza e bem-estar são o resultado de, por um lado, uma combinação de desenvolvimentos históricos e condições estruturais, políticas e económicas e, por outro lado, das próprias práticas da população no que respeita a relações sociais e construções culturais complexas. As estruturas políticas e económicas têm um efeito poderoso e mesmo determinante sobre a acção humana e a forma dos acontecimentos, mas também há lugar para a intervenção humana e vidas comuns na forma de estratégias e acções para mobilidade social (Bourdieu 1990; Ortner 2006). Para o desenho de políticas de redução de pobreza é vital uma compreensão apropriada da importância relativa dos constrangimentos estruturais e da intervenção humana.

A nossa *definição de pobreza* está estreitamente ligada a esta abordagem analítica. A pobreza é geralmente entendida como a falta de rendimento e de bens para satisfazer as necessidades básicas

na forma de alimentos, vestuário e abrigo (aliviada através de uma combinação de *oportunidades* acrescidas e aumento da *capacidade* para capitalizar as oportunidades disponíveis); um sentimento de falta de oportunidades para opinar e de impotência em relação às instituições da sociedade e do estado (aliviado através de um aumento do *empoderamento*); e vulnerabilidade a choques adversos, ligada à capacidade de lidar com eles não obstante as relações sociais e instituições legais (aliviada através do aumento da *segurança*). 'Os pobres' foram identificados através de uma combinação de dados quantitativos sobre o rendimento e consumo e das categorizações *emic* locais dos que estão em melhor situação, dos pobres e dos destituídos. Combinámos esta definição com um enfoque nos pilares definidos no PARPA como particularmente críticos para a redução da pobreza e que são i) governação; ii) capital humano; iii) desenvolvimento económico e iv) as questões transversais de género e HIV-SIDA.

Em termos de *metodologia*, usamos uma combinação de entrevistas com parceiros chave no governo, na administração distrital e nas comunidades; estudos adaptados sobre o agregado familiar, com um enfoque particular nas relações sociais; e um conjunto de métodos participativos em cada local de estudo. A pesquisa foi feita com 120 agregados familiares que voltarão a ser visitados na segunda parte dos estudos (i.e. como 'painel de dados'). Os métodos participativos incluem *histogramas* (para mapear processos e acontecimentos considerados particularmente importantes para as actuais condições sócio-económicas de bem-estar e pobreza); *mapeamento da comunidade* (para mapear as instituições e pessoas consideradas mais importantes no que se refere às condições contemporâneas de bem-estar e pobreza); *classificação da prosperidade* (para captar a própria percepção da comunidade sobre pobreza e bem-estar e sobre as categorias de destituídos, pobres e em melhor situação); diagramas de Venn (para identificar relações e redes sociais usadas pelas diferentes categorias de pobres e em melhor situação como parte das suas estratégias de sobrevivência); e *análise de forças de impacto* (para captar percepções sobre quais as condições [políticas, económicas, sócio-culturais] que podem inibir ou acelerar a mudança e o desenvolvimento na comunidade).

Este relatório de acompanhamento deve de preferência ser lido juntamente com o relatório de base '*Opitanha. Relações Sociais da Pobreza Rural no Norte de Moçambique* (Tvedten, Paulo & Rosário 2006), que contém informação contextual relevante sobre Moçambique, a província de Nampula e do distrito de Murrupula. O relatório e o resumo que o acompanha estão disponíveis em www.mpd.gov.mz e www.cmi.no nas versões em Inglês e em Português.

O Capítulo 2 deste relatório contém uma avaliação crítica do estado actual da estratégia de redução da pobreza em Moçambique e do RAI em particular, o que significa "ser [não] apenas o instrumento para verificação cruzada de todas as fontes e tipos de informação relevante, mas um documento analítico e explicativo em termos de tratamento das questões de atribuição (relações entre causas e efeitos) (GdM 2005:154). O Capítulo 3 trata da questão crítica da governação, com um particular enfoque na Administração do Distrito de Murrupula e a sua relação com as instituições comunitárias tradicionais. As administrações de distrito estão, por assim dizer, na ponta final da implementação ou na 'linha da frente' dos esforços do governo para reduzir a pobreza. No Capítulo 4 discutiremos e analisaremos as mudanças na pobreza e bem-estar que tiveram lugar nos últimos três anos no distrito de Murrupula, centrando-nos nas áreas de preocupação salientadas no PARPA II bem como nas realçadas pela própria população. O Capítulo 5 encerra o estudo e fornece um conjunto de recomendações preliminares.

2. Estratégia de Redução da Pobreza

Com o PARPA II a chegar ao fim, Moçambique e os seus doadores participaram ao longo de um período de dez anos numa estratégia activa de redução da pobreza. Embora praticamente todos os países da África Subsariana sigam estas estratégias, Moçambique é único no sentido em que era extraordinariamente pobre e recebia uma ajuda ao desenvolvimento invulgarmente elevada: no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (PNUD 2009), o país está actualmente classificado na posição 172 em 177 países, e a ajuda ao desenvolvimento é aproximadamente de USD 1,9 biliões e constitui cerca de 40% do orçamento de estado do país (OECD/DAC 2010). Embora outros processos globais ou trans-nacionais, como alterações do clima, crise alimentar, comércio internacional, investimentos directos estrangeiros e remessas dos emigrantes, possam ser mais importantes para a pobreza e bem estar em muitos países em desenvolvimento, pode-se dizer com segurança que a ajuda é determinante no caso de Moçambique.

Há indicadores positivos em termos de redução global da pobreza no país. A contagem oficial da pobreza baseada no consumo reduziu de 69% em 1997 para 54% em 2003. A meta para 2009 era 45%. Diversos indicadores sociais importantes também mostraram sinais positivos, tais como a matrícula na escola primária; a redução da mortalidade infantil; e o acesso a água potável (INE 2009, ver também Kelly 2009 para uma abordagem alternativa baseada na destituição). Todavia, há ainda um alto grau de incerteza com relação a contagem da pobreza para o período 2008/2009, que acredita-se estar ao redor de 55-60 por cento de acordo com dados IAF ainda não publicados. Há também desenvolvimentos preocupantes resultantes do elevado grau de dependência contínua da ajuda; baixos níveis do cumprimento de metas em outras áreas de redução da pobreza, como a produção agrícola, igualdade de género e nutrição infantil; continuação de grandes discrepâncias regionais no consumo – bem como nos indicadores sociais; e indicações de que as secções mais pobres da população – incluindo muitas mulheres – podem estar em processo de serem excluídas dos desenvolvimentos em curso (Hanlon e Smart 2008; Tvedten, Paulo & Montserrat 2008; Waterhouse 2009).

Tomado em conjunto, isto deve conduzir a um debate principal sobre ajuda e desenvolvimento em Moçambique, entre o governo e os doadores, para além das deliberações mais técnicas que resultaram das Revisões Conjuntas anuais (PAP 2009) e do exercício do RAI (MPD 2009). Num certo nível isto relaciona-se com a própria noção de desenvolvimento, várias vezes visto como “um ideal, um futuro imaginado pelo qual lutam as instituições e os indivíduos” e “um mito destrutivo, um capítulo insidioso, falhado, na história da modernidade” (Edelman e Haugerud 2005). E relaciona-se com a própria base lógica da ideia de ajuda e engenharia social para o desenvolvimento, com comentadores influentes como Jeffrey Sachs (2005) a argumentarem que acabar com a pobreza requer o dobro da ajuda e William Easterly (2006) argumentando com igual vigor que a ajuda é parte do problema e não da solução dos problemas dos países pobres.

Embora os debates a um tal nível de abstracção possam não ser muito construtivos quando Moçambique está a entrar num novo ciclo de planeamento de cinco anos, apontam na direcção de questões mais práticas que *deviam* ser discutidas. Uma das questões é o elevado grau de *dependência da ajuda* em Moçambique e as suas implicações no sentimento nacional de propriedade do processo de desenvolvimento (Renzi e Hanlon 2009). A proporção da ajuda ao Rendimento Nacional Bruto é excepcionalmente alta no país, com sinais de declínio limitados. E a

ajuda estrangeira (ODA) equivale actualmente a 42% do orçamento do estado.¹ Isto por si só torna o país dependente dos fundos internacionais para o seu programa de desenvolvimento, e vulnerável às mudanças no nível e ritmo do apoio.² Mudanças no nível de ajuda estrangeira para alguns setores aparecem na Tabela 1. Além disso, têm sido colocadas questões legítimas sobre o impacto real do governo em relação às quase contínuas negociações com os doadores através do Processo de Revisão Conjunta e ao grande número de acordos bilaterais (PAP 2009). Alguns comentadores têm argumentado que esta dependência obriga o governo a ser responsável em primeiro lugar perante a comunidade de doadores, à custa da população que é suposto servir – apontando para o rápido decréscimo da participação de votantes nas eleições como uma indicação desse processo (Whitfield 2009).³

Tabela 1: Ajuda estrangeira a Moçambique, setores selecionados 2006-2008 (em dólares americanos 2007)

Setor	2006	2007	2007
Infraestrutura social	659	784	909
Infraestrutura econômica	275	241	182
Agricultura	71	61	115
Apoio ao orçamento	272	313	452
Apoio a ONGs	5	4	4
Outros	198	277	188
Total	1480	1680	1850

Fonte: OECD-DAC.

Olhando mais explicitamente para as *políticas de desenvolvimento* efectivamente defendidas através do PARPA, elas enquadram-se num paradigma de desenvolvimento neo-liberal em que o sector privado é visto como o motor principal do crescimento e redução da pobreza – com um estado ‘permissivo’ ao qual é dada a responsabilidade pelo ‘desenvolvimento social’ (GdM 2005). Isto é, até certo ponto, um reflexo de uma luta mais antiga em Moçambique entre um modelo neo-liberal de mercado advogado pelas IFIs (o ‘vencedor’), e um modelo Nórdico no qual o estado tem um papel mais intervencionista no desenvolvimento (o ‘derrotado’) (Renzio e Hanlon 2009)⁴. As políticas de redução da pobreza prevalentes podem também ser vistas como combinando uma política económica liberal ‘a pingar’ com uma ênfase nos sectores sociais – em que a ideia é que, com os melhoramentos no desenvolvimento humano (educação, saúde), os pobres serão capazes de se relacionarem construtivamente com as oportunidades económicas. O desafio neste caso é que os mais pobres parecem estar actualmente efectivamente marginalizados e excluídos do desenvolvimento económico e social, encontrando-se em posições de destituição ou de pobreza crónica (Hanlon 2007; Roque 2009; ver também Dfid 2005).

¹ Dito isto, deve-se manter em mente as proporções. Enquanto o orçamento do estado Moçambicano representa uma despesa per capita de USD 116, o orçamento de estado de um país como a Noruega representa uma despesa per capita de USD 26.770.

² Isto foi recentemente realçado pela retenção de fundos do apoio ao orçamento por parte dos doadores do G-19, para pressionar o governo a fazer concessões relacionadas com questões de boa governação (Media-Fax 25.03.2010).

³ Há também comentadores que argumentam que o aparente ‘equilíbrio patológico’ (Renzio e Hanlon 2009:265) na relação entre o governo e os doadores é uma situação de facto que é aceitável para ambos: os doadores são ‘autorizados’ a intervir nos sectores sociais e no cumprimento dos ODMs, enquanto o governo é autorizado a adiar reformas na governação incluindo a luta contra a corrupção.

⁴ O ‘Modelo Nórdico’ ganhou ultimamente mais credibilidade, mesmo entre críticos anteriores que o viam como ‘socialismo disfarçado’, dado que as economias Nórdicas conseguiram combinar um alto nível de capital social e segurança com o estarem entre as economias mais competitivas do mundo.

São também justificadas as discussões no que respeita aos *canais de ajuda* mais eficientes em Moçambique. Embora o FMI e o Banco Mundial como instituições financeiras internacionais tenham tido um forte impacto na mudança das políticas económicas e paradigmas de desenvolvimento desde 1975, os doadores bilaterais parecem ter uma excepcionalmente forte influência sobre as prioridades da ajuda através da importância crescente do apoio ao orçamento (perfazendo actualmente mais de 24% da ajuda total) e do processo de revisão conjunta que o acompanha. O sistema das NU, frequentemente visto como tendo um nível mais elevado de representatividade e de legitimidade política, parece ter uma influência relativamente limitada para além do seu papel ligado às emergências (como o PMA), produzindo dados sobre desenvolvimento (como o UNICEF e o PNUD) e prosseguindo agendas mais restritas com impacto limitado (como o FNUAP e o UNIFEM).⁵ Também o sector das ONG, frequentemente acreditado como estando em contacto mais directo com os pobres que constituem o grupo alvo final da ajuda, parece estar relativamente enfraquecido em termos da sua influência sobre a agenda de desenvolvimento quando comparado com a situação em outros países (Lewis and Kanji 2009).

No PARPA, a pobreza é amplamente definida como “a impossibilidade, devido à incapacidade e/ou falta de oportunidade, de indivíduos, famílias e comunidades terem acesso às condições básicas mínimas, de acordo com os padrões básicos da sociedade” (GdM 2005: 8). Embora esta definição crie espaço para um conjunto potencialmente complexo de abordagens e análises (quais são os factores e processos que definem ‘oportunidades’ e como é que estes variam perante cenários diferentes?) e pobreza (o que são e quem define “os padrões básicos da sociedade?”), a meta geralmente referida é reduzir a contagem de pobreza com base no consumo de 54% em 2003 para 45% em 2009 (DNPO 2004; GdM 2005). O PARPA II enquadra-se num conjunto de políticas macro-económicas⁶ e concentra-se em quatro pilares de intervenção para alcançar este objectivo – cada um com as suas próprias sub-metas e indicadores específicos. Os pilares são i) governação, ii) desenvolvimento económico, iii) capital humano e iv) questões transversais (GdM 2005:2). Os pilares foram subdivididos nas áreas reflectidas na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1. Principais Pilares do PARPA

‘Pilar’	Tópico
Macroeconomia	Crescimento e estabilidade macro-económica Gestão das finanças públicas
Governação	Reforma do sector público Descentralização Reforma do sistema judicial
Desenvolvimento Económico	Sector financeiro Sector privado Agricultura Infra-estruturas Energia
Capital Humano	Saúde Educação Água e saneamento
Tópicos transversais	Ambiente Género HIV-SIDA Segurança alimentar

⁵ As Nações Unidas não fazem parte do cenário da Parceria do Programa de Ajuda (PAP).

⁶ No RAI, a ‘macroeconomia e a pobreza’ são introduzidas como o primeiro de cinco ‘pilares’ separados, mas este não foi o caso no documento original do PARPA II.

Infelizmente, permanece incerto até que ponto foi atingido o objectivo global de redução da pobreza, dado que o seguimento do “Inquérito aos Agregados Familiares sobre o Orçamento Familiar, IAF” de 2003 (INE 2004) não estava ainda finalizado na altura em que escrevemos. O estudo de seguimento será publicado em 2010. Contudo, o RAI apresenta um grande número de dados sobre até que ponto foram atingidas as metas mais específicas relacionadas com cada pilar individual. Como se vê na Tabela 2, as metas estão realmente longe de totalmente atingidas. A taxa de realização varia entre 52% para o pilar dos recursos humanos e 0% para o pilar da governação, com uma proporção relativamente grande de metas para as quais ainda não há dados relevantes disponíveis (47%) ou que permanecem ‘sem meta’ (15%).

Tabela 2. Realização das Metas do PARPA II (em percentagem)

Meta	Macro-economia	Govern- ação	Desenvolvi- mento Económico	Capital Humano	Questões Transver- -sais	Total
Atingida	33	0	35	52	12	31
Não atingida	11	14	43	19	12	22
Não disponível	56	0	18	29	70	47
Sem meta	0	86	4	0	6	15

Fonte: MPD 2009.

Estes resultados, tal como são apresentados pelo RAI, levantam duas questões importantes que devem ser mais analisadas e discutidas antes de entrar num novo programa de redução da pobreza deste tipo. Uma diz respeito às razões do não cumprimento de uma tão grande proporção das metas originalmente estabelecidas para o PARPA. As questões centrais colocadas neste exercício devem ser:

1. O principal desafio encontra-se na formulação das políticas e das suas metas como tal, o que coloca questões sobre os objectivos políticos dos doadores, conhecimento institucional e competência nas organizações de ajuda, interesses investidos entre os parceiros do norte, etc.?
2. Ou o principal desafio encontra-se no lado que recebe, sob a forma de resistência à reforma da governação, fraca capacidade de implementação, agendas alternativas ou relações de poder enviesadas entre os tomadores de decisão e a população alvo?
3. E quais são os sectores e canais mais eficazes para atingir as secções mais pobres da população Moçambicana, que constituem o principal grupo alvo das políticas de redução da pobreza no país?

O segundo aspecto diz respeito à questão das avaliações de impacto ou ‘atribuição’. O sistema de verificação do impacto da estratégia de redução da pobreza baseia-se principalmente em dados quantitativos e correlações entre input (ajuda) e output/resultado (resultados/mudanças físicas no consumo), mas permanecem grandes pontos de interrogação sobre a actual causalidade entre ambas. Isto relaciona-se em parte com o problema de isolar a ajuda de outros factores que influenciam a pobreza e o bem-estar (ver acima). De um modo geral os economistas, incluindo os que têm lidado com estas questões em Moçambique, parecem ser ‘optimistas qualificados’ a este respeito: embora reconhecendo que os resultados ligados ao crescimento económico são, na melhor das hipóteses, duvidosos, tendem a identificar implicações positivas ao nível micro que podem ter a longo prazo efeitos positivos no desenvolvimento (Sachs 2005; Arndt et al. 2009).

Todavia, o desafio de medir as implicações do PARPA para a redução da pobreza em Moçambique está também relacionado com o facto de muitos aspectos da pobreza, como definidos pelo PARPA, simplesmente não poderem ser quantificados. Como argumentámos várias vezes nos nossos

relatórios, os dados quantitativos fornecem informação valiosa sobre o mapeamento, perfil e determinantes⁷ da pobreza, mas precisam de ser contextualizados e qualificados por análises qualitativas para melhor se compreender as estratégias de sobrevivência dos pobres e a dinâmica da pobreza ao longo do tempo.

Esta série de relatórios é uma tentativa modesta de o fazer: através de uma combinação de dados quantitativos e qualitativos, procuramos mostrar e explicar o que acontece quando as políticas de redução da pobreza do PARPA e as intervenções que o acompanham atingem o nível das comunidades locais, como Murrupula, com as suas próprias realidades sociais e percepções culturais.

⁷ Com base nos dados de 2002/2003 do Inquérito Nacional aos Agregados Familiares IAF, Chiconela (2004) definiu três determinantes chave da pobreza em Moçambique, nomeadamente i) o baixo nível de educação nos agregados familiares; ii) os altos níveis de dependência dentro do agregado familiar; e iii) os baixos retornos da agricultura comparados com os de outras actividades económicas

3. Administração e Economia do Distrito

3.1 Antecedentes

O distrito de Murrupula, que é o objecto deste estudo, está localizado na província de Nampula no norte de Moçambique (Mapa 1). A história geral, economia política e características sócio-económicas da província foram resumidas no nosso primeiro relatório sobre Murrupula (Tvedten, Paulo & Rosário 2006), mas são úteis algumas actualizações. Durante o período 2006-2009 a província tornou-se a mais populosa de Moçambique, com 4,1 milhões de habitantes que representam 20% da população do país no total de 20,5 milhões (INE 2009). Tem também a maior densidade populacional, com 50 habitantes por km², contra uma média nacional de 26. Ao mesmo tempo, Nampula experimentou uma das mais elevadas taxas de urbanização do país, e a cidade de Nampula é a terceira maior cidade de Moçambique com 477.000 habitantes (INE 2009). Politicamente, a Frelimo parece estar a ganhar terreno à custa da Renamo. Em 2009, a Frelimo e Guebuza venceram as eleições presidenciais com 66,8% dos votos (acima dos 50% de 2004), e a Renamo e Dhlakama obtiveram 27,4% dos votos (abaixo dos 44% de 2004). Ao mesmo tempo, a percentagem de votantes permaneceu baixa com 37,8% (EISA 2009).

Em termos de contagem da pobreza, dados de 1996/1997 e 2002/2003 sugerem uma redução em Nampula de 68,7 por cento para 53,2 por cento (Tabela 3). Infelizmente, dados para 2008/2009 não estavam disponíveis no período desta pesquisa (Maio 2010).

Tabela 3. Contagem da Pobreza por Província

Província	1996/97	2002/03	2009/10
Urbana	61.7	51.6	n.d.
Rural	71	55.2	n.d.
Niassa	69.9	49.5	n.d.
Cabo Delgado	56.8	62.8	n.d.
Nampula	68.7	53.6	n.d.
Zambézia	68.0	45.0	n.d.
Tete	80.3	58.7	n.d.
Manica	62.3	44.4	n.d.
Sofala	88.2	34.1	n.d.
Inhambane	83.8	81.1	n.d.
Gaza	65.4	59.7	n.d.
Maputo	64.8	71.0	n.d.
Cidade de Maputo	47.3	53.2	n.d.
Total	69.1	54.1	n.d.

Fonte: Fox et al. 2005; INE 1998 e 2004.

Olhando mais especificamente para as mudanças nas características sócio-económicas da província, A tabela 4 apresenta dados da Pesquisa Nacional de Agregados Familiares para 2002/2003. Já que os resultados da pesquisa para 2008/2009 não estavam disponíveis, tivemos que confiar nas estatísticas mais recentes de outras fontes, ainda que não sirvam igualmente para comparação, com a finalidade de indicar tendências (INE 2009 a e b).

Tabela 4. Indicadores Sociais Básicos para Moçambique e Nampula

Itens	Mozambique 2002/03	Nampula 2002/03	Nampula 2009/10
Geografia			
Superfície (km ²)	799,380	81,606	81.606
População	19.8	3.6	4.0
Densidade populacional (por km ²)	21.6	40.0	48.8
População rural / urbana (%)	68.8 / 31.2	70.2 / 29.8	71.4/28.6
Características do agregado familiar			
Tamanho médio do agregado familiar	4.8	4.4	4.0
Rácio de dependência (%)	99.0	102.1	n.d.
Agregados familiares chefiados por mulheres (%)	16.0	15.4	24.5
Actividades económicas			
População economicamente activa (%)	83	87.6	71.2
Emprego próprio / familiar (%)	87.7	89.2	n.d.
Proporção empregada na agricultura (%)	80.5	82.8	83.4
Rendimento mensal per capita (MT)	325	229	n.d.
Despesa mensal per capita (MT)	324,394	238,310	n.d.
Agregados familiares que possuem uma bicicleta (%)	28.1	26.7	35.2
Agregados familiares que possuem um rádio (%)	45.5	48.3	46.4
Educação			
Taxa líquida de matrícula na escola primária (%)	61	46.3	49.4
Taxa de analfabetismo masculino (%)	48.7	36.7	46.5
Taxa de analfabetismo feminino (%)	68	81.4	77.4
Saúde			
Taxa de mortalidade infantil (0-1 anos)	124	164	127
Taxa de mortalidade infantil (0-5anos)	178	220	140
Mal-nutrição crónica (0-5 anos)	41	42	51
Taxa de fertilidade total	5.5	6.2	5.9
HIV/SIDA (15-49 anos)	13.6	8.1	n.d.
Indicadores de pobreza			
Contagem de pobreza (%)	54.1	52.6	n.d.
Intervalo/profundidade da pobreza (%)	19.9	18.7	n.d.
Gravidade/intervalo de pobreza elevado ao quadrado (%)	9.9	8.6	n.d.

Fontes: INE 2004; Fox et al. 2005; Banco Mundial 2006 e INE 2009a e b; MPD 2010.

3.2 Administração e Governação

O distrito de Murrupula é um dos 21 distritos da província de Nampula (ver o Mapa 2). Consiste em três postos administrativos (Murrupula, Chinga e Nehessie) e um total de seis localidades que constituem a mais pequena unidade administrativa formal. De acordo com os recenseamentos nacionais, a população do distrito aumentou de 101.745 em 1997 para 140.311 em 2007 (INE 2009), o que representa um aumento populacional anual de 3,3%. Segundo a administração distrital, o aumento de população foi particularmente alto no Posto Administrativo de Murrupula, que é principalmente formado pela capital do distrito, a Vila de Murrupula, e por comunidades ao longo da Estrada Nacional que o atravessa em direcção ao centro e sul de Moçambique (dados oficiais ao nível de administração de postos não estavam disponíveis durante a pesquisa).

DISTRITO DE MURRUPULA, NAMPULA PROVINCE

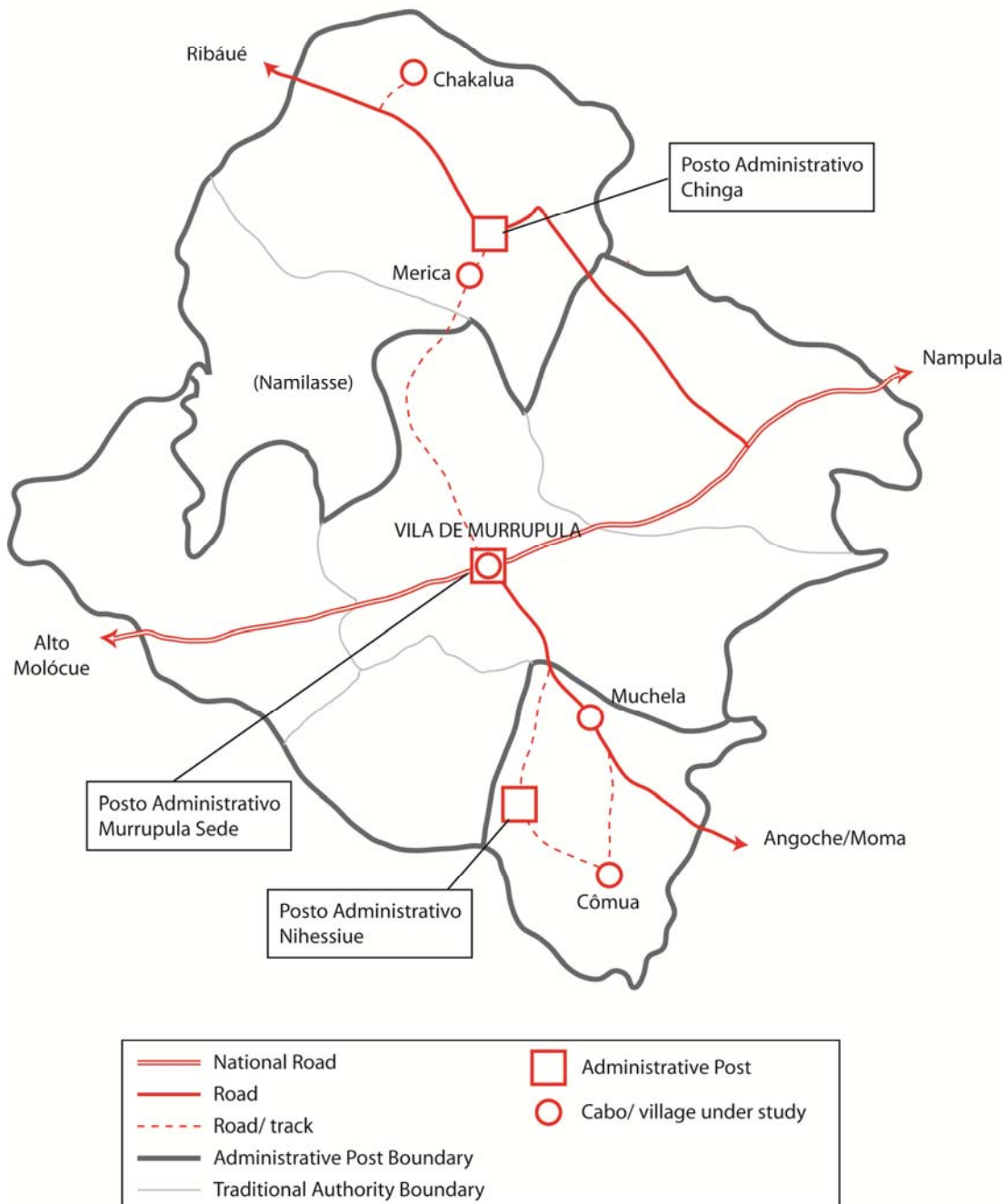


Tabela 5. População do Distrito de Murrupula em 1997 e 2007

Área	1997	2007
Posto Administr. de Murrupula	69.840	n.d.
Posto Administrativo de Chinga	6.801	n.d.
Posto Administr. de Nehessiue	25.104	n.d.
Total	101.745	140.311

Fonte: INE 2009.

Ao regressar ao distrito de Murrupula em Novembro de 2009, após um período de 3,5 anos, as mudanças tornaram-se imediatamente visíveis. A estrada principal entre a cidade de Nampula e Murrupula tinha melhorado consideravelmente e vimos mais casas e machambas ao longo da estrada. O entroncamento da estrada principal com a estrada secundária para a Vila tinha crescido, estando os mercados informais muito maiores e com vários estabelecimentos comerciais novos e moradias. Chegando à Vila, esta tinha também crescido em dimensão como se tornava evidente através de um muito maior mercado informal, novos edifícios públicos (incluindo uma escola secundária) e um grande número de novas casas nos bairros por onde passávamos. Voltando às instalações da Administração Distrital, tinham sido renovadas e tinha sido construído um novo edifício que albergava a “Secretaria do Distrito de Murrupula”. Todavia, a mudança mais notável viu-se ao anoitecer: a Vila tinha recebido electricidade desde a última vez que lá tínhamos estado e ao longo da rua principal várias casas e partes do mercado estavam iluminadas, com pessoas frequentando as ruas e becos como antes não acontecia.

A visita à administração distrital um dia após a nossa chegada, para termos reuniões e discutir os desenvolvimentos, também contrastou fortemente com as nossas primeiras reuniões em 2006. O número de empregados tinha aumentado de 54 para 67, vários membros do pessoal tinham recebido ou estavam em processo de receber educação adicional,⁸ e enquanto em 2006 todos os dados e outra informação estavam escritos à máquina ou à mão, agora recebíamos os relatórios relevantes num memory-stick. A Administração Distrital era ainda dominada por homens, com apenas 10% de mulheres e nenhuma em posições de gestão.

Com o actual sistema de governação e administração distrital, o governo da Frelimo (efectivamente o governo provincial) ainda designa o pessoal de gestão. O Administrador do Distrito de Murrupula e o Secretário Permanente eram os mesmos de 2006, mas o Chefe da Secretaria era novo e tinha sido transferido de outro distrito. Encontrámos também os mesmos chefes nos três Postos Administrativos do distrito. As suas condições de trabalho e estatuto tinham melhorado com a construção de um escritório separado (Nehessiue) e uma residência formal para o chefe de posto (Chinga). Além disso, as estruturas formais do governo tinham sido alargadas de cinco para seis localidades. O estatuto e papel dos chefes de localidade não eram ainda claros, continuando sem quaisquer recursos e travando pequenas batalhas pelo espaço político e social com os líderes tradicionais (régulos e cabos).

O número de líderes tradicionais do distrito na folha de salários do estado permanece o mesmo que em 2006, com 7 Régulos, 35 Cabos e 130 Chefes de Povoação. O seu “exercício de equilíbrio” consiste em se relacionarem com as estruturas do governo formais das quais recebem a remuneração, ao mesmo tempo que mantêm a sua relação com a ‘tradição’ e o apoio popular. Embora a relação entre as estruturas políticas formais e os líderes tradicionais fosse de tensão e

⁸ Isto faz parte do PPF (Programa das Finanças Descentralizadas) para impulsionar a competência e capacidade ao nível distrital. Ainda que importante, o programa tem conduzido também a que o pessoal da gestão permaneça afastado por longos períodos de tempo. Na altura da nossa visita foi-nos dito que 15 membros do pessoal estavam envolvidos no programa.

incerteza em 2006 (a maioria dos líderes tradicionais ainda não recebia salário nessa altura), a relação está agora mais 'estável' devido à 'co-optação' e clarificação de papéis. Todos os régulos e cabos estão agora a receber salário (respectivamente 600 MT e 450 MT por trimestre).

Murrupula era tradicionalmente uma área da Renamo, e mostrámos no nosso primeiro relatório que as partes do distrito com maior apoio à Renamo (Chinga e a localidade de Namilasse em particular) tinham sido marginalizadas das intervenções de desenvolvimento em curso. A Administração Distrital mudou aparentemente de estratégia, focando mais a sua atenção nestas áreas.⁹ Talvez em parte como resultado disto, a paisagem política parece ter-se voltado para a Frelimo e Armando Guebuza à custa da Renamo e Afonso Dhlakama (Tabela 5) – com um aumento no número de eleitores que compareceram as urnas (total de votos entrados) de 22 por cento para 36 por cento em 2009, o que sugere uma mudança de uma situação de fadiga política ou de resistência para uma de apoio ao governo ou co-optação.

Tabela 6. Resultados das Eleições Presidenciais no Distrito de Murrupula em 2004 e 2009

Item	2004 (atual)	2009 (amostra)
Total de votos entrados	21,8	35,8
Armando Guebuza	49,6	67,8
Afonso Dhlakama	42,3	27,5
Outros	8,2	4,6
Votos em branco e anulados	8,3	18,2

Fonte: EISA (dados de 2004), comunicação pessoal Joseph Hanlon (dados de 2009)

Com o sistema de designar em vez de eleger as administrações distritais, as Instituições para Participação e Consulta das Comunidades (IPCCs) tornaram-se o principal canal de prestação de contas entre a administração por um lado e os líderes tradicionais e a população por outro. Estas instituições, das quais as três bancadas dos Conselhos Consultivos são as mais importantes, foram estabelecidas em 2006 como resultado da Lei dos Órgãos Locais do Estado - LOLE (RdM 2005). O PARPA II refere-se às IPCCs como um instrumento essencial na implementação e monitoria do PARPA II, e os principais foruns onde as administrações locais avaliarão a "qualidade, utilidade, acessibilidade e sustentabilidade" das intervenções de desenvolvimento previstas no PARPA II (Orre et al. 2009).

O Conselho Consultivo Distrital (CCD) estava em processo de ser estabelecido em Murrupula, quando efectuámos o nosso trabalho de campo para o primeiro relatório em 2006. Para além dos representantes da administração e das autoridades tradicionais, o CCD inclui representantes da sociedade civil, das igrejas, do sector privado e 'pessoas de particular estima'. O número de membros do CCD era 58, com 30% de mulheres (o que está de acordo com o prescrito na lei). Desde então foram estabelecidos três Conselhos Consultivos de Postos Administrativos (CCPAs) e seis Comitês de Desenvolvimento Local (CDLs). O CCD reúne-se regularmente quatro vezes ao ano, enquanto que os CCPAs e os CDLs têm reuniões mais esporádicas. Num dos cabos onde trabalhámos o CDL tinha nove membros, cada um com a sua área específica de responsabilidade (segurança, estradas, água, ambiente, género, etc.). Tomámos parte numa das suas reuniões e o seu trabalho é levado a sério. Contudo, sem quaisquer recursos a única opção que têm para realmente fazerem qualquer coisa tangível é relacionarem-se com as ONGs. Neste caso particular, foram formalmente estabelecidas na área três ONGs, mas sem actividades correntes. O papel principal dos Conselhos Consultivos tornou-se, como veremos abaixo, o que diz respeito ao processo à volta dos

⁹ Este é particularmente o caso de Namilasse, que é a única localidade com novos edifícios administrativos e painéis solares e que recebeu nova infra-estrutura social para a educação e saúde.

'7 milhões de MT' do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local-OIIL (agora Fundo de Desenvolvimento Distrital - FDD).

3.3 Desenvolvimento Económico

A informação prestada pela Administração Distrital de Murrupula no seu Plano Económico e Social e Orçamento Distrital, PESOD (GdDdM 2009), outros documentos relacionados e em entrevistas faz uma avaliação relativamente positiva dos desenvolvimentos no distrito nos últimos três anos. Houve um ligeiro aumento das transferências financeiras para a Administração Distrital, mas as receitas próprias dos impostos e taxas representam ainda uma parte muito pequena dos fundos disponíveis (Tabela 7). O número de ONGs activas no distrito aumentou de seis para oito, mas veremos que os seus níveis de actividades variam grandemente. As ONGs são a *Visão Mundial*, *Concern*, *Olipa Odes*, *Care*, *Adap/Sf*, *Miranda Agrícola*, *Save the Children* e *Igreja Católica*.

Tabela 7. Orçamentos Anuais para a Administração Distrital de Murrupula (em MT)

2005	2006	2007	2008	2009
1.013.571	1.181,943	1.354.535	1.322.383	1.359.291

Fonte: GdDdM 2009.

Ao mesmo tempo, houve consideráveis investimentos na infra-estrutura física, que é geralmente financiada através dos ministérios sectoriais relevantes – frequentemente em cooperação com as ONGs. Estes incluem melhoramento de estradas e a reparação de duas pontes muito importantes que ligam os postos administrativos de Chinga e Nehessue à Vila (através de um Fundo Rodoviário do Governo específico); fornecimento de água potável (muito embora tenhamos visto que muitos dos poços não funcionam adequadamente); a construção de três novas unidades sanitárias (aumentando o número de 11 em 2005 para 14 em 2009) e a construção de um grande número de edifícios para escolas primárias (de 87 em 2005 para 112 em 2009). Na Tabela 8 estão listadas as infra-estruturas físicas mais importantes construídas no período 2006-2009.

Tabela 8. Nova Infra-estrutura Física 2006-2009

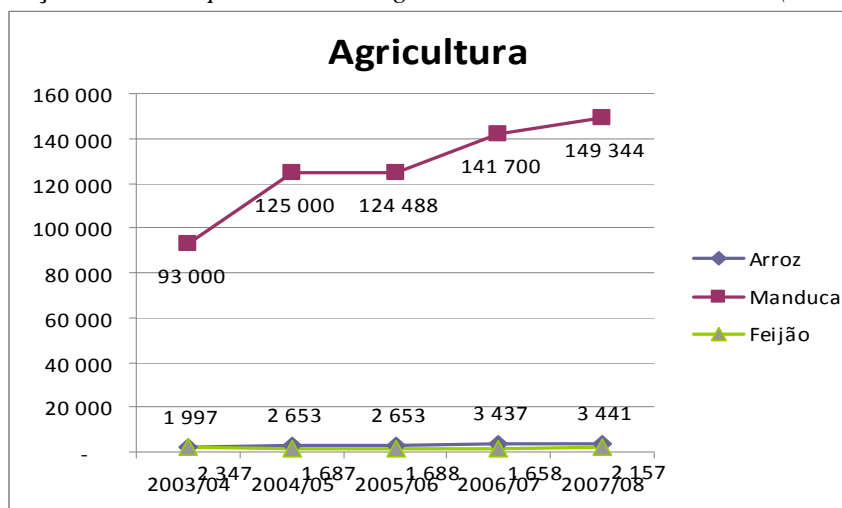
Tipo	Número
Construção de edifícios públicos	11
Construção de residências para funcionários públicos	9
Reabilitação de estradas (km)	16.7
Construção de salas de aula	23
Construção de unidades sanitárias	3
Construção/reparação de pontes	2
Construção de poços ('furos abertos')	119
Construção de bancas de mercado (mercado público da Vila)	39
Construção de paragens para transportes semi-colectivos	4
Construção de painéis solares para edifícios públicos	3

Fonte: GdDdM 2009.

Olhando para o sector agrícola dominante, realizaram-se esforços de desenvolvimento sob os auspícios do programa "*Revolução Verde*" – embora com apenas sete extensionistas agrícolas na 'linha da frente'. A produção de mandioca aumentou consideravelmente entre 2006 e 2008 enquanto a produção de culturas como o arroz, feijão e hortícolas não aumentou (Figura 1). No que

respeita aos animais domésticos, o número de galinhas e de cabras no Distrito baixou durante o período em questão enquanto, por outro lado, houve um aumento no número de cabeças de gado, de 1.524 para 2.312, as quais estão principalmente nas mãos de investidores privados da cidade de Nampula e de mais longe ainda (ver abaixo). Aumentou a mineração no distrito, mas também aumentou o número de garimpeiros ilegais. Em 2008 as actividades mineiras produziram oficialmente 4,29 kg de ouro, 454 kg de quartzo rosa e 742 kg de turmalina verde (Com. Pess. do Chefe do Serviço Distrital de Actividades Económicas).

Figura 1: *Produção das Principais Culturas Agrícolas no Distrito de Mossuril (2006-2009)*



Fonte: GdDdM 2009.

Os investimentos privados mais importantes no Distrito de Murrupula no período 2006-2009 são: a introdução de electricidade de Cahora Bassa em 2007, com um total de 795 consumidores privados em 2009; a construção de antenas e o estabelecimento de ligações por telefone celular (Mcel e Vodacom) que agora abrangem todas as principais concentrações de população do distrito; e a construção de um total de 23 moageiras em todo o distrito. Um outro desenvolvimento significativo, ao qual voltaremos, é a privatização de grandes áreas de terra agrícola, que são principalmente adquiridas por pessoas de fora da região. Mencionaremos por fim duas instituições que são vistas como importantes para o desenvolvimento local em outros distritos de Nampula mas ainda ausentes de Murrupula (ver Tvedten, Paulo & Tuominen 2009): não há bancos ou outras instituições financeiras onde se possa depositar e levantar dinheiro e não há rádio comunitária que em outros distritos serve como um importante veículo de informação e comunicação (ver também Rosário, Tvedten & Paulo 2008).

Em termos de investimentos directos para desenvolvimento e alívio da pobreza o “sistema dos 7 milhões de MT” é o de maior potencial (MPD 2009, ver também Orre et al. 2009). Na altura do nosso estudo original em Março de 2006 isto estava ainda a ser esboçado e os primeiros projectos foram iniciados em 2007. Os objectivos, estrutura e processos relativos ao sistema foram explicados em detalhe nos nossos relatórios anteriores (ver particularmente Rosário, Tvedten & Paulo 2008). Em resumo, o objectivo é contribuir para o desenvolvimento e alívio da pobreza através da alocação de fundos a projectos principalmente na agricultura e produção alimentar, indústrias de pequena escala e criação de emprego, comércio e negócios. Os fundos são empréstimos a reembolsar ao longo de um período de um a seis anos. As alocações são feitas através de um processo participativo

envolvendo as três bancadas dos Conselhos Consultivos (ver acima), e as alocações finais são feitas pelo Comité Consultivo do Distrito em consulta com a Equipa Técnica Distrital.

Como evidenciaremos mais tarde em maior detalhe, acreditamos que as transferências financeiras directas deste tipo têm um considerável potencial para alívio da pobreza. O tipo e número de projectos que receberam fundos em Murrupula é mostrado na Tabela 9. Os projectos mais comuns dizem respeito à produção agrícola, comercialização de produtos agrícolas e cantinas rurais.¹⁰ O volume total das alocações anuais foi de 5,2 milhões de MT em 2007 (105 projectos), 4,9 milhões de MT em 2008 (77 projectos) e 6,6 milhões de MT em 2009 (77 projectos). A proporção de projectos alocados a associações desceu de 67% em 2007, para 27% em 2008 e 7% em 2009. E a proporção de fundos de projectos alocados a mulheres foi de 7% em 2007, 8% em 2008 e 36% em 2009 – com o aumento em 2009 a reflectir que algumas mulheres receberam fundos relativamente grandes e não um aumento do número de projectos chefiados por mulheres.

Tabela 9. *Alocação de Fundos ao abrigo do sistema dos 7 milhões de MT, 2007-2009*

Item	2007	2008	2009
Número de projectos	48	105	68
- <i>Produção agrícola</i>	4	25	39
- <i>Criação de emprego</i>	24	27	9
- <i>Negócio/comércio</i>	20	53	20
Proporção de associações (%)	67	27	7
Proporção de mulheres (%)	7	8	36
Valor dos projectos (MT)	5.208.402	4.964.875	6.630.660

Fonte: GdDdM 2009.

Tendo argumentado que o ‘sistema dos 7 milhões de MT’ é potencialmente importante, há sérios problemas relacionados com a sua implementação que podem pôr em risco o seu impacto real. Por um lado, a crescente importância de projectos na agricultura e negócio/comércio, à custa de projectos para criação de emprego (i.e. principalmente empresas de produção em pequena escala), significa que menos pessoas são beneficiadas pelo sistema e a diversificação da economia local não ocorrerá como previsto. Além disso, a queda na proporção de associações, principalmente na agricultura, reflecte os problemas com este tipo de organização¹¹ e implica também a redução do número de pessoas directamente beneficiadas pelo sistema. Por último, e em referência às nossas conclusões acerca do papel central das mulheres em Murrupula no desenvolvimento e alívio da pobreza, que discutiremos em detalhe mais abaixo, o número limitado de mulheres envolvidas no sistema é matéria de preocupação. Praticamente todos os beneficiários do sistema que reembolsaram fundos são mulheres (de acordo com a Administração Distrital “apenas foi reembolsado um de 30 milhões”).

Talvez mais séria para a sustentabilidade do esquema é a percepção espalhada de ‘favoritismo político’ e ‘corrupção’ envolvidos. Embora o processo formal de pedido de projectos colocado ao nível mais baixo dos Comités de Desenvolvimento Local pareça funcionar satisfatoriamente em Murrupula (muito embora um processo formal deste tipo exclua pela sua própria natureza os mais pobres), as pessoas queixam-se que perdem o controlo do processo quando progride no sistema para

¹⁰ Outros projectos incluem moageiras, carpintarias, alfaiatarias, exploração florestal, serralharias, oficinas de motociclos, peixarias, talhos, papelarias, lanchonetes, mercearias, construção de latrinas, pulverização de cajueiro e aviculturas – demonstrando uma ampla variedade de planos e iniciativas.

¹¹ Uma possível explicação é que as pessoas associam as ‘associações’ com as detestadas ‘cooperativas’ dirigidas pelo estado estabelecidas depois da independência.

decisão final e que apenas 'os ricos' e 'os poderosos' acabam por obter financiamento. O problema pode ser exemplificado pela lista de pessoas que recebem financiamento para projectos agrícolas em um dos *cabos* onde trabalhamos. De 18 projectos, um extensionista agrícola com 15 anos de experiência na área não conseguiu reconhecer 8 dos nomes (significando que vieram de fora da área); quatro locais não eram originalmente agricultores e não faziam parte da lista original de pedidos remetida pelo Comité de Desenvolvimento Local; e apenas seis dos candidatos bem sucedidos eram associações/agricultores locais com potencial para usarem os fundos de acordo com os seus objectivos.

A importância de melhorar a implementação do 'sistema dos 7 milhões de MT' não está apenas relacionada com o seu impacto no desenvolvimento e alívio da pobreza, mas também com a credibilidade política do governo que o iniciou: praticamente toda a gente no nosso estudo e entrevistas tinha conhecimento do sistema e opiniões sobre o mesmo. As queixas sobre distribuição injusta e alegada corrupção foram muito sonantes e podem pôr seriamente em risco a legitimidade do governo local, dado que os fundos são vistos como uma das poucas contribuições reais que ele faz para as comunidades locais.

3.4 Recursos Humanos

Olhando para o desenvolvimento humano na forma de educação e saúde, já mostrámos que foi construído no distrito um grande número de escolas e salas de aula. Os dados oficiais mostram também que aumentaram as taxas de matrícula e de frequência. Todavia, estes dados escondem problemas que perduram no sistema escolar primário em Murrupula. Tomando como exemplo uma escola primária do distrito, o director estima que 'mais de metade' dos jovens em idade escolar ainda não vão à escola e dá como razões principais as 'longas distâncias' e que 'os pais não reconhecem o valor da educação' porque 'querem os filhos para trabalhar e as filhas para casar'. A Tabela 10 mostra que o número total de alunos que terminam a 7ª classe representa apenas 15% do número de alunos que começam a 1ª classe, o que indica uma alta taxa de desistência. Além disso, embora haja mais raparigas do que rapazes que entram na escola para a 1ª classe, a tabela abaixo indica que há uma tendência maior de que as raparigas deixem as escola do que os rapazes.

Tabela 10. *Frequência Escolar numa Escola Primária (EP2) no Distrito de Murrupula*

Classe	Rapazes	Raparigas	Total
1ª	387	411	798
2ª	353	328	681
3ª	284	199	483
4ª	208	148	356
5ª	176	118	294
6ª	59	42	101
7ª	68	55	123
Total	1.535	1.301	2.836

O director da escola queixa-se também que há dois problemas que se tornaram mais agudos nos últimos três/quatro anos: o primeiro é que alguns dos novos professores que foram enviados para tão 'distantes áreas' como a sua não possuem educação adequada (na sua escola metade dos professores possui apenas a 8ª classe), e muitas vezes não levam o seu papel suficientemente a sério. Têm família e amigos na Vila ou na cidade de Nampula e repetidamente só voltam vários dias depois das férias e dos fins de semana. O segundo problema tem a ver com a importância de ter algo para alimentar os alunos, que frequentemente passam muitas horas longe de casa aonde apenas

regressam já depois de escurecer. As hortas das escolas são difíceis de manter, não produzem o suficiente e são sazonais. Mesmo contribuições muito pequenas, como um pedaço de pão, aumentariam significativamente a frequência escolar, diz ele.

Dois outros desenvolvimentos importantes no sector educacional nos três últimos anos são o estabelecimento de uma Escola Secundária na Vila de Murrupula e o alargamento do sistema de alfabetização de adultos. A Escola Secundária foi estabelecida em 2007, com o apoio do Estado e da Igreja Católica. O Director da escola é de Murrupula, e ostenta actualmente 2.505 estudantes. Aproximadamente 50% dos estudantes são do Distrito de Murrupula e cerca de 30% são raparigas (37% na 8ª classe e 22% na 12ª classe). O director relatou-nos que a escola tem muitos bons estudantes que podem contribuir para desenvolver o distrito, mas que a maioria se sente compelida a partir à procura de emprego após o curso concluído. O número de pessoas que frequentam os programas de educação de adultos ou alfabetização no Distrito passou de 10.708 em 2005 para 24.700 em 2009 (GdDdM 2009 e com. pess.). O programa é gratuito e sobre ele ouvimos bastantes referências durante o nosso trabalho. Algumas pessoas alegam que as ajudou a continuar a educação normal de que tinham desistido por várias razões e outras vibravam ao contar-nos que pela primeira vez nas suas vidas eram capazes de escreverem o seu nome.

A dificuldade de as pessoas pobres equilibrarem a sua situação económica com o investimento na educação e saúde das crianças é amplamente demonstrada pela sorte de outra iniciativa educacional, um pequeno número de jardins infantis que foram criados no distrito pelo Serviço Distrital da Mulher e Acção Social com o apoio do UNICEF e/ou da Igreja Católica. Num dos cabos onde trabalhámos, a Missão Católica construiu um novo jardim infantil em 2007 e atraiu algumas crianças que podem brincar, receber instrução básica e uma pequena refeição. Todavia, quando a Igreja no princípio de 2009 suspendeu a educação e alimentação gratuita das crianças, passando a cobrar 10 MT mensalmente, praticamente todas as crianças deixaram de comparecer e as actividades encerraram passados alguns meses.

No nosso relatório de 2006 (Tvedten, Paulo & Rosário 2006), enfatizámos os sérios desafios relacionados com a saúde e nutrição no Distrito de Murrupula. Os dados oficiais mostravam altas taxas de malária e tuberculose, acompanhadas de números alarmantes de mal-nutrição e mortalidade infantil – com a última amplamente ilustrada pelo nosso próprio estudo, mostrando que 54,1% dos agregados familiares tinham visto morrer pelo menos uma das suas crianças antes dos cinco anos. Ao mesmo tempo, o hospital da Vila não tinha um único médico qualificado e revelámos um profundo cepticismo acerca das intenções e competência do pessoal da saúde nas unidades sanitárias mais pequenas. De facto, argumentámos que a saúde e as implicações práticas e emocionais das elevadas taxas de mortalidade infantil eram provavelmente uma determinante mais importante da pobreza do que a educação – num cenário em que muitos estavam a perder a fé na educação como forma de os livrar da pobreza, dada a impossibilidade de obter emprego.

Embora possamos ver que a situação da saúde em Murrupula é ainda séria, registaram-se avanços importantes nos últimos 3-4 anos. O hospital está consideravelmente melhor equipado e já tem um médico. O número de unidades sanitárias no distrito aumentou de 11 para 14. Estão a ser tratados mais pacientes e há também uma política deliberada de aconselhamento, particularmente no que respeita aos hábitos alimentares das crianças. Estão a ser registados muitos mais casos de HIV-SIDA, o que é principalmente o resultado do aumento e melhoramento dos testes (ver abaixo). E os números de casos de lepra registados reduziu de 160 em 2005 para 25 em 2008 – em grande parte graças a um projecto da Igreja Católica (GdDdM 2009). Ao nível da comunidade, mudou o profundo cepticismo em relação aos Postos de Saúde instalados em 2006, em grande medida como resultado de uma estratégia deliberada por parte do pessoal da saúde de trabalhar com os líderes tradicionais locais para convencer a população das suas boas intenções (Tvedten, Paulo & Rosário

2006). Num Posto de Saúde o número médio de consultas diárias em Outubro de 2009 era o mesmo que o registado por semana em Março de 2006.

Mesmo assim, também no sector de saúde perduram sérios desafios.¹² Não houve qualquer alteração real no regime alimentar do distrito para um menor uso da mandioca, a qual contribui para um problema contínuo de mal-nutrição (ver abaixo). Há ainda muitas partes do distrito onde as pessoas não têm acesso adequado às unidades sanitárias, definido no PARPA como devendo as unidades sanitárias estar à distância máxima de três horas. Acredita-se que certas condições médicas estão ainda fora do domínio do sistema médico formal, como os partos (a secção de maternidade dos Postos de Saúde locais quase não é usada). E muitas pessoas com problemas de saúde graves recusam-se a ser levadas para o hospital da cidade de Nampula, em resultado de uma combinação da preocupação geral por deixarem a sua casa e com o receio de não terem acesso adequado a alimentação e a outras necessidades enquanto lá permanecessem (com. pess. do médico do Hospital de Murrupula).

3.5 Questões sectoriais cruzadas

Afirmámos acima que a nossa primeira impressão ao chegarmos à Vila de Murrupula, após uma ausência de três anos, foi de mudança, mas também algumas coisas claramente não tinham mudado: havia ainda por exemplo, uma quase total ausência de mulheres a vender nos mercados e outros espaços económicos públicos. Entre os vendedores, num total de 110 bancas no principal mercado informal, contámos apenas quatro mulheres. Este facto aponta para a *posição marginal das mulheres* em áreas chave da economia. No nosso primeiro relatório realçámos a posição e o papel das mulheres na educação, tendo as mulheres e raparigas taxas muito mais baixas de alfabetização e de frequência escolar, e na saúde onde as mulheres são particularmente afectadas pela elevada taxa de mortalidade infantil e fracos cuidados maternos. Como mostrado acima, houve alguns melhoramentos nestas áreas. A questão do género não ocupa ainda um lugar de relevo na agenda da Administração do Distrito, mas a desigualdade de género e a importância fundamental do empoderamento das mulheres para o desenvolvimento económico e social tornou-se clara desta vez durante o nosso trabalho nas comunidades. Embora haja ampla evidência em Nampula de que as mulheres com poder económico de tomada de decisões tendem a despendem em educação e saúde uma fatia do seu rendimento maior do que as suas contrapartes masculinas (ver e.g. Tvedten, Paulo & Tuominen 2009), mostraremos também que a continuação do controlo dos homens sobre a troca e comercialização de produtos agrícolas e outros tem efeitos prejudiciais no bem-estar dos agregados familiares.

Em 2006, havia muito pouca informação disponível por parte da Administração Distrital e das autoridades da saúde sobre a questão do *HIV-SIDA*. Os dados nacionais mostravam uma prevalência de 8,1 para a província de Nampula no seu todo, comparada com uma média nacional de 13,6, tendo estes dados sido agora ajustados respectivamente para 9% para as províncias do norte em comparação com a média nacional de 15% (MISAU, citado em Mozambique News, Relatórios e Recortes de 26 de Março de 2010). Durante o nosso trabalho de campo em Murrupula em 2009, observámos uma notável mudança na abertura sobre esta questão. Uma das razões principais parece estar no facto de os testes serem agora feitos no hospital de Murrupula, do que resultou um aumento dramático do número de casos de *HIV-SIDA* registados no distrito de 105 em 2006 para 875 em 2008 (com.pess. Centro de Saúde de Murrupula). Dito isto, a consciência e a disponibilidade de meios de protecção não parecem ter mudado muito. Ainda de acordo com o médico do Distrito, os contraceptivos disponíveis nas unidades sanitárias do distrito quase não são usados. E de acordo

¹² Numa entrevista, o médico do hospital de Murrupula, que tinha crescido e sido educado em Maputo, contou-nos que ficou chocado quando chegou a Murrupula sem ter ideia que as condições de saúde eram tão graves em algumas partes do país.

com uma enfermeira do hospital 'a maioria' das pessoas no distrito ainda não sabe como a doença é transmitida e como evitá-la. As tentativas de envolver as autoridades tradicionais na disseminação da informação sobre o HIV-SIDA não foram muito bem sucedidas.

Os desafios relacionados com a *segurança alimentar* no Distrito de Murrupula não estão ligados principalmente ao acesso à comida, mas sim ao fraco valor nutricional do regime alimentar dominante. Como mostrado acima a produção de mandioca cresceu dramaticamente, enquanto que a produção de outras culturas e vegetais mais nutritivos não aumentou entre os pequenos agricultores (com. pess. Direcção Distrital de Agricultura). A ênfase contínua no baixo valor nutritivo da mandioca constitui um quebra-cabeças por várias razões: o distrito vizinho de Ribáue tem um perfil agrícola muito mais variado, com pessoas a produzirem bastantes vegetais; os muitos novos agricultores comerciais do Distrito têm uma produção mais variada; e a procura de outras culturas por parte dos comerciantes é alta. Excepto pela 'tradição', uma razão provável é que a mandioca é muito fácil de plantar e não requer muita capinagem num contexto onde o acesso ao trabalho é talvez o principal constrangimento para a produção. A taxa de mal-nutrição crónica entre as crianças em Nampula é de 51%, sendo a segunda mais alta do país (INE 2009).

As *questões ambientais* não foram notórias nas nossas discussões com a Administração Distrital. As alterações sazonais na chuva e temperatura eram grandemente vistas pelos nossos informadores como 'naturais', mesmo se há uma percepção espalhada de que as variações foram excepcionalmente grandes nos últimos 3-4 anos. Murrupula não é geralmente afectada por outras calamidades naturais como os ciclones e as inundações. Tanto a administração como a população queixam-se em geral que as mercadorias e artigos alimentares se tornaram muito mais caros nos últimos 3-4 anos, mas isto era explicado principalmente com referência aos 'comerciantes gananciosos' e não à 'crise alimentar global' ou outros factores dessa natureza.

3.6 Resumo

Neste capítulo, os dados agregados políticos, económicos e sociais sobre Murrupula indicam que o distrito registou desenvolvimentos positivos no período 2006-2009. Em particular, a administração distrital melhorou em termos de instalações e de qualificação do seu pessoal; houve diversos investimentos importantes na infra-estrutura física, incluindo a rede rodoviária, electricidade e cobertura telefónica móvel; a economia local recebeu uma 'injecção' na forma do sistema dos 7 milhões de MT; o sector educacional foi impulsionado pela construção de novas escolas e salas de aula, uma nova escola secundária e esforços crescentes na área da educação de adultos; e o sector da saúde melhorou a sua qualidade, através de melhor acesso a pessoal qualificado e equipamento. No próximo capítulo avaliaremos até que ponto estas alterações conduziram a melhoramentos reais da pobreza e bem-estar para a população do distrito, focando-nos nos mesmos quatro cabos e 120 agregados familiares e indivíduos que fizeram parte do nosso estudo em 2006.

4. Dinâmicas da Pobreza e Bem-Estar

4.1 Introdução

Ao chegarmos a um dos cabos em Murrupula para iniciar o nosso trabalho nas aldeias, nos encontramos em meio a uma festa cerimonial anual (*sataka*) que celebra o início da estação agrícola e mantém os importantes contactos com os antepassados. A ocasião demonstrou um aspecto dos esforços de Moçambique no desenvolvimento e redução da pobreza que é muitas vezes omitido: com a forte dependência de dados quantitativos tendemos a ‘compartimentar’ as vidas das pessoas nas esferas política, económica e social – embora todas estejam de facto estreitamente interligadas na forma de relações sociais. O cenário envolvia à volta de 100 homens, mulheres e crianças da vizinhança local. As principais pessoas eram o chefe ou cabo (que organizava o evento e tentava manter alguma ordem) e o curandeiro local que dizia as suas mensagens em voz alta enquanto as pessoas dançavam à sua volta batendo em tambores. A cerimónia da *sataka* é considerada absolutamente essencial para a colheita ser bem sucedida.

Logo na nossa chegada ao cabo sentimos mudanças no ambiente físico desde há três anos: várias casas na área onde decorria a cerimónia tinham agora telhado de zinco. Havia motas estacionadas em frente a diversas habitações. Muitas pessoas estavam bem vestidas, com roupas adquiridas num novo mercado local. E passámos por várias zonas agrícolas que não existiam em 2006. Ao mesmo tempo porém, as pessoas pareciam as mesmas. Os homens dominavam a cena ao ponto de constituírem 90% das pessoas que permaneceram até ao fim dos dois dias de celebração da cerimónia. Viam-se muitas raparigas jovens, grávidas ou com crianças. Muitas das crianças pareciam estar gravemente mal-nutridas. E as muitas pessoas que ficaram excessivamente intoxicadas depois de dois dias de cerimónia a beber *oteka*, a bebida fermentada local, transmitiam uma aura de desânimo e desespero no meio da celebração da estação agrícola e do bem-estar.

Tudo isto aponta para o que argumentaremos constituir a característica principal dos desenvolvimentos em Murrupula nos últimos três anos: as implicações das mudanças na infraestrutura física e económica que delineámos no capítulo anterior conduziram – até agora – a uma crescente diferenciação entre algumas pessoas que estiveram em posição de explorar as novas oportunidades, a maioria das pessoas que se esforçaram por melhorar as suas vidas mas que continuam pobres, e algumas pessoas destituídas que parecem completamente desinteressadas dos desenvolvimentos em curso. Antes de entrarmos em conclusões mais detalhadas sobre as mudanças na pobreza e bem-estar em Murrupula, relativamente ao nosso estudo e metodologias qualitativas, realçaremos três questões chave que achámos particularmente significativas para a dinâmica sócio-económica nos quatro cabos onde trabalhámos e que são a produção agrícola, as relações de género e a saúde. A primeira é fundamental dado o seu papel central na subsistência da população; a segunda porque as relações de género não só reflectem desigualdades como também inibem outros desenvolvimentos sócio-económicos; e a terceira porque a doença e a morte têm implicações sociais e económicas para além dos próprios meros incidentes.

4.2 Principais Dinâmicas da Pobreza

Agricultura. Os quatro cabos Cômua, Muquela, Merica e Chakalua (ver o Mapa 2) são predominantemente comunidades agrícolas rurais, sem oportunidades de emprego formal excepto na administração pública, educação e saúde – que estão fora do alcance da população local. Embora observemos que houve alguns melhoramentos em termos de acesso ao rendimento da economia informal, a agricultura permanece a determinante fundamental da pobreza e bem-estar. O acesso

limitado à terra, à mão-de-obra e aos mercados prejudica seriamente as opções de subsistência das pessoas, e o amplo acesso a estes factores de produção e troca assegura o bem-estar e envolve a opção de mobilidade sócio-económica ascendente.

Cômua e Muquela estão localizados a sul do distrito. São consideradas os menos férteis entre os quatro cabos, mas ao mesmo tempo os mais bem localizados em relação à Vila e a outros mercados (com. pess. do chefe do Serviço Distrital de Actividades Económicas). Merica e Chakalua são considerados áreas agrícolas férteis mas são também, como já assinalado, os mais marginais em termos políticos e económicos. Mostrámos no nosso primeiro relatório como os comerciantes poucas vezes se deslocam a estas últimas áreas e quando passam por elas tendem a pagar preços extremamente baixos pelos produtos agrícolas.¹³

Duas mudanças na agricultura, entre 2006 e 2009, parecem ser particularmente significativas: primeiro encontrámos várias machambas grandes que há três anos não existiam. Num dos cabos tinham sido criadas seis machambas com 50 a 100 hectares, bastante grandes se comparadas com o tamanho médio das machambas dos pequenos proprietários entre 1 e 2 hectares. Embora isto mostre o potencial da agricultura no distrito, praticamente todas as machambas tinham contudo sido criadas por pessoas de fora. Os proprietários vieram principalmente da cidade de Nampula, mas também há exemplos de proprietários de outras províncias.¹⁴ Informadores locais contaram-nos que tinham sido contratados para limpar a terra, que é um trabalho muito pesado e mal pago (num dos casos um homem jovem gastou três dias a desbravar um terreno de 20 por 25 metros por 50 MT). Ao mesmo tempo, queixam-se da falta de emprego no processo de produção propriamente dito.

Os donos das machambas confirmaram este facto, dizendo que preferiam contratar trabalhadores noutros distritos 'porque eles trabalham melhor'. As verdadeiras razões parecem ser que os trabalhadores externos contratados vivem longe das suas famílias e são mais estáveis, dado que não têm que atender às suas próprias machambas, e têm menos poder de negociação e podem ser menos bem pagos. Assim, nos quatro cabos os desenvolvimentos comerciais em maior escala têm até agora implicações limitadas na pobreza e bem-estar – embora possam encorajar alguns agricultores locais a aumentar e diversificar a produção.

A segunda e talvez mais notável mudança nos cabos é o aumento dos mercados. Isto não está ligado apenas ao tamanho dos mercados semi-formais referidos acima, mas também aos pequenos mercados nas aldeias. Dito isto, a importância da localização geográfica é demonstrada pelo facto de os cabos com mais fácil acesso à Vila e mais próximos dos corredores de tráfego (Muquela no caminho para Angoche e Moma e Merica/Chinga no caminho para Ribáue) terem visto as maiores mudanças neste aspecto. Enquanto um saco de farinha de mandioca era vendido durante a última campanha por 150 MT no cabo mais distante Chakalua, custava 200 MT em Muquela, 400 MT na Vila e mais de 800 MT na cidade de Nampula.

Em Merica/Chinga, as duas bancas de mercado em 2006 aumentaram para 15 em 2009 e servem abundantemente as pessoas que por lá passam e as pessoas que trabalham nas novas empresas agrícolas comerciais mencionadas acima. A mudança principal no que respeita à venda de produtos agrícolas locais é que os comerciantes, principalmente da cidade de Nampula, estabeleceram pontos de venda semi-permanentes (pequenos armazéns) em duas localidades do cabo onde os agricultores locais podem vender os seus produtos. Em 2006 os comerciantes passavam por lá a intervalos muito

¹³ Na altura, o caminho mais curto que vem da Vila estava também fechado devido à queda de uma ponte – obrigando as pessoas da Vila a fazerem um longo desvio.

¹⁴ Havia uma considerável controvérsia local sobre a forma como a terra tinha sido transferida. Terra deste tipo é da comunidade e não é negociável de acordo com a lei Moçambicana. Embora os líderes comunitários afirmassem que a terra tinha sido emprestada gratuitamente aos agricultores externos por um período de 15 anos, as pessoas na comunidade estavam convencidas que a terra tinha sido vendida.

irregulares, obrigando as pessoas a venderem pelos preços que entendiam para aquele ponto particular. Embora os preços da maioria dos produtos agrícolas tenham aumentado com o novo sistema, ainda é lucrativo transportar os produtos para a Vila ou para a cidade de Nampula, para aqueles que estão em posição de o fazer.

Em Muquela, foi estabelecido o grande mercado Cavina. Começou em 2006 com poucos agricultores que aos domingos vendiam os seus produtos ao longo da estrada e transformou-se agora num grande mercado para agricultores no sudeste do distrito e para comerciantes da cidade de Nampula, Angoche, Moma e de mais longe. Para os que têm um excedente de produtos agrícolas e estão em posição de vender, a competição entre comerciantes conduziu a um aumento dos preços dos produtos agrícolas no distrito fora da Vila. Para sublinhar a mudança que teve lugar, os comerciantes locais queixam-se que os agricultores no cabo já não lhes vendem produtos e aguardam o dia do mercado Cavina “embora tenhamos fornecido as pessoas daqui com o que elas precisam para durante bastante tempo”.¹⁵

Em Cômua e Chakalua, que são os cabos localizados mais periféricamente, muito pouco parece ter acontecido em termos de produção e comercialização agrícola. Os agricultores queixam-se que os comerciantes não aparecem, e que têm eles próprios de transportar as mercadorias para locais como Muquela, Merica ou a Vila. Nenhuma destas áreas é atravessada por pequenos transportadores (chapas) ou outros tipos de transporte e mesmo com uma bicicleta demora-se horas. Os produtores em melhor situação e de maior capacidade estão em posição de alugarem transporte para levar os seus produtos para os centros semi-urbanos, mas a maioria dos pequenos produtores ainda tem meios de comercialização muito limitados.

Nos quatro cabos, os agregados familiares com acesso limitado à terra e ao trabalho e sem opções alternativas de rendimento permanecem em circunstâncias muito difíceis e são particularmente vulneráveis. A única opção para muitos dos mais pobres é trabalharem como trabalhadores agrícolas nos campos de outros, através do sistema do *ganho ganho* ou *tototo*. De acordo com os líderes comunitários locais, a importância do *ganho ganho* aumentou nos últimos três anos: os agricultores locais que foram capazes de explorar as novas oportunidades de mercado usam cada vez mais o trabalho local para expandir as suas machambas e operações.

Género. O género surgiu como um assunto nas nossas discussões de grupo em 2006, confirmando as impressões estereotipadas da divisão do trabalho doméstico, de subsistência e de geração de rendimento entre homens e mulheres, e os dados do nosso estudo mostraram diferenças significativas nas características do agregado familiar, rendimento e bens entre agregados familiares chefiados por homens e chefiados por mulheres.¹⁶ Um outro estudo em Nampula (Tvedten, Paulo & Tuominen 2009) confirmou muitas das nossas constatações, mas também mostrou diferenças significativas nas relações de género e na posição das mulheres nas áreas rural (Mossuril) e urbana (Cidade de Nampula) – sublinhando o facto de que as relações de género não são estáticas.

Voltando a Murrupula em 2009, o nosso estudo, entrevistas em grupos focais e observações gerais confirmaram a situação sistematicamente desvantajosa das mulheres e dos agregados familiares chefiados por mulheres na área. Actualmente, a situação de muitos agregados familiares chefiados por mulheres deteriorou-se em áreas importantes como a produção agrícola, rendimento e educação e não encontramos, entre os nossos estudos de caso, exemplos de agregados familiares chefiados por mulheres que tivessem registado nos últimos três anos melhoramentos significativos nas suas

¹⁵ A importância deste mercado é ainda sublinhada pelos professores, que se queixam de que particularmente os rapazes permanecem longe da escola em épocas importantes para se prepararem para o mercado Cavina.

¹⁶ Na amostra aleatória do nosso estudo (Tvedten, Paulo & Rosário 2006), surgiram apenas 10% de agregados familiares chefiados por mulheres. É provável que se trate de uma sub-representação, numa província onde a proporção global de agregados familiares chefiados por mulheres foi calculada em 24,5% (INE 2009, ver abaixo).

condições de vida. Também não detectámos qualquer mudança significativa no papel das mulheres nas comunidades – representando ainda uma pequena minoria dos líderes comunitários.

Ao mesmo tempo, as discussões de grupo com mulheres indicam que elas têm consciência da sua posição subordinada e do que isso implica para o bem-estar do agregado familiar. Como veremos mais tarde em maior detalhe, essas mulheres descreveram-nos as pesadas cargas de trabalho em casa e nas machambas, como os seus maridos insistiam em vender nos mercados e apenas traziam para casa uma parte do que realmente ganhavam e como ainda tinham de pedir dinheiro aos maridos para educação e medicamentos – mas também como estavam a tentar alterar a natureza, em particular no que respeita às suas relações económicas.

O que isto revela é a importância de envolver as mulheres na estratégia de desenvolvimento de Moçambique e nos seus programas e projectos de acompanhamento, não apenas porque as mulheres se encontram numa posição inferior em relação aos homens, mas também porque um papel mais forte das mulheres dentro dos agregados familiares e das comunidades favorecerá o desenvolvimento sócio-económico global. As mudanças nas condições estruturais e o papel das mulheres (como na Nampula urbana) mostram que há uma base para a alteração das relações de género (Tvedten, Paulo e Tuominen 2009) – mesmo, como veremos adiante, num lugar severamente patriarcal como Murrupula.

Saúde. Verificamos que a situação da saúde constitui a terceira determinante da pobreza e bem-estar em Murrupula.¹⁷ As frequentes doenças entre os membros do agregado familiar têm implicações na produção e no rendimento, não apenas directamente ao afastarem as pessoas das suas actividades de subsistência e geração de rendimento, mas também indirectamente: alguém tem de permanecer em casa para cuidar do membro da família que está doente, em vez de tratar da machamba; o tratamento tradicional é caro e levar a pessoa doente ao posto de saúde ou ao hospital pode demorar dias e implica custos adicionais para a família.

O frequente falecimento de crianças põe em marcha processos que muitas vezes provocam ramificações a longo prazo. Para além dos longos períodos de tristeza e luto (uma cerimónia demora normalmente entre 3 a 7 dias e as pessoas visitam o cemitério diariamente durante mais de 40 dias, para corresponder às expectativas culturais), as mortes prematuras conduzem muito frequentemente a acusações de feitiçaria que podem envolver famílias alargadas inteiras e efectivamente paralisar as relações. Além disso, a alta taxa de mortalidade infantil deve provavelmente ser a principal razão por trás da excepcionalmente elevada taxa de fertilidade em Nampula de 6,5 por mulher (MISAU 2005). Isto significa que muitas mulheres despendem grande parte da sua vida adulta grávidas ou a amamentar crianças pequenas, o que limita a sua capacidade de trabalho e flexibilidade para encontrar fontes alternativas de rendimento.

Como já indicámos, a saúde é provavelmente a área onde se verificou a maioria dos melhoramentos desde 2006. Foram criadas mais unidades sanitárias, a qualidade melhorou e as pessoas consultam agora o sistema formal de saúde mais frequentemente do que em 2006. Os nossos dados mostram também pequenas melhorias em relação à frequência com que adoecem os membros do agregado familiar. Todavia, o aumento dos casos de HIV-SIDA, várias eclosões de cólera que as pessoas dizem ter matado ‘muita gente’ e o problema contínuo de mal-nutrição entre as crianças testemunham os riscos contínuos para a saúde.

¹⁷ No primeiro estudo do IAF (INE 2004; Chiconela 2004) a educação, mais do que a saúde, foi assinalada como a principal determinante social de pobreza e bem-estar. Todavia, os nossos estudos mostram que a crença das pessoas na educação como forma de fugir à pobreza está em declínio. Muitos dos mais novos que terminaram a escola ainda não encontraram emprego, e há um sentimento crescente de que os professores não têm um comportamento modelo junto das crianças e particularmente das raparigas.

4.3 Características do Agregado Familiar

A análise que se segue basear-se-á numa combinação do estudo de um grupo de 120 agregados familiares realizado nos quatro cabos em 2006 e 2009, com metodologias qualitativas e participativas aplicadas a grupos focais nos mesmos pontos e na mesma altura. No estudo, conseguimos localizar 85% dos mesmos agregados familiares. Os agregados familiares em falta foram, na medida do possível, substituídos por novos agregados com as mesmas características básicas (idade e sexo do chefe do agregado familiar). Dos que não pudemos localizar, cinco tinham falecido; três tinham-se mudado e sete não puderam ser re-identificados.¹⁸

Procurou-se identificar as pessoas que originalmente participaram nos grupos focais em 2006 por meio de uma combinação de discussões com os líderes comunitários (que tomaram parte ou observaram os exercícios em 2006) e fotografias. A nossa estimativa é que aproximadamente 50% das pessoas eram as mesmas, assegurando assim a continuidade, com as restantes a serem chamadas para as discussões de grupo em substituição das que não puderam ser identificadas ou localizadas (muitas vezes estavam ocupadas nas suas machambas). Dada a notória importância das questões de género discutidas acima, chamámos também um grupo adicional de mulheres para darem substância às questões chave relativas ao género.

Como argumentado nos nossos relatórios anteriores, vemos o agregado familiar como a unidade social e económica de base nas comunidades em questão. Simultaneamente, argumentámos que nenhum agregado familiar pode funcionar isoladamente e dependerá de relações sociais externas com a família alargada, a comunidade, as instituições da sociedade civil, o estado, etc. para o seu bem-estar (Tvedten, Paulo & Rosário 2006). De facto, uma conclusão essencial do nosso relatório de 2006 era que uma das características mais salientes dos agregados familiares em melhor situação era os seus vastos ou extensos conjuntos de relações sociais, enquanto que os mais pobres eram caracterizados por relações limitadas para além do seu próprio agregado familiar. Enfatizámos também o quanto o agregado familiar é uma unidade flexível e permeável, mudando ao longo do tempo, e constituindo as pessoas que 'comem da mesma panela' a característica mais importante que define um agregado familiar para a população local.¹⁹

Como se vê na Tabela 11, entre 2006 e 2009 o tamanho médio dos agregados familiares chefiados por homens (AFCH) no nosso estudo subiu de 5,2 para 5,5, enquanto o tamanho médio dos agregados familiares chefiados por mulheres (AFCM) desceu de 3,9 para 3,4. Na Tabela 12 parece que a subida no tamanho dos AFCH reflecte principalmente um aumento da proporção de parentes próximos como membros do agregado familiar (irmãos, sobrinhos e netos). Isto aponta para o aumento da responsabilidade de cuidar dos mais novos que ficaram órfãos ou sem apoio por outras razões. A redução do tamanho dos AFCM reflecte um processo paralelo em que as mulheres mais velhas cada vez se encontram mais sós, podendo não ser capazes de cuidar dos familiares mais jovens – e não sendo os outros familiares capazes de cuidar delas. Como assinalámos anteriormente, a exclusão social dos idosos, que tradicionalmente eram bem cuidados pelas suas famílias alargadas, constitui uma das implicações mais dramáticas do empobrecimento de parte da população na sociedade contemporânea Moçambicana.

¹⁸ Os nossos meios de identificação eram uma combinação dos nomes do cabo e da povoação com o nome e alcunha do chefe do agregado familiar (sendo a última a mais importante). Os poucos casos em que as pessoas não puderam ser identificadas advêm de em 2006 terem dado, por qualquer razão, nomes e alcunhas falsos.

¹⁹ Dados recentes do INE (2009) colocam o tamanho médio dos agregados familiares em Nampula em 4,4 pessoas. A diferença só pode ser explicada pelas nossas diferenças na definição de agregado familiar. Argumentámos anteriormente que a definição do INE de 'pessoas que vivem debaixo do mesmo tecto e comem da mesma panela' não reflecte as realidades no terreno. De facto, de acordo com a nossa definição, 15,8% de todos os membros do agregado familiar vivem fora da habitação principal do agregado.

Tabela 11. *Número de Membros do Agregado Familiar por Sexo do Chefe do Agregado (em percentagem)*

Membros do Agregado Familiar	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
1-2	11,9	9,4	36,4	42,9	14,2	13,3
3-4	31,2	21,7	27,3	28,6	30,8	22,5
5-6	29,4	31,1	27,3	21,4	29,2	30,0
7+	27,5	37,7	9,1	7,1	25,8	34,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	5,2	5,5	3,9	3,4		

Tabela 12. *Categorias de Membros do Agregado Familiar por Sexo do Chefe do Agregado (em percentagem)*

Membros do Agregado Familiar	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Esposo(a)	97,2	98,1	18,2	28,6	90,0	90,0
Pais	0,9	0,9	0,0	0,0	0,8	0,8
Filhos	81,7	82,1	63,6	64,3	80,0	80,0
Netos	6,4	11,3	9,1	14,3	6,7	11,7
Sobrinhos/sobrinhas	6,4	9,4	18,2	7,1	7,5	9,2
Irmãos	4,6	7,5	-	-	4,2	6,7
Outros parentes	20,2	11,3	-	-	18,3	10,0
Não parentes	1,8	-	-	-	1,6	-

Ao mesmo tempo, há indicações de que a proporção de agregados familiares chefiados por mulheres em Murrupula está a aumentar. A proporção de agregados familiares chefiados por mulheres no conjunto da província de Nampula subiu de 15% para 24,5% entre 2003 e 2009 (INE 2004, 2009), e os 10% incluídos no nosso estudo estão provavelmente sub-representados. Os nossos dados revelam pequenos sinais de mudança na posição das mulheres em Murrupula, como por exemplo mais mulheres que vivem com homens em uniões matrimoniais ou consensuais a serem consideradas chefes de agregados familiares em 2009 do que em 2006 (representando 28,6% do total, sendo o resto constituído por mulheres separadas, divorciadas ou viúvas – ver a Tabela 13). No entanto, o provável aumento da proporção de agregados familiares chefiados por mulheres aponta principalmente para o processo em curso de exclusão social das mulheres, e os nossos dados mostram uma situação sistematicamente desvantajosa para os agregados familiares chefiados por mulheres. Ao mesmo tempo, o casamento é mais formalizado, tendo-se um certo número de uniões consensuais existentes em 2006 transformado em casamentos formais em 2009 – implicando uma dicotomia mais forte entre as mulheres formalmente casadas e as mulheres que chefiam os seus próprios agregados familiares.

Tabela 13. Estado Civil por Sexo do Chefe do Agregado Familiar (em percentagem)

Estado civil	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Solteiro(a)	0,9	0,0	9,1	14,3	1,7	1,7
Casado(a)	28,4	51,9	9,1	14,3	26,6	47,5
União consensual	67,9	46,2	-	14,3	61,7	42,5
Separado(a)/divorciado(a)	-	-	9,1	14,3	0,8	1,7
Viúvo(a)	1,8	1,9	72,7	42,9	8,3	6,7
Sem informação	0,9	-	-	-	0,8	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tudo isto ilustra que os agregados familiares são unidades flexíveis e permeáveis da organização social, que satisfazem o melhor que podem os desafios da pobreza e bem-estar. Às unidades-base constituídas pelo marido, a sua mulher ou mulheres e as suas crianças juntam-se outros parentes e não parentes, que podem permanecer no agregado familiar por períodos longos ou curtos. Alguns membros – um total de 16%, tanto em 2006 como em 2009 – são considerados parte das unidades de agregados familiares, embora não vivam debaixo do mesmo tecto. E algumas pessoas têm uma forte influência na tomada de decisões e recursos do agregado familiar, embora formalmente não façam parte dele – em cenários matrilineares como Murrupula é o caso principalmente dos tios maternos ou outros familiares matrilineares do sexo masculino.

Os incidentes com implicações potencialmente mais graves para a pobreza e bem-estar do agregado familiar são as separações e os divórcios. O divórcio é relativamente fácil de consumir em Nampula tanto na cultura tradicional Macua como na versão relevante das leis Islâmicas da *sharia* (Tvedten, Paulo & Tuominen 2009). Ao abrigo da primeira, uma mulher pode deixar um homem que não trata devidamente dela e dos seus filhos, ou que não lhes presta os cuidados adequados em termos de alimentação e outras necessidades básicas. Ao abrigo da segunda, os homens podem divorciar-se mais facilmente do que as mulheres, que precisam para tal de ter o suporte dos conselhos religiosos de idosos totalmente constituídos por indivíduos do sexo masculino (*maulana*). Contudo, as mulheres têm o direito de deixar um homem que as não apoie ou que seja infértil. Em ambos os casos as implicações sócio-económicas do divórcio podem ser devastadoras, particularmente para as mulheres com filhos que terão dificuldade em casar-se novamente. Em Murrupula, as mulheres solteiras com filhos são ainda consideradas de ‘segunda ordem’.

4.4 Emprego e Rendimento

Nesta série de estudos temos mantido que apesar do enfoque da actual estratégia de redução da pobreza em Moçambique nos sectores sociais, o emprego e o rendimento são determinantes para a dinâmica da pobreza e bem-estar em áreas como Murrupula. Isto não apenas porque o dinheiro é cada vez mais importante para assegurar as necessidades básicas da vida, como alimentação, vestuário e habitação (através de um processo a que chamámos ‘coisificação’ das relações sociais), mas também porque o emprego e o rendimento são necessários para ter acesso a educação, saúde e outros serviços sociais similares. Observámos que para os que estão em melhor situação, os bens materiais tornaram-se um meio cada vez mais importante de demonstrar prosperidade e influência.

Como se vê na Tabela 14, a agricultura continua a ser a maior fonte de emprego e rendimento para a grande maioria dos agregados familiares em Murrupula. Há um pequeno acréscimo na proporção de agregados familiares que têm no emprego no sector público ou privado a sua principal fonte de rendimento, e um pequeno decréscimo na proporção de agregados familiares que têm a sua maior fonte de rendimento nas actividades económicas informais. *Nenhum* dos agregados familiares

chefiados por mulheres tem fontes principais de rendimento de outros sectores que não a agricultura.

Tabela 14: *Principal Ocupação do Chefe do Agregado Familiar (em percentagem)*

Principal Ocupação do CAF	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Empreg. no Sector Público	0,9	1,9	-	-	0,8	1,7
Empreg. no Sector Privado	0,9	1,9	-	-	0,8	1,7
Agricultor	92,7	93,4	90,9	92,9	92,5	93,3
Pescador	-	0,9	-	-	-	0,8
Empreg. no Sector Informal	5,5	0,9	-	-	4,9	0,8
Empreg. ocasional/sazonal	-	0,9	-	-	-	0,8
Estudante	-	-	-	-	-	-
Reformado	-	-	-	-	-	-
Desempregado/doméstico	-	-	9,1	7,1	0,8	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Dito isto, entre 2006 e 2009 houve um aumento de 51,7% para 58,3% na percentagem de agregados familiares que têm rendimento *alternativo* proveniente do sector informal (Tabela 15). As principais áreas de expansão são o artesanato e os medicamentos tradicionais vendidos principalmente ao número crescente de pessoas que passam ou frequentam os mercados em Murrupula. O maior decréscimo nas actividades económicas informais verifica-se nas pessoas que circulam individualmente para vender produtos (venda ambulante), o que provavelmente está relacionado com o aumento do número de mercados permanentes acima discutido. O *ganho-ganho* é ainda a actividade económica informal mais importante para homens e mulheres que chefiam agregados familiares.

Tabela 15. *Agregados Familiares com Rendimento de Actividades Económicas Informais (em percentagem)*

Tipo de Actividade Económica Informal	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sem rendimento	46,8	39,6	63,6	57,1	48,3	41,7
Produtos manufacturados	15,5	17,2	-	16,7	14,5	17,1
Medicamentos tradicionais	1,7	10,9	-	33,3	1,6	12,9
Venda de bebidas	15,5	9,4	25,0	16,7	16,1	10,0
Vendas informais (fixas)	-	3,1	-	0,0	-	2,9
Vendas informais (ambulantes)	32,8	7,8	50,0	0,0	33,9	7,1
Construção	6,9	4,7	0,0	0,0	6,5	4,3
Carpintaria	-	3,1	-	0,0	-	2,9
'Pwati'	1,7	4,7	25,0	16,7	3,2	5,7
'Ganho-ganho'	39,7	35,9	50,0	33,3	40,3	35,7
Outra	15,5	29,7	0,0	0,0	14,5	27,1

O rendimento das actividades económicas informais no mês anterior ao estudo não mudou muito desde 2006, e continua baixo (Tabela 16). Isto implica que é um factor importante adicional – e não

um substituto da agricultura – como fonte de subsistência e rendimento para as pessoas de Murrupula (ver abaixo). 60% dos agregados familiares envolvidos nessas actividades ganhavam em 2009 menos de 250 MT por mês, enquanto 10,1% ganhavam mais de 750 MT. Estes últimos representam um ligeiro aumento em relação a 2006, quando a percentagem era de 6,2%, e aponta para a crescente diferenciação entre agregados familiares. Nenhum agregado familiar chefiado por mulheres ganhava mais de 500 MT em actividades económicas informais.

Tabela 16. *Rendimento de Actividades Não Agrícolas por Sexo do Chefe do Agregado Familiar no Mês Anterior ao Estudo (em percentagem)*

Rendimento não agrícola	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sem rendimento	46,8	39,6	63,6	57,1	48,3	41,7
< 250	56,9	57,8	75,0	83,3	58,1	60,0
251 - 500	24,1	21,9	0	16,7	22,6	21,4
501 – 750	12,1	12,5	25,0	-	12,9	11,4
751 – 1.000	1,7	3,1	-	-	1,6	2,9
1.001 <	5,2	7,8	-	-	4,8	7,2
Não sabe	-	1,6	-	-	-	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A importância dominante da agricultura arável como meio de subsistência em Murrupula é amplamente demonstrada pelo facto de praticamente todos os agregados familiares possuírem campos ou machambas (Tabela 17). Os animais domésticos, especialmente galinhas e cabritos, são também importantes mas possuídos por menos agregados familiares em 2009 do que em 2006. Isto representa um desenvolvimento preocupante, dado que esses animais são importantes como uma segurança tanto para o consumo como para o rendimento. Os agregados familiares chefiados por mulheres têm menos animais domésticos do que os chefiados por homens, com excepção de galinhas.

Tabela 17. *Bens Agrícolas por Sexo do Chefe do Agregado Familiar (em percentagem)*

Bens agrícolas	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Campo	100,0	100,0	100,0	92,9	100,0	99,2
Galinhas	87,1	67,9	87,5	75,0	87,1	68,5
Patos	2,2	7,1	14,3	0,0	3,0	6,5
Cabritos	41,9	45,2	28,6	25,0	41,0	43,5
Porcos	28,0	19,0	14,3	-	27,0	17,4
Outros	12,9	14,3	14,3	12,5	13,0	14,1

A importância da agricultura fica também clara na Tabela 18, que mostra que a proporção de agregados familiares com rendimento do sector na última colheita aumentou entre 2006 e 2009. Embora 22,5% dos agregados familiares não tivesse rendimento da agricultura em 2006, esta percentagem reduziu para 11,8% em 2009. A redução é mais acentuada entre agregados familiares chefiados por mulheres, em que mais de metade não tinha qualquer rendimento da agricultura em 2006 contra menos de um quarto em 2009. Todavia, isto pode igualmente reflectir que a sua pobreza obriga-os a vender parte do pouco que têm sem que seja propriamente um 'excedente'. Ao

mesmo tempo houve uma dicotomização entre uma maioria que ainda vende quantidades muito limitadas – principalmente porque não produzem suficientemente para trocar – e uma minoria crescente que vende mais de 1.000 MT.²⁰ Este grupo inclui também agricultores que ganham consideravelmente mais do que 1.000 MT (o rendimento mais alto registado foi 7.000,00 MT).

Tabela 18. *Rendimento da Produção Agrícola da Última Colheita por Sexo do Chefe do Agregado Familiar (em percentagem)*

Rendimento de Prod. Agrícolas	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sem rendimento	19,3	10,4	54,6	23,1	22,5	11,8
<250	39,8	30,5	80,0	50,0	41,9	32,4
251 - 500	29,5	9,5	20,0	30,0	29,0	11,4
501 - 750	13,6	18,9	-	10,0	12,9	18,1
751 - 1.000	11,4	12,6	-	10,0	10,8	12,4
1.001 <	5,7	28,4	-	-	5,4	25,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A principal razão para o aumento dos lucros retirados da agricultura parece ser a alta de preços dos produtos agrícolas. As alterações de preços registadas variavam um pouco entre os diferentes grupos que inquirimos e a Tabela 19 abaixo mostra uma média estimada. O aumento de preço é menor para a mandioca, que no último capítulo vimos ter aumentado a sua cota da produção total. Isto quer dizer que os agricultores que conseguem diversificar a sua produção estão em melhor posição, não apenas em termos de valor nutricional da parte de subsistência da sua produção, mas também em termos de ganhos.

Tabela 19. *Preço ao Produtor de Produtos Agrícolas 2006-2009*

Produto	Unidade	Preço em 2006	Preço em 2009
Mandioca	Saco	100	150
Milho	Saco	180	360
Arroz	Lata	35	100
Feijão	Kg.	4	20
Amendoim	Kg.	8	13

Todavia, o aumento parece também reflectir uma mudança na produção, na forma de uma rotação deliberada de produtos nas machambas (Tabela 20). A rotação foi activamente propagada pelos serviços de extensão agrícola como o mais relevante melhoramento num cenário onde muito poucos agricultores têm acesso ao adubo animal ou conhecem fertilizantes químicos – e mesmo que os conhecessem muito poucos estariam em posição de os poder comprar. Como assinalado acima, há apenas sete extensionistas agrícolas em todo o distrito de Murrupula, e o potencial papel da extensão agrícola parece gritantemente sub-utilizado.

²⁰ Temos indicações de que os valores dados estão subestimados em todos os níveis, mas a tendência é mais importante e ainda é relevante. Uma estimativa feita por um líder comunitário sugere que os agricultores, num ano com boas chuvas, produzem uma média de 20 sacos de mandioca seca, 12 sacos de amendoim e 3 sacos de milho. Em anos de más chuvas, a produção média equivalente será de 10, dois e um sacos respectivamente (ver na Tabela 19 as equivalências de preços)

Tabela 20. *Principal Método de Fertilização no Campo Agrícola (em percentagem)*

Principal Método de Fertilização	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Rotação/pousio	3,7	52,8	-	53,8	3,3	52,9
Aubos naturais	13,8	0,0	-	7,7	12,5	0,8
Fertilizantes	-	0,9	-	-	-	0,8
Outro	0,9	2,8	-	-	0,8	2,5
Nenhum	81,7	43,4	100,0	38,5	83,3	42,9

Dissemos acima que a posse de animais domésticos é importante, mas decresceu nos últimos três anos. Enquanto 15,8% dos agregados familiares não possuíam animais em 2006, a percentagem aumentou em 2009 para 23,3% (Tabela 21). A posse de galinhas registou um acentuado decréscimo, queixando-se as pessoas de que as galinhas são constantemente destruídas por doenças. Em relação aos agregados familiares que possuem animais domésticos, uma crescente minoria realiza dinheiro com eles (Tabela 22). Em 2006 apenas 12% dos agregados realizaram mais de 500 MT, enquanto em 2009 a percentagem foi de 21%. A nossa amostra continua a não incluir qualquer agregado familiar que possuísse gado.

Tabela 21. *Agregados Familiares com Animais Domésticos*

Animais domésticos	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sem animais	14,7	20,8	27,3	42,9	15,8	23,3
Galinhas	87,1	67,9	87,5	75,0	87,1	68,5
Patos	2,2	7,1	14,3	0,0	3,0	6,5
Cabritos	41,9	45,2	28,6	25,0	41,0	43,5
Porcos	28,0	19,0	14,3	-	27,0	17,4
Outros	12,9	14,3	14,3	12,5	13,0	14,1

Tabela 22. *Rendimento da Venda de Animais, por Sexo do Chefe do Agregado Familiar no Ano Anterior ao Estudo (em percentagem)*

Rend. da venda de animais	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sem animais	14,7	20,8	27,3	42,9	15,8	23,3
< 250	66,7	59,1	80,0	50,0	68,0	58,3
251-500	20,0	22,7	20,0	0,0	20,0	20,8
501 <	13,3	18,1	0,0	50,0	12,0	20,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A imagem descrita neste sub-capítulo sobre as mudanças no emprego e rendimento em Murrupula entre 2006 e 2009 mostra que a agricultura permanece a actividade chave, tanto de subsistência como de rendimento; que as actividades informais se tornaram mais importantes como fonte secundária de rendimento; e que o emprego formal é ainda praticamente inexistente. Ao mesmo tempo, houve uma crescente diferenciação entre a maioria que continua destituída ou pobre e uma minoria que consegue explorar as novas oportunidades de acesso ao mercado. Na área, as potencialidades da agricultura são claramente reveladas pelo número crescente de produtores

comerciais que exploram o amplo acesso a terra fértil e mão-de-obra barata referido no capítulo anterior.

Para a maioria, os constrangimentos estruturais inibem a expansão das suas actividades agrícolas. As discussões em grupos focais, tanto em 2006 como em 2009, revelam que o acesso à terra não é considerado um constrangimento significativo, embora possa vir a sê-lo em algumas áreas caso continue a actual expansão da agricultura comercial. O nível da tecnologia é ainda muito rudimentar e claramente inibe maiores expansões efectivas das machambas, mas ao mesmo tempo a mão-de-obra é muito barata para os que estão em posição de a pagar. No nosso primeiro relatório realçámos fortemente o papel constrangedor do acesso inadequado aos mercados em Murrupula, na medida em que as pessoas ou não conseguiam vender os seus excedentes ou tinham de os vender a preços muito baixos. Embora este seja ainda o caso, particularmente nas áreas mais distantes, mostrámos também que esta é a área que viu melhoramentos mais significativos, quer em termos de mercados em si quer nos preços dos produtos agrícolas.

O constrangimento estrutural mais importante à maior expansão da agricultura parece ser a mão-de-obra. Embora tenhamos notado que a maioria dos agregados familiares é relativamente grande, o acesso efectivo ao trabalho é determinado por diversos factores. Uma das queixas comuns é que os membros jovens do agregado familiar não estão interessados em participar no árduo trabalho agrícola, e tendem a envolver-se na economia informal até terem responsabilidades familiares e serem forçados a voltar ao cultivo da terra. Argumentámos também que a situação prejudicial da saúde em Murrupula significa que muitos membros produtivos do agregado familiar – incluindo mulheres grávidas – são forçados a permanecer fora dos campos em momentos críticos da produção. Todavia, e talvez ainda mais importante, a pobreza obriga muitos agregados familiares a trabalharem como mão-de-obra agrícola no terreno de outros, através do sistema do *ganho ganho*, em momentos críticos do seu próprio ciclo produtivo. Como voltaremos a assinalar no capítulo final, as intervenções que apoiem o aumento de eficiência e produtividade na agricultura e os melhoramentos contínuos no acesso ao mercado parecem ser o remédio mais importante para esta situação.

4.5 Bens e Consumo

Os bens dos agregados familiares e dos indivíduos reflectem a sua posição económica em termos de pobreza e bem-estar, mas são também marcas importantes de identidade e de posição sócio-cultural. O que o antropólogo Arjun Appadurai (1986) chamou “a vida social das coisas” tem a ver com a ideia de que as pessoas usam os bens para comunicar quem são. Este é especialmente o caso dos que estão em melhor situação, que podem escolher realmente o que querem comprar e onde investir. Para os mais pobres, a falta de bens reflectirá mais a sua pobreza do que do que as suas escolhas individuais.

Como se vê na Tabela 23 abaixo, entre 2006 e 2009 houve relativamente poucas mudanças na posse de bens entre os 120 agregados familiares do nosso estudo. Houve um ligeiro aumento em todos os bens básicos que as pessoas usam na sua vida do dia-a-dia (mesas, cadeiras, talheres, enxadas, catanas e machados), em termos da proporção de agregados familiares que os possuem, tanto entre os chefiados por homens como entre os chefiados por mulheres. Embora os bens destinados à produção sejam detidos por praticamente todos os agregados familiares, bens como mesas e cadeiras são ainda possuídos por apenas 9% e 32% dos agregados familiares respectivamente. Estes bens podem não ser tão cruciais para os agregados familiares como os bens destinados à produção, mas ser capaz de puxar uma cadeira e sentar-se a uma mesa quando se recebem visitas (o que todos, excepto aos mais marginalizados, frequentemente fazem) é um sinal importante de hospitalidade e inclusão social.

Tabela 23. *Posse de Bens por Sexo do Chefe do Agregado Familiar (em percentagem)*

Bem	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Rádio	61,5	50,9	28,6	7,1	57,6	45,8
'Aparelhagem'	2,9	1,9	0,0	0,0	2,5	1,7
Celular	3,8	4,7	7,1	7,1	4,2	5,0
Bicicleta	58,7	59,4	28,6	7,1	55,1	53,3
Motorizada	3,8	10,4	-	-	3,4	9,2
Cama (não esteira)	39,4	41,5	21,4	21,4	37,3	39,2
Mesa	7,7	9,4	7,1	7,1	7,6	9,2
Cadeiras	26,9	34,9	7,1	7,1	24,6	31,7
Talheres	62,5	68,9	71,4	57,1	63,6	67,5
Enxada	98,1	100,0	100,0	100,0	98,3	100,0
Catana	92,3	91,5	78,6	71,4	90,7	89,2
Machado	73,1	78,3	64,3	57,1	72,0	75,8

Entre os artigos de conveniência, a posse de bicicletas registou realmente um decréscimo entre 2006 e 2009. Uma bicicleta é importante para que se possa transportar produtos agrícolas e outros produtos para venda nos mercados, e pode ser crucial por exemplo para transportar membros da família doentes até unidades sanitárias bastante distantes. Os dados mais significativos neste caso são a muito baixa posse de bicicletas entre os agregados familiares chefiados por mulheres, cuja percentagem desceu de 29% para 7%. Em Murrupula é muito raro ver mulheres de bicicleta, o que reflecte a sua posição económica inferior, bem como as proibições culturais contra as mulheres andarem de bicicleta. A posse de rádio também diminuiu e é mais baixa do que a reportada em outros estudos (INE 2009). A falta de uma estação de rádio local ou 'rádio comunitária' em Murrupula pode ser uma razão justificativa. A posse de telefones celulares, também estes com importância prática bem como com conotações de estatuto social, registou um ligeiro aumento mas permanece ainda muito baixa, com 5%, não obstante o alargamento da rede de telemóveis (ver o Capítulo 3).

A informação talvez mais inesperada da Tabela 23 é o aumento da posse de motocicletas. Os nossos dados mostram que foram principalmente os agregados familiares chefiados por homens em Chakalua e Merica, com as melhores opções de aumento da produção agrícola e de rendimento, que compraram essas motocicletas. Elas custam 17.000 MT, o que é um grande montante de dinheiro no contexto de Murrupula. Estar em posição de poder comprar uma motocicleta é um sinal claro de aumento de riqueza. Mas é também um sinal da importância dada aos artigos de conveniência como sinais de autoridade em comunidades onde isso é importante: várias das pessoas que encontramos que tinham comprado motocicletas eram líderes comunitários (régulos e cabos). Num dos casos, a motocicleta tinha andado apenas poucos quilómetros, estava estacionada em frente da habitação durante o dia para que toda a gente a visse e era cuidadosamente guardada em casa durante a noite.

As mudanças registadas no rendimento e na posse de bens reflectem-se parcialmente nas alterações das despesas do agregado familiar entre 2006 e 2009 (Tabela 24). A proporção de agregados familiares que não tinham feito qualquer despesa na semana anterior ao estudo baixou de 20% para 13%, mas continua muito alta (50%) nos agregados familiares chefiados por mulheres. Ao mesmo tempo, a proporção de agregados familiares que gastaram menos de 250 MT aumentou significativamente entre as duas datas. É provável que isto reflecta principalmente a data em que foram feitos os estudos: enquanto o primeiro estudo foi feito no fim da estação agrícola e no período da colheita, quando as pessoas vendem os seus produtos (Março de 2006), o último foi efectuado no

princípio da estação quando os recursos, particularmente para os que dependem unicamente da agricultura, estavam em processo de se esgotarem e antes de as novas colheitas poderem ser colhidas e vendidas (Novembro de 2009). Esta também é provavelmente a razão principal do decréscimo na proporção de agregados familiares que gastaram mais de 1.000 MT na semana anterior ao estudo.

Tabela 24. *Despesa do Agregado Familiar na Semana Anterior ao Estudo (em percentagem)*

Despesa do Agregado Familiar	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sem despesa	15,9	7,5	63,6	50,0	20,3	12,5
< 250	27,1	74,5	9,1	50,0	25,4	71,7
251-500	15,0	14,2	-	-	13,6	12,5
501-1000	10,3	2,8	18,2	-	11,0	2,5
1001-1500	8,4	0,9	-	-	7,6	0,8
1501 <	23,4	-	9,1	-	22,0	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Isto parece ser confirmado pelas mudanças nos tipos de itens que os agregados familiares compraram na semana anterior ao estudo (Tabela 25). Em 2006 os agregados familiares gastaram em artigos alimentares uma proporção mais pequena em relação às suas despesas totais do que em 2009, o que reflecte o facto de em Novembro de 2009 os seus recursos alimentares se encontrarem em processo de esgotamento. Isto está associado a uma redução das despesas com todos os outros itens, com excepção das consultas médicas e medicamentos a que as pessoas têm de dar prioridade, e do transporte. O aumento das despesas com transporte aponta para o aumento de contactos dos agregados familiares em melhor situação chefiados por homens com centros (semi) urbanos como a vila de Murrupula e a cidade de Nampula, a que voltaremos abaixo. Os agregados familiares chefiados por mulheres registaram uma diminuição nas suas despesas e não têm quaisquer despesas com transporte – reflectindo a sua pobreza, dependência da agricultura de subsistência e também a sua imobilidade social.

Tabela 25. *Despesa Média Semanal com Artigos de Consumo Seleccionados (MT)*

Artigo de consumo	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Produtos alimentares	42,55	63,39	9,55	22,14	39,53	58,57
Produtos de limpeza	17,36	12,78	1,36	2,57	15,89	11,59
Roupas	23,87	16,46	22,73	2,86	23,77	14,88
Material escolar	5,13	3,82	1,59	0,00	4,80	3,38
Medicament/Consultas	4,90	4,82	1,81	0,71	4,47	4,34
Transporte	4,30	11,04	-	-	3,90	9,75
Outras despesas	-	5,49	-	1,00	-	4,97
Total	98,11	117,8	35,41	29,28	92,35	107,48

A Tabela 25 mostra que houve um aumento na média das despesas totais semanais, de 92,4 MT em 2006 para 107,5 MT em 2009. Contudo, isto não reflecte apenas o aumento de consumo mas também o aumento dos preços dos artigos de consumo. A Tabela 26 mostra as diferenças de preços

observadas entre 2006 e 2009 em produtos chave como peixe, vestuário, sabão e açúcar.²¹ O peixe é muito importante como fonte de proteínas, numa área com poucos animais domésticos e uma grande dependência da pouco nutritiva mandioca. Os nossos dados mostram também que, enquanto 66% dos agregados familiares mostravam que não tinham cortado quaisquer artigos de consumo para compensar o aumento de preços, na semana anterior ao estudo em 2009, um artigo de consumo 'de luxo' como o vestuário foi geralmente o item mais cortado (22,5%) entre os agregados familiares que foram forçados a reduzir as suas despesas por essa razão. Os agregados familiares chefiados por mulheres registam preços mais baixos para diversos produtos do que os chefiados por homens. Isto pode reflectir um envolvimento mais limitado das mulheres no mercado de trocas, mas pode também reflectir melhores capacidades de negociação (ver abaixo).

Tabela 26. *Diferenças de Preço em Artigos de Consumo Seleccionados, 2008- 2009 (Um ano) (MT)*

Artigos de consumo	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Peixe	18,18	35,09	11,43	25,00	29,61	60,09
Roupas	61,29	103,57	37,50	71,88	98,79	175,45
Sabão	10,80	16,40	11,25	15,75	22,05	32,15
Açúcar	17,44	22,85	19,60	25,00	37,04	47,85
Outros	109,11	192,27	6,66	10,56	115,78	202,82

Os impostos são um tipo de despesa com grande impacto potencial na economia do agregado familiar. Mostrámos no nosso primeiro relatório de 2006 que as pessoas em princípio têm de pagar imposto pessoal, imposto de bicicleta e taxas pelas actividades comerciais. Argumentámos também que a cobrança de impostos era relativamente eficiente, na medida em que era realizada em representação do estado, por líderes tradicionais (régulos e cabos) que conhecem bem as suas comunidades e têm interesse próprio na cobrança de impostos dado que são economicamente recompensados por isso. Todavia, como se vê na Tabela 27, a proporção de agregados familiares que pagam impostos reduziu realmente entre 2006 e 2009 de 77% para 68%. Isto reflecte as reduzidas actividades económicas, bem como a redução da posse de bicicletas, entre os mais pobres (verificado pela baixa proporção de agregados familiares chefiados por mulheres que pagam impostos), assim como o facto de os próprios líderes se terem provavelmente tornado mais negligentes já que o seu pagamento em 2009 foi 'fixado' em 450 MT por trimestre (1º nível) ou 250 MT por trimestre (2º nível) – em vez de 'na base de resultados' como em 2006.

Tabela 27. *Pagamento de Impostos no Ano Anterior ao Estudo (em percentagem)*

Pagamento de impostos	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sim	83,5	74,5	9,1	14,3	76,7	67,5
Não	16,5	25,5	90,9	85,7	23,3	32,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Por último, abordamos nesta secção o desenvolvimento relativo à questão da tomada de decisões no que respeita às despesas do agregado familiar (Tabela 28). Enquanto os homens ainda têm o

²¹ Estes itens estão entre os mais caros que os agregados familiares compram e apenas são adquiridos com intervalos irregulares ou nunca. Isto explica porque são tão elevados os preços por unidade, em relação às despesas semanais totais.

controlo e são quem principalmente toma as decisões quanto aos maiores investimentos, os nossos estudos de caso e discussões em grupos focais mostram que as mulheres têm uma influência relativamente forte no que toca a decisões sobre as despesas diárias com a alimentação e outras necessidades. Nos agregados familiares chefiados por homens, aumentaram de 18% em 2006 para 44% em 2009 os que declaram que tanto homens como mulheres tomam parte na tomada de decisões. Isto pode indicar uma mudança no sentido de uma posição mais forte das mulheres nos agregados familiares chefiados por homens, possivelmente como resultado da crescente importância da agricultura onde as mulheres desempenham o papel central. Nos agregados familiares chefiados por mulheres, os homens que tomam parte na tomada de decisões serão geralmente os seus tios maternos (i.e irmão da mãe) ou o irmão mais velho, e o crescente envolvimento de homens na tomada de decisões destes agregados familiares reflecte provavelmente as suas dificuldades económicas. As discussões nos grupos focais mostram que as mulheres tendem a tomar decisões que são mais benevolentes para o bem-estar do conjunto do agregado familiar do que as tomadas por homens (ver também Tvedten, Paulo e Tuominen 2009).

Tabela 28. Tomada de Decisão sobre Gasto do Rendimento (em percentagem)

Tomada de decisão	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Chefe do Agregado Familiar	62,4	55,7	90,0	64,3	64,7	56,7
Só Homens	18,3	-	0,0	-	16,8	-
Só Mulheres	0,0	-	0,0	14,3	0,0	1,7
Homens e Mulheres	18,3	44,3	0,0	21,4	16,8	41,7
Todo o Agregado Familiar	0,9	-	10,0	-	1,7	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

4.6 Educação e Saúde

Vimos no Capítulo 3 que o número de escolas e salas de aula construídas no distrito de Murrupula aumentou desde 2006, reflectindo uma política do governo favorecendo a educação como forma de sair da pobreza. Simultaneamente, no nosso primeiro relatório de 2006 enfatizámos que as pessoas em Murrupula não pareciam partilhar esta convicção. Por um lado, muitos agregados familiares continuam a manter as suas crianças fora da escola ou tiram-nas para trabalhar ou casar. Por outro lado, muita gente se queixou que mesmo as crianças que frequentaram a escola tinham problemas para arranjar emprego e acabavam muitas vezes a trabalhar em machambas ou na economia informal, como muitos dos seus colegas com menor educação.

Como se vê na Tabela 29 abaixo, isto está reflectido nos 120 agregados familiares que tomaram parte no nosso estudo em 2006 e 2009. Entre os chefes dos agregados familiares, 50% dos chefes masculinos e 79% dos femininos não têm nenhuma educação formal e apenas 10% dos agregados familiares chefiados por homens e nenhum dos chefiados por mulheres possui o EP2 (7ª Classe) ou mais. Olhando para as mudanças, no nível mais elevado de educação no conjunto dos agregados familiares, há realmente em 2006 uma (consideravelmente) mais alta proporção de agregados familiares sem membros com educação formal e uma (ligeiramente) mais alta proporção de membros com maior educação do que em 2009. Isto significa que desde 2006, entre os agregados familiares com menos educação, os membros do agregado familiar com educação formal partiram e/ou que os novos membros do agregado familiar não vão à escola. Significa também que, entre os

agregados familiares com melhor educação, alguns membros com menor educação em 2006 conseguiram durante os três anos em questão concluir o EP2 ou a educação secundária/básica.²²

Tabela 29. *Nível de Educação mais Elevado no Agregado Familiar por Sexo do Chefe do Agregado Familiar (em percentagem)*

Nível de educação mais elevado no agregado familiar	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Nenhum	20,4	35,8	20,0	50,0	20,3	37,5
Alfabetização	18,5	10,4	10,0	28,6	17,8	12,5
EP1	51,9	33,0	60,0	14,3	52,5	30,8
EP2	7,4	12,3	10,0	-	7,6	10,8
Secundário/básico	0,9	6,6	-	7,1	0,8	6,7
Ensino Médio	0,9	1,9	-	-	0,8	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A limitada frequência escolar está assinalada na Tabela 30, que mostra uma redução real na proporção de crianças em idade escolar (i.e. 6-15 anos) que vão à escola, de 81,7% em 2006 para 69,9% em 2009. O decréscimo é particularmente elevado nos agregados familiares chefiados por mulheres (com 15 pontos percentuais), sublinhando novamente o isolamento social e as difíceis circunstâncias económicas destes agregados familiares em Murrupula. Entre os que não estão a estudar, as razões variam consideravelmente entre os agregados familiares chefiados por homens e os chefiados por mulheres, tanto para os rapazes como para as raparigas (ver as Tabelas 31 e 32). Nos agregados familiares chefiados por homens, é visível que o argumento de que o agregado familiar 'não tem meios' para mandar as suas crianças à escola é menos notório em 2006 do que em 2009 – também no que respeita às raparigas. Não há rapazes em idade escolar entre os agregados familiares chefiados por mulheres, mas a questão da disponibilidade de meios entre esses agregados familiares é notória no caso das raparigas.

Tabela 30. *Proporção de Agregados Familiares com Crianças em Idade Escolar que Estudam (6-15 anos)*

Crianças em idade escolar	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sim	80,6	69,4	90,0	75,0	81,7	69,9
Não	19,4	30,6	10,0	25,0	17,3	30,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

²² Pode também reflectir uma composição diferente em termos de educação entre os 15 agregados familiares que tiveram de ser substituídos no estudo de 2009, mas a tendência seria ainda relevante.

Tabela 31. Principais Razões para Não Estudar – Rapazes (em percentagem)

Principal razão para não estudar	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sem meios	11,1	-	-	-	11,1	-
Não interessado	11,1	15,8	-	-	11,1	15,8
Muito jovem	33,3	36,8	-	-	33,3	36,8
Escola muito distante	11,1	31,6	-	-	11,1	31,6
Incapacitado / doente	22,2	10,5	-	-	22,2	10,5
Terminou	11,1	-	-	-	11,1	-
Mudou-se	-	5,3	-	-	-	5,3

Tabela 32. Principais Razões para Não Estudar – Raparigas (em percentagem)

Principal razão para não estudar	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sem meios	42,9	0,0	-	50,0	37,5	8,3
Não interessada	-	30,0	-	50,0	-	33,3
Muito jovem	14,3	40,0	100,0	-	25,0	33,3
Escola muito distante	14,3	30,0	-	-	12,5	25,0
Incapacitada / doente	14,3	-	-	-	12,5	-
Terminou	-	-	-	-	-	-
Mudou-se	14,3	-	-	-	12,5	-

Argumentámos anteriormente neste relatório que a situação sanitária tem implicações significativas para a pobreza e bem estar em Murrupula, não apenas pelos doentes e suas capacidades produtivas, mas também em termos de ramificações a longo prazo. A doença e a morte põem em movimento processos sócio-culturais com implicações negativas nas relações sociais, por exemplo através de acusações de feitiçaria, e são uma razão importante da alta taxa de fertilidade na área, com implicações negativas particularmente na capacidade de produção das mulheres. Ao mesmo tempo, mostrámos que tinha havido mudanças substanciais na situação sanitária entre 2006 e 2009. A competência e a capacidade do pessoal médico melhorou (i.a. através da chegada de um médico), e as pessoas usam com maior frequência as instituições médicas locais.

Embora seja difícil isolar as implicações da melhoria dos serviços preventivos de saúde e do acesso às instituições de saúde de outros factores, o nosso estudo indica melhorias na situação de saúde entre os 120 agregados familiares que acompanhamos. Como se vê na Tabela 33, a proporção de agregados familiares com membros doentes nas duas semanas anteriores ao estudo baixou entre 2006 e 2009 de 80% para 66,7% – embora continue alta.

Tabela 33. Agregados Familiares com Um ou Mais Membros Doentes nas Duas Semanas Anteriores à Entrevista (em percentagem)

Proporção de membros do agregado familiar doentes	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sim	79,8	67,0	71,8	64,3	80,0	66,7
Não	20,2	33,0	18,2	35,7	20,0	33,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Os dados sobre agregados familiares com uma ou mais pessoas com doenças crónicas e agregados familiares com crianças que morreram antes dos cinco anos de idade também viram melhorias (Tabela 34). Obviamente que em princípio isto é difícil de explicar: a única forma de a proporção das pessoas 'cronicamente doentes' ser reduzida é que os que eram cronicamente doentes em 2006 faleceram e não surgiram novos casos. Assumindo que uma grande proporção dos que são considerados doentes crónicos tem HIV-SIDA, as mortes entre este grupo deviam ser 'compensadas' por novos casos (como referimos, os funcionários médicos responsáveis em Murrupula afirmam que a incidência do HIV-SIDA está a aumentar). O que os dados *podem* indicar é que a percepção do que é considerado 'doença crónica' mudou devido às melhorias no acesso aos serviços de saúde.

Tabela 34. *Agregados Familiares com Um ou Mais Membros com Doenças Crónicas (em percentagem)*

Doentes crónicos	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sim	24,8	13,2	36,4	14,3	25,8	13,3
Não	75,2	86,8	63,6	85,7	74,2	86,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A redução da proporção dos agregados familiares com uma ou mais crianças que morrem antes de atingirem a idade de cinco anos é igualmente difícil de explicar – tal como as mudanças na percepção das razões da mortalidade infantil (Tabelas 35 e 36). Exceptuando a opção de que não houve mortalidade infantil em nenhum ou poucos dos 15% dos 120 agregados familiares que tiveram de ser substituídos, a única explicação possível é que as pessoas em 2009 eram mais 'optimistas' no que respeita à sua situação de saúde e por qualquer razão 'omitiam' a informação dolorosa relacionada com a saúde como a mortalidade infantil – ou, alternativamente, que exageraram a incidência destas condições em 2006, quando estavam presumivelmente mais incertos acerca das nossas intenções como 'pesquisadores'.

Tabela 35. *Agregados Familiares com Crianças Falecidas Antes dos 5 Anos de Idade (em percentagem)*

Número de crianças mortas	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Nenhuma	45,9	60,4	36,4	57,1	45,0	60,0
1	21,1	13,2	36,4	35,7	22,5	15,8
2	17,4	12,3	9,1	7,1	16,7	11,7
3	9,2	9,4	-	-	8,3	8,3
4+	6,4	4,7	18,2	-	7,5	3,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 36. *Percepção das Razões da Mortalidade Infantil por Sexo do Chefe do Agregado Familiar (em percentagem)*

Causas da mortalidade	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Malária	15,3	42,9	14,3	-	15,2	37,5
Tosse	15,3	4,8	28,6	-	16,7	4,2
Dores de barriga	27,1	42,9	28,6	33,3	27,3	41,7
Não sabe	42,3	7,1	28,8	-	40,8	6,3

Vista em conjunto com a nossa informação qualitativa dos grupos focais e das entrevistas aprofundadas aos agregados familiares, há uma base para argumentar que a educação como meio de fugir à pobreza está em processo de perder terreno e credibilidade, particularmente entre os agregados familiares mais pobres de Murrupula. Ao mesmo tempo, a situação sanitária parece estar a melhorar – embora o ponto de partida fosse muito fraco. Enquanto o principal desafio na educação parece ser a melhoria da qualidade, o principal desafio para o sistema sanitário parece ser aumentar o acesso às instalações sanitárias e continuar o trabalho de estabelecer pontes com os médicos tradicionais.

4.7 Capital Social e Cultural

Como tem sido realçado ao longo desta série de relatórios, a pobreza e o bem-estar são determinados por uma combinação de pobreza material na forma de rendimento e de bens por um lado, e relações sociais com a família alargada, instituições comunitárias, sociedade civil e o estado por outro. Este último aspecto é vital para compreender as condições de impotência e vulnerabilidade – e as opções de mobilidade social ascendente. No nosso primeiro relatório sobre Murrupula, encontrámos correlações claras entre o grau de pobreza e a ocorrência e tipos de relações sociais: os agregados familiares mais pobres caracterizavam-se por um conjunto muito limitado de relações com quem contavam tanto nas suas vidas diárias como em tempos de crise, enquanto os em melhor situação se caracterizavam por relações muito mais amplas com a família alargada, instituições comunitárias, sociedade civil bem e o estado.

Em 2009, a proporção de agregados familiares ‘sem problemas’ tinha baixado consideravelmente, de 24% para dois por cento (Tabela 37). Enquanto em 2009 os problemas de adultério e falecimentos foram registados com menos frequência do que em 2006, os problemas com rendimento, falta de necessidades básicas e saúde foram mais frequentes. O forte enfoque na saúde sublinha as sérias condições de saúde em Murrupula, mas reflecte também a crescente atenção prestada à saúde e a possíveis curas. Os problemas globais mais comuns dos agregados familiares em Murrupula continuam a ser a falta de rendimento, saúde e mortes prematuras.

Tabela 37. *Último Problema Familiar que Necessitou de Ajuda Externa para ser Resolvido (em percentagem)*

Tipo de problema familiar	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sem problema	24,8	1,9	18,2	-	24,2	1,7
Adultério	15,6	8,5	9,1	7,1	15,0	8,3
Doença	16,5	34,9	27,3	42,9	17,5	35,8
Falecimento	22,0	9,4	36,4	14,3	23,3	10,0
Habitação	1,8	3,8	-	-	1,7	3,3
Falta de rendimento	2,8	13,2	-	-	2,5	11,7
Produção inadequada	3,7	4,7	9,1	-	4,2	4,2
Falta de comida	0,9	9,4	-	-	0,8	8,3
Outro	11,9	14,2	-	35,7	10,8	16,7

No que diz respeito às redes sociais externas usadas para resolver problemas do agregado familiar, a importância da família próxima subiu de facto entre 2006 e 2009, de 79,1% para 87,3% (Tabela 38). As instituições públicas formais (como a polícia e os tribunais), bem como as autoridades tradicionais e os clãs, continuam a ser muito menos importantes. A categoria ‘outros’ inclui as instituições de saúde. Isto aponta para a ‘privatização’ contínua dos problemas familiares em

lugares como Murrupula, e para a concomitante percepção da relevância limitada das autoridades comunitárias tradicionais e do estado para a resolução dos problemas do dia-a-dia das pessoas. Manter os problemas 'privados' desta forma aumenta as dificuldades das famílias mais pobres, que cada vez mais terão menos recursos, em termos económicos e de desenvolvimento humano, do que os que estão em melhor situação.

Tabela 38. *Principal Fonte de Tentativa de Resolução de Problema Familiar (em percentagem)*

Fonte de resolução do problema	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sem problema	24,8	1,9	18,2	-	24,2	1,7
Polícia / tribunal	-	1,9	-	-	-	1,7
Autoridades tradicionais /clã	-	-	-	-	-	-
Família / amigos	78,0	86,5	88,9	92,9	79,1	87,3
Outra	22,0	11,5	11,1	7,1	20,9	11,0

Olhando para os principais tipos de conflitos na comunidade, estes são no geral os mesmos em 2009 e em 2006 (Tabela 39). A bebida é ainda considerada o mais importante problema social da comunidade e envolve principalmente bebidas 'tradicionais' como a *oteka* (feita de sorgo) e a *cabanga* (feita de milho). Beber não é apenas um evento 'social' mas também uma parte complexa da economia e actividades sociais. Vimos que o pagamento do trabalho prestado através do *ganho ganho* é muitas vezes feito em bebidas alcoólicas tradicionais e os acontecimentos sociais como nascimentos, casamentos, funerais e outras cerimónias geralmente envolvem bebidas. Beber *oteka* é também visto pelos homens como uma forma de ganhar força para o trabalho na machamba. Os líderes tradicionais, porém, apontam a bebida como um problema crescente nas suas comunidades. Outros problemas que se destacam na comunidade são o adultério e o furto de bens. O desespero das pessoas pobres nas comunidades é amplamente demonstrado pelo facto de o roubo de produtos agrícolas e animais domésticos – em relação aos quais há fortes proibições culturais – ser reportado como estando em ascensão.

Tabela 39. *Tipos mais Comuns de Conflitos na Comunidade (em percentagem)*

Tipo de conflito na comunidade	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sem conflito	15,6	14,2	18,2	28,6	15,8	15,8
Bebida	23,9	24,5	27,3	21,4	24,2	24,2
Adultério	17,4	13,2	0,0	14,3	15,8	13,3
Roubo	25,7	21,7	36,4	14,3	26,7	20,8
Conflitos de terra	9,2	8,5	9,1	14,3	9,2	9,2
Conflitos de água	0,9	5,7	0,0	7,1	0,8	5,8
Outros	7,3	12,3	9,1	0,0	7,5	10,8

As pessoas voltam-se de forma crescente para as autoridades tradicionais (*cabos e régulos*) para resolverem problemas comunitários – com um aumento entre 2006 e 2009 de 55% para 76% da proporção de agregados familiares que vêm as referidas autoridades como a principal fonte de resolução dos conflitos da comunidade (Tabela 39). A importância ligada à polícia e aos tribunais

desceu de 21% para 10%, indicando que as instituições do estado ainda não são muito proeminentes neste tipo de comunidades rurais.

Tabela 39. Principal Fonte para Tentativa de Resolução de Problemas (em percentagem)

Resolução de problemas	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Chefe da aldeia	55,4	75,8	50,0	80,0	55,0	76,2
Régulo	3,3	4,4	-	10,0	3,0	5,0
Autoridade religiosa	-	-	-	-	-	-
Polícia	9,8	4,4	25,0	10,0	11,0	5,0
Tribunal comunitário	9,8	5,5	12,5	0,0	10,0	5,0
Outra	21,7	9,9	12,5	0,0	21,0	8,9

Dito isto, também afirmámos que o ‘antagonismo’ entre as autoridades tradicionais e do estado que encontrámos em 2006 parece ter dado lugar a mais cooperação – em parte através de ‘coopção’, dado que mais líderes comunitários recebem remuneração do estado e em parte porque os líderes tradicionais vêem que podem aumentar o seu estatuto e influência associando-se a intervenções do estado, por exemplo na forma de escolas e hospitais. As autoridades tradicionais continuam a resolver ‘problemas tradicionais’ como acusações de feitiçaria, conflitos de terra e adultério, mas encaminham para a polícia da vila de Murrupula os casos graves como assassinio e roubo de bens valiosos. Interessante – porque contrasta fortemente com outros distritos principalmente Muçulmanos de Nampula onde trabalhámos (Tvedten, Paulo e Tuominen 2009) – é o facto de as autoridades religiosas não serem consultadas em casos de conflitos comunitários.

Isto não quer dizer que a religião e as instituições religiosas não sejam importantes para as pessoas na sua vida diária – embora uma percentagem tão elevada quanto 29% em 2006 e 27% em 2009 declare não ser membro de qualquer congregação (Tabela 40). Como afirmámos no nosso primeiro relatório, as pessoas frequentam activamente as igrejas e mesquitas não apenas pelo conforto espiritual mas também como um lugar de encontro social e uma fonte de ajuda para pessoas necessitadas. Num só dos cabos em Murrupula identificámos nove igrejas e duas mesquitas. O Islamismo parece estar a ganhar terreno entre os agregados familiares incluídos neste estudo, em parte à custa do Catolicismo. Agregados familiares católicos passaram para muitas das novas igrejas evangélicas do distrito.²³ Uma razão para a crescente notoriedade da fé Islâmica pode ser a sua postura activa de ajuda às pessoas pobres, através da recolha de fundos de caridade (*zakat*) durante as cerimónias religiosas de Sexta Feira.

Tabela 40. Religião Mais Comum Praticada no Agregado Familiar (em percentagem)

Religião	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Católica	30,3	21,7	45,5	21,4	31,7	21,7
Islâmica	24,8	28,3	18,2	42,9	24,2	30,0
Outra Evangélica	13,8	21,7	18,2	14,3	15,0	20,8
Nenhuma	30,3	27,4	18,2	21,4	29,2	26,7
Outra	0,9	0,9	-	-	0,8	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

²³ Num dos cabos há cinco destas igrejas: União Baptista, Paz de Cristo, Arco Íris, Testemunho de Jesus e Assembleia de Deus.

Juntamente com a religião a tradição, medida pela prática de cultos ancestrais pelas pessoas, ainda exerce uma forte influência sobre as pessoas – embora alguns dos agregados familiares entrevistados em 2006 afirmem em 2009 que já não praticam esses cultos (Tabela 41). Vimos na introdução a este capítulo como os referidos cultos são vistos como vitais para ter boas chuvas e produção agrícola, mas são também praticados em paralelo com cerimónias religiosas, em nascimentos, casamentos e funerais. Embora haja todas as razões para acreditar que são igualmente importantes para os pobres e para os que estão em melhor situação, o aumento dos custos associados ao envolvimento de curandeiros e à realização dos sacrifícios necessários em termos de bebidas e comida impede alguns dos mais pobres de seguirem a sua tradição e de assegurarem relações vitais com os antepassados e contemporâneos.

Tabela 41. Práticas de Cultos Ancestrais (Epepa e Mukutho) (em percentagem)

Praticam cultos	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sim	70,9	69,4	81,8	78,6	72,2	65,0
Não	29,1	30,6	18,2	21,4	27,8	35,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Ainda acontecem duas intervenções com sucesso limitado para melhorar as relações e o capital social em Murrupula – frequentemente promovidas pelo estado e pelas organizações doadoras. A criação de associações (Tabela 42) foi apoiada pelo Ministério da Agricultura como um meio importante para aumentar a produção e empoderar os agricultores pobres nas suas relações com os comerciantes. Há umas poucas associações bem sucedidas, incluindo algumas que beneficiaram do sistema dos 7 milhões de MT (ver acima), mas em 2009 apenas 7,5% dos agregados familiares eram membros, o que significa uma redução de 1.7 pontos percentuais em relação a 2006.

Tabela 42. Filiação em Associações por Agregado Familiar (em percentagem)

Filiação em associações	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sim	9,2	8,5	9,1	0,0	9,2	7,5
Não	90,8	91,5	90,9	100,0	90,8	92,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O número muito baixo de agregados familiares em Murrupula que participam em grupos de poupança é outra indicação da base limitada de acção colectiva nas comunidades rurais pobres como Murrupula (Tabela 43). Tanto em 2006 como em 2009, apenas 0,8% tinham um membro que tomava parte nessas actividades. Uma razão justificativa pode ser que simplesmente não há dinheiro suficiente para colocar neste tipo de investimento, mas também pode reflectir uma falta de confiança entre pessoas que vivem em circunstâncias muito difíceis e são obrigadas a pensar principalmente nelas próprias.

Tabela 43. *Agregados Familiares que Participam em Grupos de Poupança (stique/ikirimo) (em percentagem)*

Participação em grupos de poupança	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Sim	0,9	0,9	-	-	0,8	0,8
Não	99,1	99,1	100,0	100,0	99,2	99,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Olhando para as mudanças verificadas no uso das instituições públicas (Tabela 44), em 2009 menos pessoas consultaram os Postos Administrativos do que em 2006. Isto pode ter origem no facto de que, embora os Postos fossem relativamente novos em 2006, as pessoas se tenham apercebido que eles não têm recursos ou projectos tangíveis e por isso acham-nos menos relevantes. Também diminuíram as questões levadas ao tribunal e à polícia, respectivamente de 42% para 6% e de 27% para 13%. Os contactos com a Agricultura e a Acção Social aumentaram um pouco entre os agregados familiares do nosso estudo – notoriamente apenas entre os agregados familiares chefiados por homens. O nível elevado de contactos com o notário público reflecte a necessidade de as pessoas adquirirem bilhete de identidade para as eleições gerais em 2009. Como a maioria destas instituições está localizada na vila de Murrupula, são menos usadas pelos muito pobres do que pelos em melhor situação, não apenas por causa do custo dos transportes e acomodação mas também porque contactá-las requer um mínimo de ‘competência cultural’ relevante, no sentido de saber o que fazem, de ser capaz de apresentar o seu caso e (frequentemente) de ser capaz de assinar o seu nome.

Tabela 44. *Uso dos Serviços de Instituições Públicas no Ano Anterior ao da Entrevista (em percentagem)*

Instituições públicas	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Adm./Posto Adm.	55,0	35,8	18,2	21,4	51,7	34,2
Agricultura	7,3	8,5	-	-	6,7	7,5
Acção Social	-	6,6	-	-	-	5,8
Registo/notariado	27,5	75,5	9,1	57,1	25,8	73,3
Polícia	26,6	13,2	27,3	14,3	26,7	13,3
Tribunal	42,2	6,6	40,0	0,0	42,0	5,8

Enquanto alguns agregados familiares recebem ajuda externa das instituições públicas e dos doadores, a larga maioria depende do estabelecimento de relações sociais numa base pessoal com a família, amigos e instituições tradicionais para enfrentarem as suas vidas diárias, bem como para ultrapassarem tempos de crise. Ao visitar os agregados familiares abrangidos pelos nossos estudos de caso em 2006 e 2009, concluímos basicamente que os que estão em melhor situação têm um conjunto mais amplo de relações sociais do que as dos mais pobres: muitos dos agregados familiares em melhor situação usam as suas redes para melhorar a sua situação, enquanto os mais pobres parecem encurralados na sua pobreza dado não terem ou terem muito poucas relações sociais com recursos para os ajudar.

Particularmente significativo é o facto de ter aumentado a proporção de agregados familiares que têm a cidade de Nampula, mais do que a vila de Murrupula, como seu destino principal para visitas fora da povoação, de 25% em 2006 para 37% em 2009 (Tabela 45). Trata-se de agregados familiares chefiados por homens; a maioria dos agregados familiares chefiados por mulheres não

deixaram as suas aldeias em 2009. Estes contactos requerem disponibilidade de dinheiro para o transporte e pessoas com quem permanecer algum tempo enquanto se está em Nampula. Os contactos com a cidade trazem algumas vantagens, como a venda de produtos a preços mais altos, o acesso a uma maior variedade de bens e melhor acesso às instituições de educação e saúde. Afirmámos também noutra altura (Rosário, Tvedten & Paulo 2008) que os agregados familiares e os indivíduos que se encontram naquilo a que chamámos a 'interface rural-urbana' estão expostos a formas alternativas de vida que são importantes para as suas próprias estratégias de melhoramentos sociais.

Tabela 45. *Principal Destino dos Membros do Agregado Familiar em Visitas a Lugares Fora da Povoação (em percentagem)*

Principal destino	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Cidade de Nampula	25,3	36,8	-	-	22,2	32,5
Vila de Murrupula	35,4	34,9	54,5	35,7	37,8	35,0
Dentro do distrito	8,9	5,7	0,0	7,1	7,8	5,8
Outra província	1,3	2,8	0,0	-	1,1	2,5
Outro distrito	22,8	-	27,3	-	23,3	-
Outro	6,3	11,3	0,0	-	5,6	10,0
Nenhum	-	8,5	18,2	57,1	2,2	14,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

4.8 Direcções de Mudança Observadas

Como argumentado no nosso primeiro relatório sobre Murrupula, as percepções das pessoas sobre pobreza, bem estar e mudança social são importantes – na medida em que o seu próprio entendimento forma a base da acção e estratégias sociais. As pessoas que não pensam que podem melhorar a sua vida podem desistir de fazer mais por ela (sendo capturadas por aquilo que alguém chamou de 'cultura de pobreza'), enquanto as pessoas que pensam que a sua situação está a melhorar (ou vêem que está a melhorar a situação das pessoas à sua volta) podem investir mais esforços e recursos para posteriores melhoramentos.

Nessa perspectiva, as pessoas em Murrupula agem num contexto onde vêem mudanças positivas (Tabelas 45 e 46). A principal causa de preocupação é que os agregados familiares chefiados por mulheres continuam a ser os mais pessimistas, tanto no que respeita às mudanças observadas na sua situação nos últimos três anos como no que se refere às suas expectativas para os próximos três anos. 42% dos agregados familiares chefiados por mulheres pensam que entre 2006 e 2009 a sua situação se deteriorou e apenas 21,4% pensa que melhorou, sendo de 19,8% e 53,8% as percentagens equivalentes nos agregados familiares chefiados por homens. As expectativas de mudança no futuro confirmam amplamente esta dicotomia: 72,6% dos agregados familiares chefiados por homens pensam que a sua situação melhorará nos próximos três anos (i.e. entre 2009-2012), enquanto apenas metade dos agregados familiares chefiados por mulheres pensa da mesma forma.

Tabela 45. *Percepção de Mudanças no Agregado Familiar nos Últimos 3 Anos (em percentagem)*

Sentido da mudança	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Melhorou	45,9	53,8	18,2	21,4	43,3	50,0
Manteve-se	18,3	26,4	9,1	35,7	17,5	27,5
Piorou	34,9	19,8	72,7	42,9	38,3	22,5

Tabela 46. *Expectativas de Mudança no Agregado Familiar nos Próximos 3 Anos (em percentagem)*

Sentido da mudança	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Melhorará	67,0	72,6	36,4	50,0	64,2	70,0
Manter-se-á	14,7	18,9	27,3	21,4	15,8	19,2
Piorará	14,7	8,5	36,4	28,6	16,7	10,8
Não responde	3,6	-	-	-	3,3	-

É interessante ver que os agregados familiares chefiados por homens e chefiados por mulheres estão muito mais de acordo relativamente aos desenvolvimentos na comunidade em geral (Tabelas 47 e 48). Cerca de 65% de ambas as categorias acreditam que as condições nas suas comunidades melhoraram nos últimos três anos. As pessoas apontam os melhoramentos físicos visíveis na forma de escolas, clínicas, moageiras, estradas e mercados para explicarem porque são positivos – e não para os indicadores menos tangíveis como embriaguez, assaltos, adultério e conflitos sobre terra e água que vimos estarem ao mesmo nível em 2006 e em 2009. Uma proporção ainda maior (72%) crê que a sua situação na sua comunidade como um todo mudará nos próximos três anos.

Tabela 47. *Percepção de Mudanças na Comunidade nos Últimos 3 Anos (em percentagem)*

Sentido da mudança	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Melhorou	58,7	65,1	27,3	64,3	55,8	65,0
Manteve-se	11,0	22,6	18,2	28,6	11,7	23,3
Piorou	17,4	11,3	18,2	7,1	17,5	10,8
Não responde	11,9	0,9	18,2	-	12,5	0,8

Tabela 48. *Expectativas de Mudança na Comunidade nos Próximos 3 Anos (em percentagem)*

Sentido da mudança	AFCH		AFCM		Total	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Melhorará	70,6	74,5	63,6	50,0	70,0	71,7
Manter-se-á	11,0	17,9	9,1	21,4	10,8	18,3
Piorará	10,1	7,5	9,1	28,6	10,0	10,0
Não responde	8,3	-	18,2	-	9,2	-

Para exemplificar este desenvolvimento, terminaremos esta secção citando a lista de melhoramentos no cabo Muquela que nos foi dada por um dos líderes comunitários (Tabela 49). O desafio, neste

caso, é ver os melhoramentos na infra-estrutura física traduzirem-se numa melhoria das condições para os agregados familiares e para os indivíduos.

Tabela 49. *Lista de melhoramentos no Cabo Muquela(2006-2009)*

Ampliação da escola local: Em 2008 a Escola Primária de Naha passou da categoria de Escola Primária para a categoria de Escola Primária Completa. A escola tem 6 professores homens e 686 alunos da 1^a à 6^a classe;

Construção de mais furos de água: Em 2006 existiam 2 furos de água em Muquela, actualmente foram construídos mais 4 furos, totalizando 6 furos em todo o cabo. Destes furos somente um está em funcionamento, os outros furos estão avariados devido ao desgaste das solas e, como não foram criados comités de gestão das fontes de água, não há quem repare as avarias;

Reabilitação da estrada principal de Muquela: em 2008 foi alargada a estrada principal de Muquela. O alargamento da estrada garantiu maior circulação de viaturas (transporte de pessoas e bens), reduziu o atropelamento de peões e ciclistas devido a disputa de espaço com os carros, permitiu o escoamento de produtos de Muquela para outros mercados e o desenvolvimento do comércio em Muquela;

Abertura de lojas no centro da localidade: estas lojas vendem produtos de primeira necessidade (sabão, sal, açúcar, óleo, etc.) e produtos manufacturados que vêm da cidade de Nampula;

Abertura de uma feira agrícola local, onde os camponeses podem vender os seus produtos e comprar outros produtos que necessitam;

Incremento do rendimento das famílias em 2008: este incremento deriva do aumento da produção de castanha de caju na região e do aumento da procura deste produto pelos comerciantes agrícolas;

Em 2009 houve redução do número de mortes devido à cólera em relação aos anos anteriores. As mortes reduziram porque, com o aumento da venda de produtos agrícolas, algumas pessoas já têm possibilidade de comprar bicicletas para chegar ao Centro de Saúde de Nihessiu a tempo de tratar as doenças;

Entre 2006 e 2009 houve um aumento da população de gado bovino e caprino em Muquela. Estes animais resultam do fomento pecuário financiado pelo governo e do investimento feito por alguns camponeses para rentabilizar o resultado da venda dos produtos agrícolas.

4.9 Relações Sociais de Pobreza e Bem-Estar

Na nossa análise das mudanças na pobreza e bem-estar em Murrupula entre 2006 e 2009, realçamos o facto de ter havido melhorias especialmente na infra-estrutura física e no acesso ao mercado – embora tenham variado um pouco entre os quatro diferentes cabos. Ao mesmo tempo, os nossos dados mostraram que, enquanto alguns agregados familiares estavam em posição de explorar estas oportunidades, a maioria não tinha visto grandes alterações na sua situação sócio-económica.

Estas constatações são abundantemente confirmadas pelos estudos de caso individuais que acompanhamos (ver Tvedten, Paulo e Rosário 2006). Revisitando os mesmos agregados familiares em 2009, a impressão geral é que muitos deles passaram por ocorrências em que referiram a sua vulnerabilidade enquanto unidades de agregados familiares rurais pobres. Embora muitos afirmem que melhoraram a sua produção agrícola (e em muitos casos também o seu rendimento agrícola), e o acesso à educação, unidades sanitárias, água potável, etc., referiram-se também à morte ou doença de membros do agregado familiar, a colheitas falhadas, bens roubados, aumento de preço das necessidades básicas e outros choques inesperados que os inibiram de melhorar a sua situação sócio-económica.

'Fátima Xavier' vivia com a sua velha mãe inválida e dois filhos quando a encontramos em 2006. Tinha-se divorciado há seis anos e mudado para casa de sua mãe. De acordo com a própria Fátima,

ela não havia recebido nada do seu marido nem qualquer apoio para os seus filhos. A 'nova' família alargada vivia numa habitação precária e num estado de desânimo dado que a sua principal fonte de rendimento – o apoio de um tio que trabalhava em Nampula – tinha desaparecido com a sua morte. Viviam do trabalho de cerâmica em pequena escala que Fátima fazia, alimentavam os porcos de um vizinho contra o eventual pagamento em leitões e mantinham uma pequena machamba que em 2006 apenas produzia mandioca.

Ao visitá-la novamente em 2009, a mãe da Fátima tinha falecido, o seu filho mais velho tinha abandonado a escola para a ajudar, o seu filho mais novo andava ainda na escola 'mas não está realmente interessado' e ela teve um outro filho de um homem de quem se queixava que prometera ajudá-la mas nunca o fizera. Ela tentou ir ao cabo local para que este falasse com a família do pai, mas disse que 'eles não ouvem pessoas como eu'. A casa de Fátima estava em ainda mais mau estado do que em 2006, faltando-lhe parte do tecto. Desistiu do seu pequeno negócio de cerâmica (porque as pessoas só compram coisas de plástico, argumentou); um dos porcos que ela alimentava morreu e o dono levou o outro de volta; e a sua machamba tinha sido um pouco alargada mas ainda só produzia mandioca. O seu filho trabalhava duramente para a ajudar mas os dois, por si só, não podiam fazer muito para aumentar a produção. De facto, o filho tinha de trabalhar para outros (*ganho ganho*) em alturas de pico de produção, para ser capaz de pagar as despesas. As pessoas da vizinhança não ajudavam, mas quando as coisas estavam realmente difíceis ela obteve uma pequena ajuda da sua igreja. Fátima não via ainda uma forma de sair de uma situação que ela própria descrevia como 'miséria'.

Mas também há casos de agregados familiares que foram capazes de explorar novas oportunidades. 'Abacar Amisse' era um esforçado trabalhador agrícola que vivia com a sua mulher, três filhos e a sogra quando o encontramos em 2006. Tinha uma casa com telhado de palha e quatro divisões, e um espaço exterior onde guardava os seus produtos agrícolas e alguns cabritos e galinhas. A terra pertencia à família da mulher mas na prática era Abacar que tomava todas as principais decisões. Tinha duas machambas de aproximadamente 1,5 hectares cada uma junto à residência da família, e uma machamba mais pequena um pouco mais longe na qual produzia arroz. Trabalhava duramente com a sua mulher e em momentos críticos usava trabalho externo que pagava em espécie ou em dinheiro (sendo Muçulmano, explicou, não queria pagar com a bebida tradicional *oteka*, como é comum quando o trabalho é permutado). A sua produção era boa e ele conseguia vender mais de metade do seu produto. Os filhos em idade escolar frequentavam a escola e ele, no seu tempo disponível, ensinava na *madrassa* (escola Muçulmana).

Quando voltámos em 2009, a sua actividade agrícola tinha-se expandido – tal como as suas responsabilidades sociais. A sua casa tinha sido melhorada com um telhado de zinco e aumentada com mais uma divisão. A sua família tinha aumentado com um casal de gémeos, e a irmã da sua mulher tinha-se fixado próximo da sua casa com os seus três filhos e um irmão (com deficiência mental) e, na prática, viviam sob a sua responsabilidade. Os dois principais terrenos agrícolas tinham sido alargados para cerca de 2,5 hectares e as suas culturas mistas pareciam estar a crescer bem. O campo de arroz foi também alargado. Abacar explicou a expansão dos seus terrenos afirmando que trabalhava arduamente e que tinha mais membros da família para o ajudar. Ele também ainda contratava trabalhadores. Embora Abacar tivesse mais bocas para alimentar, a melhoria da produção agrícola e o aumento dos preços dos produtos agrícolas tornaram-lhe possível ganhar mais do que em 2006. Comprou um rádio e uma bicicleta desde a última vez que o vimos e os seus filhos continuavam na escola. Abacar tinha muitos planos para uma maior expansão das suas actividades agrícolas.

Seguimos também casos 'extremos' de riqueza e pobreza que ilustram o 'drama' que envolve algumas pessoas em comunidades rurais como Murrupula: 'Francisco João' foi um dos agricultores mais produtivos e comunicativos que encontramos em Murrupula. No entanto, como recém-

chegado à área, lutou contra muitas desigualdades incluindo o acesso limitado à terra e à mão-de-obra, acusações de feitiçaria por pessoas da comunidade local e exploração pelos comerciantes que o faziam vender os seus vegetais e tabaco por preços muito baixos. Em 2009 soubemos que desistiu e voltou para Ribáue com a sua família, onde aparentemente regressou à sua posição anterior de supervisor de uma grande exploração agrícola comercial.

Um dos casos mais dramáticos de pobreza total que encontramos em 2006 foi um agregado familiar chefiado por mulher, que consistia numa mãe com quarenta e tal anos, as suas duas filhas de 12 e 14 anos cada uma já com o seu próprio filho, e um filho de 16 anos. Nenhuma delas recebia apoio dos pais das crianças. O agregado familiar vivia em condições muito precárias e apenas possuía uma pequena machamba perto da sua casa. Todas as mulheres da família tinham SIDA. A mãe obtinha um magro rendimento das esteiras que fazia e o rapaz era responsável pelo cultivo agrícola da família. Ao voltarmos em 2009 constatámos que uma das filhas da chefe do agregado familiar e dois dos seus netos tinham falecido. Como a mãe estava demasiado doente para poder executar qualquer trabalho, o rapaz tentou alargar a machamba mas deparou-se com a resistência dos líderes comunitários e vizinhos (resultado, como dizia um vizinho, do estigma da SIDA). Alguns meses antes da nossa chegada tinham acabado por ir embora e tudo o que encontramos foi uma residência desmornada.

Antes de resumirmos esta secção, referir-nos-emos por último à questão das relações de género que argumentámos serem importantes por duas razões. Uma é o aparente aumento da proporção de agregados familiares chefiados por mulheres, que vimos estarem sistematicamente em desvantagem em termos económicos e sociais; e a outra é o constrangimento ao desenvolvimento sócio-económico que a actual estrutura sócio-cultural patriarcal representa em locais como Murrupula. O excerto abaixo provém de uma discussão num grupo focal de mulheres no cabo Muquela. Revela o papel central das mulheres no bem-estar da família e o seu limitado poder de tomada de decisão – e uma aparentemente consciência sobre as relações de género e o que elas implicam.

“As mulheres de Muquela têm um papel importante na vida e na organização da família e da comunidade. Essencialmente, as mulheres são responsáveis pelas actividades domésticas e por garantir a produção agrícola para o sustento das suas famílias. O grupo de mulheres presente na discussão elegeram as seguintes actividades: i) serviços domésticos: acartar água, limpar a casa, preparar as crianças para a escola, preparar as refeições, etc.; ii) cultivar a machamba: a mulher deve trabalhar na (s) machamba (s) da família e o produto resultante deste trabalho é o garante do sustento da família; iii) organização dos produtos para o comércio: as mulheres são as responsáveis pela organização do excedente para venda no mercado ou na feira; iv) venda de bebidas tradicionais: como forma de garantir mais dinheiro para a família, as mulheres preparam bebidas para venderem em casa. O dinheiro resultante da venda destas bebidas é usado na compra de roupa para a família; v) cuidar das crianças da casa e organizá-las para a escola; vi) cuidar da saúde da família: a mulher é responsável por cuidar da saúde dos filhos e do marido; e vii) satisfação sexual do marido.

A mulher também tem um papel central de educadora do lar, uma vez que é quem coordena as actividades das crianças e do marido e é quem garante o equilíbrio em casa; como elas próprias dizem, "as casas em que não há uma mulher a coordenar são desorganizadas e os homens que lá residem são menos fortes, porque não comem bem e por consequência não são respeitados na comunidade".

Neste sentido, o grupo de mulheres indicou aquelas que no seu entender são as actividades mais comuns dos homens da região, dentre as quais se destacam: i) abrir a (s) machamba (s) para a família; ii) vender os produtos da machamba no mercado e na feira agrícola; iii) comprar e reparar

os instrumentos agrícolas (machados, enxadas, catanas, etc.); iv) construir a casa da família; v) construir celeiros; vi) pastorear o gado da família; e vii) procurar dinheiro para a família.

Os homens de Muquela são a fonte de entrada de dinheiro na casa. A mulher envolve-se nas actividades remuneráveis para ajudar o marido no incremento do rendimento familiar, ou porque são solteiras e dependem delas mesmas para o seu sustento, ou ainda porque os seus maridos não trabalham e elas têm de trazer dinheiro para casa.

No que se refere ao processo de tomada de decisões importantes em casa, as mulheres são sempre acobertadas pela figura de um homem que é geralmente um parente mais velho da linhagem da mulher. No geral são os tios maternos que tomam as decisões mais importantes da família. Em Muquela, por exemplo, são as mulheres que produzem para a família, mas são os homens que comercializam os produtos.

Quando há quebra de confiança na gestão do dinheiro da casa, porque os homens trazem pouco dinheiro resultante da venda no mercado, ou quando estes não querem trabalhar, algumas mulheres procuram outros parceiros (sexuais) que lhes possam dar melhores condições económicas para desta forma poderem sustentar as suas famílias. Esta situação não é algo que aconteça abertamente mas tem uma certa regularidade.

A dominação masculina em Muquela é muito pouco sólida, principalmente porque é a mulher que movimenta a produção e controla a circulação do dinheiro, através da produção agrícola ou da venda de bebidas alcoólicas em casa. Os homens, para manterem alguma autoridade na família, refugiam-se na bebida e na realização dos trabalhos domésticos que requerem força “bruta”. O refúgio na bebida garante a estes homens alguma autoridade porque podem violentar (física e emocionalmente) as mulheres com a desculpa de que estavam sob o efeito do álcool.

Mostrámos no nosso primeiro relatório sobre Murrupula como as próprias pessoas classificam os pobres e os que estão em melhor situação, baseadas numa combinação de pobreza material e relações sociais (Tabela 50), e achamos as distinções feitas localmente muito relevantes para o processo de continuidade e mudança que registámos e observámos.

Tabela 50. *Categorias Emic de Pobres e Em Melhor Situação em Murrupula*

Categorias formais	Categorias Emic
OS POBRES	Macua
Os pobres destituídos	<i>Opitanha</i>
Os cronicamente pobres	<i>Ohawa</i>
Os pobres transitórios	<i>Ohikalano</i>
OS EM MELHOR SITUAÇÃO	
Os permanentemente ricos	<i>Okalano</i>
Os novos ricos	<i>Opwalatha</i>
Os ricos merecedores	<i>orela</i>

Os destituídos (*opitanha*) são extremamente pobres, sem verdadeiras opções para melhorar a sua vida sem a ajuda de outros. Este grupo é maioritariamente constituído por mulheres idosas sem família, pessoas doentes ou inválidas sem capacidade para trabalhar, órfãos sem controlo de terra e outros meios de produção – e pessoas que viveram durante muito tempo em circunstâncias extremamente difíceis e aparentemente desistiram de fazer mais pelas suas vidas.

Os cronicamente pobres (*ohawa*) são agregados familiares muito pobres, que podem ter membros capazes no agregado familiar mas que se encontram encurralados por constrangimentos estruturais dos quais não sabem como sair. Podem ter uma alta taxa de dependência; acesso inadequado à terra e ao trabalho; falta dos meios económicos necessários para investir em fontes de rendimento alternativas; falta de capital humano na forma de educação e saúde necessárias à mobilidade social ascendente; e falta de relações sociais ou contactos externos necessários para ultrapassar a pobreza.

Os *ohikalano* ou 'pobres transitórios' são pessoas que têm acesso aos recursos e relações sociais necessários para se enquadrarem num contexto como Murrupula – mas que ainda são pobres. Estão em posição de planear o seu futuro, assegurando que os seus filhos obtêm educação, para diversificar o seu rendimento tendo um ou vários dos membros do seu agregado familiar a trabalhar fora do cabo em áreas urbanas ou semi-urbanas e podem alargar a sua actividade agrícola através de trabalho contratado. Resumindo, estão em posição de investir na sua futura mobilidade social ascendente e despenderem todos os seus esforços em sobreviverem de um dia para o outro.

As pessoas em Murrupula fazem também a separação entre três tipos de agregados familiares em melhor situação. Todavia, de acordo com a população local, nos cabos apenas se encontra a categoria dos *okalano* ou 'permanentemente ricos' – sendo as outras duas categorias constituídas por pessoas na Vila ou na cidade que têm bons empregos, ganham dinheiro suficiente e podem 'comprar tudo' como nos disse um líder comunitário num dos cabos. Os *okalano* nos cabos são geralmente pessoas que herdaram a sua riqueza na forma de terra ou posição (como os régulos ou cabos), e que estiveram em posição de explorar as relações com instituições ou pessoas fora da comunidade local de tal forma que tornou possível melhorarem a sua posição sócio-económica.

5. Conclusões e Recomendações

Este relatório é parte de um exercício mais amplo de monitoria e avaliação da estratégia de redução da pobreza em Moçambique, focando três distritos de Moçambique e usando uma combinação de dados quantitativos e qualitativos. Analisámos a natureza e a dinâmica da pobreza e bem-estar no distrito rural de Murrupula na província de Nampula, revisitando quatro comunidades locais e um total de 120 agregados familiares três anos depois da nossa primeira visita em 2006. As principais conclusões e recomendações listadas abaixo serão medidas e comparadas numa fase posterior com as conclusões e recomendações de estudos similares na Cidade de Maputo (2010) e no Distrito do Buzi (2011), a fim de obtermos uma imagem global.

5.1 Conclusões

A Estratégia de Redução da Pobreza

- Os esforços de Moçambique para reduzir a pobreza estão numa encruzilhada com o fim da segunda Estratégia de Redução da Pobreza, PARPA II. Como avaliado pelo recente Relatório de Avaliação de Impacto (RAI), muito foi realizado mas há ainda muitas áreas onde os resultados não atingiram as expectativas ou são difíceis de medir. O atraso na continuação do Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (IAF) de 2002/03, no qual se baseou a maior parte das avaliações de pobreza e bem-estar no país, foi problemático.
- Talvez que a maior fraqueza dos dados quantitativos globais, usados como principais pontos de referência para a monitoria e avaliação da estratégia de redução da pobreza em Moçambique, seja a sua incapacidade de explicar o que acciona a mudança e a dinâmica da pobreza. Por isso, deve ser tomada em consideração, na formulação de novas políticas e intervenções para redução da pobreza, uma abordagem multi-disciplinar envolvendo metodologias quantitativas e também qualitativas e participativas.
- Permanecem duvidosos o papel e o impacto da ajuda ao desenvolvimento na mudança sócio-económica que está a acontecer em Moçambique (i.e. a questão da causalidade). Representando a ajuda cerca de 50% do orçamento do Estado, é provável que seja importante, mas não foi realizada uma avaliação completa das políticas e impacto da ajuda e das implicações para o país da sua dependência da ajuda.

Administração Distrital e Governação

- Murrupula é um distrito rural no norte de Moçambique, e conseqüentemente representa um tipo de contexto em que se enquadra uma grande proporção de Moçambicanos. A nossa avaliação geral é que houve mudanças substanciais no período entre o início de 2006 e o final de 2009. Isto refere-se, antes de mais, à administração do distrito que se tornou mais eficiente em resultado de uma combinação de uma definição mais clara das suas responsabilidades administrativas, da electrificação e computarização das suas rotinas administrativas e dos esforços para formar o seu pessoal em administração pública.
- Em termos de governação, o distrito é ainda caracterizado por 'prestação de contas ao nível superior' na medida em que os gestores do distrito são nomeados pelo governo da Frelimo e não eleitos pela própria população. Ao mesmo tempo, funcionam as novas Instituições para a Participação e Consulta da Comunidade (IPCCs) aos níveis do distrito, dos postos administrativos e das povoações. Embora longe de funcionarem optimamente, têm revigorado a participação das autoridades tradicionais, de outros líderes locais e de uma parte da população.

- Aparentemente abrandou o antagonismo entre a administração distrital e as autoridades tradicionais encontrado em 2006, baseado na longa história de Murrupula como uma área predominantemente da Renamo. Isto parece ser o resultado de uma combinação da 'coopção' da parte do governo através da implementação de um sistema de remuneração das autoridades tradicionais; de um reconhecimento, pelo menos por alguns líderes tradicionais, de que o governo tem cumprido as suas promessas principalmente na educação e na saúde; e da continuação da autoridade dos líderes tradicionais em questões de 'tradição' tais como os conflitos da comunidade, a distribuição de terra e assuntos espirituais.

Desenvolvimento Económico

- Em termos económicos gerais, o desenvolvimento mais notável entre 2006 e 2009 é o aumento da produção agrícola – particularmente da mandioca – acompanhado por uma presença mais forte dos mercados na forma de comerciantes externos e feiras locais. Uma crescente proporção de agregados familiares vende produtos agrícolas. Ao mesmo tempo, houve muito pouca diversificação de culturas alternativas, vitais para a melhoria dos padrões nutricionais. A maior parte do aumento da produção vem dos agricultores comerciais externos, mas a produção também aumentou entre os produtores locais.
- Simultaneamente há poucos, se alguns, sinais de uma maior diversificação da economia em Murrupula. Dificilmente se encontram oportunidades de emprego formal fora da administração pública, saúde e educação, que estão fora do alcance da população local, e embora uma parte crescente dos agregados familiares do nosso estudo tenha rendimento suplementar proveniente de actividades económicas informais, a agricultura continua a ser a fonte dominante de subsistência e rendimento de praticamente toda a gente.
- Os nossos dados relativos ao emprego, rendimento e bens sugerem que a maioria dos agregados familiares não viram qualquer mudança significativa para melhor no período entre 2006 e 2009, mas uma crescente minoria viu melhorias geradas principalmente pelo aumento da produção agrícola e dos preços dos produtos agrícolas. Há diferenciações sistemáticas entre as comunidades que estão perto das zonas e mercados (semi-) urbanos e as que não estão, e também entre os agregados familiares chefiados por homens e chefiados por mulheres, sendo ainda estes últimos os mais prejudicados em termos materiais e sociais.

Capital Humano e Social

- As características do agregado familiar, como o tamanho e a composição, mudaram entre 2006 e 2009, sublinhando a flexibilidade e permeabilidade dos agregados familiares enquanto unidades de base sócio-económicas e culturais. O tamanho dos agregados familiares chefiados por homens, baseado numa definição de pessoas contribuindo para e comendo da mesma panela, aumentou para uma média de 5,7 membros. Há também sinais no distrito de uma crescente proporção de agregados familiares chefiados por mulheres, envolvendo principalmente processos de exclusão social e feminização da pobreza.
- Na educação, aumentou o número de escolas e professores e a frequência de estudantes, mas isto não parece ter sido acompanhado por melhorias similares na qualidade da educação. Os professores com poucas habilitações e com limitados incentivos para trabalharem em comunidades rurais, continuam a ser um problema. E os pais continuam a tirar os filhos da escola para trabalharem (rapazes) e para casamentos prematuros (raparigas).
- Houve avanços importantes na saúde, na forma de uma melhoria das unidades sanitárias e de uma estratégia consciente para reduzir o cepticismo da população em relação à qualidade e intenções do sistema local de saúde, embora a cooperação entre o pessoal da saúde e as

autoridades tradicionais tenha melhorado alguns indicadores de saúde. Todavia, a situação sanitária no distrito permanece ainda séria, com implicações negativas não apenas para o bem-estar imediato mas também para as estratégias de sobrevivência a longo prazo.

- As relações sociais ou 'capital' continuam a estar centradas à volta da família alargada (para resolver problemas privados, domésticos e outros) e dos líderes e instituições tradicionais (para resolver problemas da comunidade), sem um aumento significativo da utilização de instituições públicas ou relacionadas com a ajuda. A religião e as práticas tradicionais como o culto dos ancestrais têm ainda uma forte influência sobre as pessoas, com o Islamismo e as novas igrejas Evangélicas a crescerem até certo grau à custa da igreja Católica.

Pobreza e Bem-Estar

- Os nossos dados quantitativos e qualitativos sobre as mudanças entre 2006 e 2009 na pobreza e bem estar em Murrupula apontam na direcção de desenvolvimentos em três frentes – que concorda na generalidade com as distinções de pobreza e bem-estar das pessoas (emic): uma minoria de agregados familiares em melhor situação (*okalano*) foi capaz de explorar as novas oportunidades económicas na agricultura e no comércio, em alguns casos apoiada por fundos do sistema dos 7 milhões de MT do OIIL. Uma maioria de agregados familiares encontra-se em situação de pobreza ou pobreza transitória (*ohikalano*, *ohawa*), fazendo o seu melhor como agricultores de pequena escala contra os constrangimentos estruturais no acesso à terra, trabalho e mercados e com poucas, se algumas, opções alternativas de emprego e rendimento. E, na posição mais baixa da escala, os que se encontram em situação de pobreza crónica e os mais destituídos (*opitanha*) não são ainda capazes de produzir e ganhar o suficiente para alimentar as suas famílias e dependem da venda do seu trabalho a outros agricultores ou da ajuda externa.

5.2 Recomendações

Estando Moçambique a entrar numa nova fase da sua estratégia de redução da pobreza, o governo e os doadores devem destinar tempo para avaliar questões críticas como a dependência do país em relação à ajuda; o actual processo de 'permanente negociação' entre o governo e os doadores; a utilidade relativa dos diferentes canais e sectores de ajuda para alcançar a meta de redução da pobreza; e a possível estratégia de saída, pelo menos em alguns sectores, para reduzir a intensidade do compromisso.

Recomendações Gerais

- Em termos gerais, as nossas conclusões sobre Murrupula sugerem claramente que o apoio à produção agrícola é absolutamente essencial para continuar a redução da pobreza. Praticamente todos os agregados familiares dependem do sector, e há muito poucas indicações de que no futuro previsível outras fontes alternativas de emprego e rendimento tomem o lugar da agricultura.
- O nosso estudo revelou também a significativa importância dos centros populacionais (semi) urbanos – com mercados para os produtos agrícolas e acesso a mercadorias e serviços sociais – para o desenvolvimento sócio-económico nas áreas rurais. Moçambique deve desenvolver uma estratégia clara para encorajar a integração rural-urbana, através de mais desenvolvimento das pequenas cidades e melhoramento das estradas, transportes e comunicações para ligar as áreas rurais e urbanas.
- As actuais relações de género em áreas como Murrupula colocam as mulheres e os agregados familiares chefiados por mulheres numa sistemática posição de desvantagem e, mantendo as mulheres afastadas de outras áreas da economia além da agricultura, impedem

também o desenvolvimento económico. Embora haja pequenos sinais de mudança, a importância da igualdade de género e do empoderamento das mulheres para o bem-estar deve ser adoptada pelos principais fazedores de opinião como as autoridades tradicionais e os líderes religiosos.

- Expusemos também uma crescente diferenciação entre os que estão em melhor situação, os pobres e os destituídos, o que necessita de uma estratégia diversificada para redução da pobreza: o primeiro grupo beneficia actualmente da liberalização em curso dos mercados de terra, mão-de-obra e mercadorias. O segundo grupo necessitará de intervenções mais eficazes para remover os constrangimentos estruturais em áreas como as tecnologias agrícolas, crédito e acesso ao mercado. E o terceiro grupo precisará de medidas de protecção social objectivas, dirigidas para os agregados familiares e indivíduos afectados – incluindo as mulheres e os idosos.

Administração Distrital e Governação

- Idealmente, o fortalecimento da competência e capacidade da administração distrital devia ser acompanhado por avanços na descentralização do poder de tomada de decisões e acesso aos recursos económicos para investimentos em sectores produtivos e sociais, dos níveis central e provincial para o nível distrital, a fim de aumentar a credibilidade do governo no que diz respeito ao desenvolvimento.
- Porém, antes desses avanços, deve ser avaliada a experiência e as áreas de aperfeiçoamento da implementação do sistema de investimento local dos 7 milhões de MT. Afirmámos que o sistema tem um considerável potencial para a participação política local através das IPCCs e para a criação de emprego e rendimento, mas que sofre actualmente de transparência e envolvimento inadequados das partes mais pobres da população.

Desenvolvimento Económico

- Na agricultura arável, o actual processo de propriedade 'privada' de grandes extensões de terreno deve ser investigado e avaliado. A terra comunitária não é em princípio um constrangimento significativo na produção agrícola em locais como Murrupula, mas pode tornar-se num se continuar a 'privatização' em grande escala.
- Sendo a mão-de-obra um constrangimento significativo da produção agrícola para os pobres, deve-se primeiro e antes de mais procurar aumentar a produção e o rendimento através de tecnologias melhoradas e diversificação de culturas. Para que isto aconteça, têm de ser fortalecidos os serviços de extensão agrícola.
- Embora muito esteja a acontecer em termos de acesso a mercados de produtos agrícolas, nem os mais pequenos e mais marginais nem os maiores produtores locais têm óptimo acesso. Para os primeiros, devem os serviços de extensão agrícola encorajar as associações de comercialização para aumentar o seu poder de negociação perante os comerciantes. Para os últimos, deve ser encorajado o acesso melhorado ao transporte para atingir mercados maiores nas capitais da província e distrito, onde os preços são mais altos do que os preços locais.
- O emprego e o rendimento informal tornaram-se mais importantes, especialmente para as pessoas que vivem nas proximidades dos centros populacionais ou de artérias de tráfego, mas os mercados sofrem com a forte concentração em torno de um número limitado de serviços e produtos. Deve ser encorajada uma diversificação de serviços e produtos, idealmente através de organizações locais da sociedade civil e ONGs internacionais que estejam mais próximas das vidas e desafios das pessoas.
- Os muito pobres estão encurralados na sua pobreza por diversas razões, mas uma delas é a falta de acesso ao crédito para fazerem os primeiros pequenos investimentos necessários na

agricultura ou na economia informal. Há em Nampula algumas ONGs com considerável experiência nesta área e o seu trabalho deve ser encorajado e alargado às comunidades agrícolas rurais, com um particular enfoque em alcançar os pobres e as mulheres.

Capital Humano e Social

- A educação viu melhorias no número de escolas, salas de aula e professores. Contudo, houve pouco progresso na redução das taxas de desistência e há poucas, se algumas, indicações de melhorias na qualidade da educação. Para além dos investimentos na qualidade da formação dos professores (que é uma responsabilidade nacional), devem ser priorizados incentivos pecuniários e outros para incitar os professores a permanecer nas escolas rurais e sistemas baseados na comunidade para alimentação das crianças mais pequenas enquanto estão na escola.
- O sector da saúde viu melhorias através de uma combinação de elevação da qualidade dos serviços de saúde e de uma melhor compreensão entre a população local sobre o valor dos serviços de saúde formais comparados com os tradicionais. Deve agora ser colocada ênfase no alargamento destes serviços às comunidades mais marginais, possivelmente através do estabelecimento de pequenas unidades de saúde comunitárias móveis ou fornecendo transporte às comunidades mais distantes para um mais fácil acesso à unidade sanitária mais próxima.
- Dois dos maiores riscos para a vida humana em Murrupula estão relacionados com a fraca qualidade da água e com os fracos padrões nutricionais, indicados respectivamente pelas frequentes erupções de cólera e pelas altas taxas de mortalidade infantil na área. Foram perfurados novos poços nos últimos três anos, mas o ritmo deve ser aumentado. Há também uma urgente necessidade de diversificar a produção e consumo de alimentos e de educar os pais sobre a importância de um regime alimentar variado particularmente para as suas crianças.
- Um outro problema sério, de uma perspectiva tanto de género como de saúde, é a alta frequência de mães crianças. Assentando numa combinação da tradição matrilinear Macua e pobreza, em que os pais casam as suas filhas para reduzir as despesas e na esperança de estabelecerem boas relações sociais, este problema tem sérias implicações sociais e psicológicas. Devem ser feitos mais esforços para informar os líderes tradicionais e religiosos, bem como o pessoal da saúde, acerca dos riscos da maternidade precoce.
- Há uma ampla evidência de que os pequenos proprietários que conseguem cooperar através de associações se tornam mais fortes no que respeita à produção e comercialização dos seus produtos. Os esforços para promover associações entre homens e mulheres não tiveram muito sucesso em Murrupula, mas devem ser feitos novos esforços, possivelmente favorecendo explicitamente as associações na alocação de fundos da iniciativa do OIIL.
- Destacámos como as condições sócio-culturais nas comunidades rurais locais continuam a ter um forte impacto na pobreza e bem-estar. Numa perspectiva de pobreza e desenvolvimento, algumas destas condições sócio-culturais têm implicações positivas e devem ser encorajadas – como as fortes redes da família alargada, a tradição matrilinear que mantém as relações das mulheres com a sua família natal; o papel das instituições religiosas; e os sistemas tradicionais de manutenção da ordem social.
- Outras condições sócio-culturais parecem ter implicações mais negativas ou questionáveis numa perspectiva de pobreza e desenvolvimento, como as relações de género contemporâneas; o envolvimento precoce de crianças na vida adulta; a continuação das crenças no papel da feiticeira e da medicina tradicional para resolução de problemas de saúde e outros problemas físicos; e os processos de exclusão social de pessoas que não se ‘inserir’ na comunidade e nas redes sociais – como as mulheres idosas e os órfãos.
- Embora nada disto seja fácil de mudar rapidamente através de intervenções directas – mas é mais provável que mude lentamente ao longo do tempo – o canal mais eficaz para possíveis

intervenções é através dos líderes tradicionais e religiosos e das organizações da sociedade civil que ainda exercem uma forte influência nas comunidades locais.

Questionário

Nr. Questionário	_ _ _ _	Códigos
Entrevistador	_ _ _	
Nr. da entrevista	_ _ _	
Localidade	_____	
Cabo	_____	
Povoado	_____	
Distância da Sede		
Distrito	_ _ _ km	
Data	_ _ _ / _ _ _ / _ _ _	
Hora de Início	_ _ _ : _ _ _	

Bom dia (boa tarde), o meu nome é _____ e sou entrevistador para a Austral-COWI, Lda. Neste momento estamos a conduzir um estudo sobre a pobreza em Moçambique. Passaremos algum tempo na sua comunidade a conversar com várias pessoas. O Sr.(a) foi escolhido(a), entre outros(as) da comunidade para falar um pouco sobre o seu agregado familiar e a sua condição de vida. Todas informações aqui recolhidas são privadas e confidenciais e serão usados apenas para efeitos deste estudo, sem qualquer referência ao seu nome ou a qualquer outro membro da sua família.

Há três anos atrás estivemos nesta mesma comunidade e entrevistámos várias famílias. Agora voltámos e gostaríamos de entrevistar as mesmas famílias. Se você ou alguém do seu agregado não foram entrevistados há 3 anos, significa que houve uma família que não conseguimos encontrar. A sua foi escolhida para a substituir.

O agregado foi entrevistado há 3 anos? _ _ _ <i>Se 01 passe para questão 1.</i>	01 Sim 02 Não
SE NÃO, ENTREVISTADOR POR FAVOR EXPLIQUE PORQUÊ _ _ _ _____	01 Agregado mudou-se 02 Agregado não pôde ser localizado 08 Outro (especifique)

<p>1. Qual a relação do entrevistado com o agregado?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 01 passe para questão 4.</i></p>	<p>01 Chefe do agregado</p> <p>02 Esposa(o)</p> <p>03 Outro adulto do agregado</p>
<p>2. Sexo do entrevistado</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Homem</p> <p>02 Mulher</p>
<p>3. Qual a idade do entrevistado</p> <p> _ _ </p>	<p>99 Não sabe</p>
CARACTERIZAÇÃO DO CHEFE DO AGREGADO	
<p>4. Nome do chefe do agregado familiar</p> <p> _____ </p>	
<p>5. Qual o nome pelo qual o chefe do agregado é mais conhecido?</p> <p> _____ </p>	
<p>6. Há 3 anos atrás este era o chefe deste agregado?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 01 passe para questão 8.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>7. Se não, porquê?</p> <p> _____ </p>	
<p>8. Sexo do chefe do agregado</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Homem</p> <p>02 Mulher</p>
<p>9. Qual é a idade do chefe do agregado?</p> <p> _ _ </p>	<p>99 Não sabe</p>
<p>10. Qual é o estado civil do chefe do agregado?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 01 passe para questão 15.</i></p> <p><i>Se 04 ou 05 passe para questão 14.</i></p>	<p>01 Solteiro</p> <p>02 Casado (igreja, civil, tradicional/nikah/mahari ou misto)</p> <p>03 Casado de facto (apenas vivem juntos, sem terem feito cerimónia)</p> <p>04 Separado/Divorciado</p> <p>05 Viúvo</p>

<p>11. A/O esposa(o) do chefe do agregado é o mesmo que há 3 anos atrás?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>12. O chefe do agregado está presentemente numa relação poligâmica (o chefe tem várias esposas ou o marido da chefe tem várias esposas)?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>13. O chefe do agregado já estava numa relação poligâmica há 3 anos atrás?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 01 passe para questão 15.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>14. O chefe do agregado era casado há três anos atrás?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>15. Qual é a principal ocupação do chefe do agregado?</p> <p> _ _ </p>	<p>[01] Funcionário público</p> <p>[02] Empregado sector privado</p> <p>[03] Camponês(a)</p> <p>[04] Pescador</p> <p>[05] Proprietário / Negócio informal</p> <p>[06] Trabalho ocasional ou sazonal</p> <p>[07] Estudante</p> <p>[08] Reformado</p> <p>[09] Desempregado / Doméstica</p>
<p>16. Qual é o nível de escolaridade do chefe do agregado?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Nenhum</p> <p>02 Alfabetizado</p> <p>03 EP1</p> <p>04 EP2/Elementar</p> <p>05 Secund./Básico</p> <p>06 Médio</p> <p>07 Superior</p>
DEFINIÇÃO DO AGREGADO	
<p>17. Quantos membros tem o agregado familiar? (pessoas que comem da ou contribuem para a mesma panela, mesmo que não vivam na casa. Não esquecer de incluir as crianças e a pessoa entrevistada)</p> <p> _ _ </p>	
<p>18. Qual a relação de parentesco que tem cada membro do agregado com o chefe do agregado? (quantas pessoas existem nas seguintes categorias)</p>	

<p> __ __ Chefe __ __ Esposa(o) __ __ Filhos</p> <p> __ __ Pais __ __ Irmãos __ __ Sobrinhos</p> <p> __ __ Netos __ __ Outros parentes __ __ Sem parentesco</p>	
<p>19. Quais as idades dos membros do agregado? (<i>quantas pessoas existem em cada uma das seguintes categorias</i>)</p> <p> __ __ menos de 15 anos</p> <p> __ __ 15 anos – 64 anos</p> <p> __ __ 65 anos ou mais</p>	
<p>20. Quantos destes membros <u>não</u> faziam parte do agregado há 3 anos atrás?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 00 passe para questão 22.</i></p>	
<p>21. Qual a relação de parentesco que cada novo membro do agregado tem com o chefe do agregado? (<i>quantas pessoas existem nas seguintes categorias</i>)</p> <p> __ __ Chefe __ __ Filhos __ __ Outros parentes</p> <p> __ __ Esposa(o) __ __ Pais __ __ Sem parentesco</p>	
<p>22. Destes membros do agregado quantos <u>não</u> vivem na casa?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 00 passe para questão 24.</i></p>	
<p>23. Qual a relação de parentesco que cada membro do agregado ausente tem com o chefe do agregado? (<i>quantas pessoas existem nas seguintes categorias</i>)</p> <p> __ __ Chefe __ __ Filhos __ __ Irmãos</p> <p> __ __ Esposa(o) __ __ Pais __ __ Outros parentes</p>	
<p>24. Quantos dos membros do agregado são membros deste agregado por morte dos responsáveis pelo seu sustento?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 00 passe para questão 26.</i></p>	
<p>25. Qual a relação de parentesco que estes membros têm com o chefe de família? (<i>quantos membros existem nas seguintes categorias</i>)</p> <p> __ __ Filhos da irmã __ __ Filhos do irmão</p> <p> __ __ Netos __ __ Irmãos</p> <p> __ __ Outros parentes __ __ Sem parentesco</p>	

<p>33. Quem do agregado consegue falar mais português?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Os homens adultos</p> <p>02 As mulheres adultas</p> <p>03 Os jovens homens (12-18 anos)</p> <p>04 As jovens mulheres (12-18 anos)</p> <p>05 Os meninos (menores de 12)</p> <p>06 As meninas (menores de 12)</p> <p>07 Todos adultos</p> <p>08 Todos jovens</p> <p>09 Todas crianças</p> <p>10 Todos membros do agregado</p>
EDUCAÇÃO	
<p>34. Qual o nível de escolaridade mais elevado atingido no agregado?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Nenhum</p> <p>02 Alfabetizado</p> <p>03 EP1</p> <p>04 EP2/Elementar</p> <p>05 Secund./Básico</p> <p>06 Médio</p> <p>07 Superior</p>
<p>35. Quantas crianças em idade escolar existem no agregado familiar? (dos 6 aos 15 anos)</p> <p> _ _ Rapazes _ _ Raparigas _ _ Total</p> <p><i>Se o total = 00 passe para questão 38.</i></p>	
<p>36. Destas, quantas <u>não</u> estão a estudar?</p> <p> _ _ Rapazes _ _ Raparigas _ _ Total</p> <p><i>Se o total = 00 passe para questão 38.</i></p>	
<p>37. Indique a razão principal por desistente (não necessita repetir se a razão for a mesma entre diferentes desistentes do mesmo género)</p> <p> _____ Rapazes</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p> <p> _____ Raparigas</p> <p> _____ </p>	

<p>44. Onde vivia o chefe do agregado antes?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Nampula</p> <p>02 Vila de Murrupula</p> <p>03 Outro local do distrito (especifique)</p> <p>04 Outra cidade na província (especifique)</p> <p>05 Outra cidade fora da província (especifique)</p> <p>06 Outro (especifique)</p> <p>99 Nenhum</p>
<p>45. Para que lugares fora da zona costumam ir com mais frequência os membros do agregado? (mencione até 3)</p> <p> _ _ _ _____ </p> <p> _ _ _ _____ </p> <p> _ _ _ _____ </p> <p><i>Se 99 passe para questão 49.</i></p>	<p>01 Nampula</p> <p>02 Vila de Murrupula</p> <p>03 Outro local do distrito (especifique)</p> <p>04 Outra cidade na província (especifique)</p> <p>05 Outra cidade fora da província (especifique)</p> <p>06 Outro (especifique)</p> <p>99 Nenhum</p>
<p>46. Quem do agregado costuma viajar mais?</p> <p> _ _ _ </p>	<p>01 Chefe</p> <p>02 Esposa(o)</p> <p>03 Filhos/enteados</p> <p>04 Pais/sogros</p> <p>05 Irmãos</p> <p>06 Sobrinhos</p> <p>07 Netos</p> <p>08 Outros parentes</p> <p>09 Sem parentesco</p>
<p>47. Quanto tempo costuma ficar esse membro do agregado, quando viaja?</p> <p> _ _ _ </p>	<p>01 Menos de 1 dia</p> <p>02 Menos de 1 semana</p> <p>03 Menos de 1 mês</p> <p>04 Menos de 1 ano</p> <p>05 Mais de 1 ano</p>

48. Qual costuma ser a razão principal (aquela que acontece mais vezes) dessas viagens? _ _ _ _____		01 Pesca 02 Negócios (sem ser para pesca) 03 Visitas familiares 04 Compras 05 Saúde 06 Educação 98 Outro (especifique)
BENS E PADRÕES DE CONSUMO		
49. Que bens possui a família?	50. Possuía estes bens há 3 anos atrás?	
01 Possui 02 Não possui 03 Possui mas está estragado/avariado	01 Sim 02 Não 03 Já estava estragado/avariado	
Rádio _ _ _	_ _ _	
Aparelhagem _ _ _	_ _ _	
TV _ _ _	_ _ _	
Vídeo/VCD/DVD _ _ _	_ _ _	
Geleira _ _ _	_ _ _	
Congelador _ _ _	_ _ _	
Celular _ _ _	_ _ _	
Bicicleta _ _ _	_ _ _	
Motorizada _ _ _	_ _ _	
Carro _ _ _	_ _ _	
Cama (não esteira) _ _ _	_ _ _	
Mesa _ _ _	_ _ _	
Cadeiras _ _ _	_ _ _	
Talheres _ _ _	_ _ _	
Enxada _ _ _	_ _ _	
Catana _ _ _	_ _ _	
Machado _ _ _	_ _ _	

<p>51. Qual o material do telhado/cobertura da casa do agregado?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Palha/vegetação</p> <p>02 Chapa de zinco</p> <p>03 Telha</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>52. Qual era o material do telhado/cobertura da casa há 3 anos atrás?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Palha/vegetação</p> <p>02 Chapa de zinco</p> <p>03 Telha</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>53. Qual o material das paredes da casa do agregado?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Maticado</p> <p>02 Blocos</p> <p>03 Chapa</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>54. Qual era o material das paredes da casa do agregado há 3 anos atrás?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Maticado</p> <p>02 Blocos</p> <p>03 Chapa</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>55. Quantas divisões tem a casa do agregado?</p> <p> _ _ </p>	
<p>56. Quantas divisões tinha a casa do agregado há 3 anos atrás?</p> <p> _ _ </p>	
<p>57. A casa tem energia eléctrica? INCLUI GERADORES</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>58. Quanto gastou na <u>semana passada</u> nos seguintes artigos:</p> <p>Produtos alimentares _ . _ _ _ </p> <p>Produtos de limpeza _ . _ _ _ </p> <p>Roupa/vestuário _ . _ _ _ </p> <p>Produtos escolares _ . _ _ _ </p> <p>Medicamentos/consultas _ . _ _ _ </p> <p>Transporte _ . _ _ _ </p> <p>Outras despesas (especifique) _ . _ _ _ </p> <p> _____ </p>	

<p>59. Desde o ano passado, diga que produtos ou artigos sentiu que aumentaram mais de preço? (liste os três principais)</p> <p>1. _____ </p> <p>2. _____ </p> <p>3. _____ </p>																	
<p>60. Quanto pagava no ano passado, e quanto paga este ano por esses produtos ou artigos? (<i>diga na mesma ordem que colocou na questão acima</i>)</p> <table border="0"> <thead> <tr> <th></th> <th>Produto/quantidade</th> <th>valor ano passado</th> <th>valor este ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.</td> <td>_____ </td> <td>_ _ . _ _ _ _ Mt</td> <td>_ _ . _ _ _ _ Mt</td> </tr> <tr> <td>2.</td> <td>_____ </td> <td>_ _ . _ _ _ _ Mt</td> <td>_ _ . _ _ _ _ Mt</td> </tr> <tr> <td>3.</td> <td>_____ </td> <td>_ _ . _ _ _ _ Mt</td> <td>_ _ . _ _ _ _ Mt</td> </tr> </tbody> </table>		Produto/quantidade	valor ano passado	valor este ano	1.	_____	_ _ . _ _ _ _ Mt	_ _ . _ _ _ _ Mt	2.	_____	_ _ . _ _ _ _ Mt	_ _ . _ _ _ _ Mt	3.	_____	_ _ . _ _ _ _ Mt	_ _ . _ _ _ _ Mt	
	Produto/quantidade	valor ano passado	valor este ano														
1.	_____	_ _ . _ _ _ _ Mt	_ _ . _ _ _ _ Mt														
2.	_____	_ _ . _ _ _ _ Mt	_ _ . _ _ _ _ Mt														
3.	_____	_ _ . _ _ _ _ Mt	_ _ . _ _ _ _ Mt														
<p>61. Quais foram as categorias de despesas em que foram obrigados a cortar (deixar de comprar ou pagar menos) por causa do aumento dos preços?</p> <p>1. _ _ _ _____ </p> <p>2. _ _ _ _____ </p> <p>3. _ _ _ _____ </p>	<p>01 Produtos alimentares</p> <p>02 Produtos de limpeza</p> <p>03 Iluminação</p> <p>04 Água</p> <p>05 Roupa/vestuário</p> <p>06 Material escolar</p> <p>07 Medicamento/consultas</p> <p>08 Transporte</p> <p>98 Outro (especifique)</p> <p>99 Nenhuma</p>																
<p>62. O agregado pagou algum imposto no <u>último ano</u>?</p> <p> _ _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para a questão 64.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>																
<p>63. Quanto pagou o agregado de impostos, no <u>último ano</u>, nas seguintes categorias:</p> <p>Pessoal (para a totalidade do agregado) _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Bicicletas _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Comercial _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Agrícola _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ _ . _ _ _ _ </p>	<p>98 Não sabe</p> <p>99 Nenhum</p>																

<p>64. Que produtos trocou nas últimas duas semanas por outros produtos? __ __ (preencher apenas se não trocou produtos) <i>Se 99 passe para questão 65.</i></p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Produto entregue</td> <td style="width: 50%;">Produto recebido em troca</td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> </table>	Produto entregue	Produto recebido em troca	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	<p>99 Nenhum</p>
Produto entregue	Produto recebido em troca												
_____	_____												
_____	_____												
_____	_____												
_____	_____												
_____	_____												
ATIVIDADES DE RENDIMENTO NÃO AGRÍCOLAS													
<p>65. Quantos membros do agregado têm emprego com salário regular ou beneficiam de reforma? __ __ <i>Se 00 passe para questão 67.</i></p>													
<p>66. Qual a soma do rendimento mensal dos <u>salários</u> e <u>reformas</u> de todas as pessoas que possuem emprego com salário regular? __ __ </p>	<p>01 < 250MT 02 251MT a 500MT 03 501MT a 750MT 04 751MT a 1.000MT 05 1.001MT a 1.500.MT 06 1.501MT a 2.500MT 07 2.501MT a 5.000MT 08 > 5.000MT</p>												

<p>67. Que outras actividades de rendimento são levadas a cabo no agregado, e quanto rendeu no mês passado?</p> <p> _ _ _ (preencher apenas se não leva a cabo nenhuma outra actividade)</p> <p><i>Se 99 passe para questão 68.</i></p> <p>Artesanato _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Medicina tradicional _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Produção de carvão/lenha _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Fabrico/venda de bebidas _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Loja _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Banca _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Venda ambulante _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Construção _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Carpintaria _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Serralharia _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Electricista _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Pwati _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Ganho ganho _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ _ . _ _ _ _ _ </p>	<p>99 Nenhuma</p>
<p>68. Para além das actividades de rendimento, algum membro do agregado recebe assistência ou apoio monetário de alguém de fora do agregado?</p> <p> _ _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 70.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>69. De que pessoas/entidades recebe, e quanto recebe mensalmente?</p> <p>ONGs _ _ . _ _ _ _ _ Mt _ _ _ _ _____ </p> <p>INSS _ _ . _ _ _ _ _ Mt _ _ _ _ _____ </p> <p>Acção Social _ _ . _ _ _ _ _ Mt _ _ _ _ _____ </p> <p>Familiares de fora do agregado _ _ . _ _ _ _ _ Mt _ _ _ _ _____ </p> <p>Vizinhos/amigos _ _ . _ _ _ _ _ Mt _ _ _ _ </p> <p> _____ </p> <p>Outro _____ _ _ . _ _ _ _ _ Mt _ _ _ _ _____ </p>	<p>Se forem produtos escreva os seguintes códigos nas caixas ao lado:</p> <p>01 Roupa</p> <p>02 Comida</p> <p>03 Diversos</p> <p>98 Outros (especifique)</p>

<p>70. Algum membro do agregado participa de algum grupo de poupança/stique/ikirimo?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 73.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>71. De quanto em quanto tempo contribui para a poupança/stique/ikirimo?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Todos dias</p> <p>02 1 vez por semana</p> <p>03 De quinze em quinze dias</p> <p>04 1 vez por meses</p> <p>05 Irregularmente</p>
<p>72. Quanto gasta, em média na poupança/stique/ikirimo, de cada vez que contribui para a poupança?</p> <p> _ _ _ _ . _ _ _ _ </p>	
ACTIVIDADE AGRÍCOLA	
<p>73. A família possui machamba?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 78.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>74. Que método de fertilização usa normalmente na(s) sua(s) machambas?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Rotação/pousio</p> <p>02 Adubos naturais</p> <p>03 Fertilizantes</p> <p>98 Outro (especifique)</p> <p>99 Nenhum</p>
<p>75. Que mão de obra usa normalmente para cultivar os produtos na(s) sua(s) machamba(s)</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Membros do agregado</p> <p>02 Assalariados permanentes</p> <p>03 Contratados eventuais</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>76. Vendeu algum produto da última campanha?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 78.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>77. Quanto arrecadou na última campanha? (soma do arrecadado pela totalidade dos produtos vendidos)</p> <p> _ _ _ _ . _ _ _ _ </p>	

<p>78. A família cria animais?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 82.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>79. Quais os animais que o agregado cria? NÃO INCLUI BURRO, CÃO E GATO</p> <p>Galinhas _ _ </p> <p>Patos _ _ </p> <p>Cabritos _ _ </p> <p>Porcos _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p>	<p>01 Cria</p> <p>02 Não cria</p>
<p>80. No último ano vendeu animais?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 82.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>81. Quanto rendeu a última venda?</p> <p> _ _ _ . _ _ _ </p>	
PROPRIEDADE E RELACÕES INTRA-FAMILIARES	
<p>82. Como foi adquirida a machamba principal do agregado?</p> <p> _ _ _____ </p> <p><i>Se 01, 03 ou 06 passe para questão 85.</i></p>	<p>01 Não tem machamba</p> <p>02 Comprada</p> <p>03 Alugada</p> <p>04 herdada</p> <p>05 Doada</p> <p>06 Cedida</p> <p>07 Abriu sozinho</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>83. A quem pertence a machamba principal do agregado?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Ao homem</p> <p>02 À mulher</p> <p>03 Aos dois</p> <p>04 À família do homem</p> <p>05 À família da mulher</p> <p>06 A todos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>

<p>84. Em caso de morte do proprietário quem herda a machamba?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 A(o) esposa(o)</p> <p>02 Todos filhos</p> <p>03 Só as filhas</p> <p>04 Só os filhos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>85. Como foi adquirida a casa onde o agregado vive?</p> <p> _ _ _ _____ </p> <p><i>Se 02 ou 05 passe para questão 88.</i></p>	<p>01 Comprada</p> <p>02 Alugada</p> <p>03 Herdada</p> <p>04 Doadada</p> <p>05 Cedida</p> <p>06 Construiu sozinho</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>86. A quem pertence a casa onde vive o agregado?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Ao homem</p> <p>02 À mulher</p> <p>03 Aos dois</p> <p>04 À família do homem</p> <p>05 À família da mulher</p> <p>06 A todos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>87. Em caso de morte do proprietário quem herda a casa?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 A(o) esposa(o)</p> <p>02 Todos filhos</p> <p>03 Só as filhas</p> <p>04 Só os filhos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>88. Quem decide como é gasto o dinheiro que a família rende de todas as actividades remuneradas e apoios externos?</p> <p> _ _ _ </p>	<p>01 Chefe do agregado</p> <p>02 Esposa do chefe</p> <p>03 O casal</p> <p>04 Um homem adulto do agregado</p> <p>05 Uma mulher adulta da família</p> <p>05 Todo agregado</p> <p>06 Cada um decide o que fazer com o seu rendimento</p>

<p>94. Com que frequência usam esses serviços?</p> <p>Administração/Posto administrativo __ __ </p> <p>Agricultura (extensionistas) __ __ </p> <p>Acção social __ __ </p> <p>Registos e Notariado __ __ </p> <p>Polícia __ __ </p> <p>Tribunal __ __ </p> <p>Outro _____ __ __ </p>	<p>01 Pelo menos 1 vez por semana</p> <p>02 Pelo menos 1 vez por mês</p> <p>03 Pelo menos 1 vez por ano</p> <p>04 Menos de 1 vez por ano</p> <p>05 Quando precisa</p> <p>06 Nunca</p>
<p>95. Já ouviu falar dos '7 milhões' que o governo dá aos distritos para o seu desenvolvimento?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 98.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>96. Já alguma vez alguém do agregado concorreu para esses fundos?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 98.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>97. Em que área aplicaram esse financiamento?</p> <p> __ __ </p>	<p>01 Produção agrícola</p> <p>02 Comércio</p> <p>03 Educação</p> <p>04 Saúde</p> <p>08 Outra (especifique)</p>
<p>98. Algum membro do agregado faz parte de alguma associação?</p> <p> __ __ Homens __ __ Mulheres</p> <p><i>Se ambos 02 passe para questão 100.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>99. A que tipo de associação pertencem?</p> <p> _____ Homens</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p> <p> _____ Mulheres</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p>	

<p>100. Comparando com a situação da família há 3 anos atrás, como avalia a situação da família hoje?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Melhorou</p> <p>02 Manteve-se</p> <p>03 Piorou</p>
<p>101. Explique porquê</p> <p> _____ </p>	
<p>102. Comparando com a situação da comunidade há 3 anos atrás, como avalia a situação da comunidade hoje?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 04 passe para questão 105.</i></p>	<p>01 Melhorou</p> <p>02 Manteve-se</p> <p>03 Piorou</p> <p>04 Não vivia na comunidade</p>
<p>103. Explique porquê</p> <p> _____ </p>	
<p>104. Em que áreas mais sentiu mudança (indique as três principais)</p> <p>ESPECIFIQUE O QUE MUDOU EM CADA UMA DAS ÁREAS</p> <p>1. _ _ _____ </p> <p>2. _ _ _____ </p> <p>3. _ _ _____ </p>	<p>01 Produção agrícola</p> <p>02 Comércio</p> <p>03 Educação</p> <p>04 Saúde</p> <p>08 Outra (especifique)</p> <p>99 Nenhuma</p>
<p>105. Como espera que a situação da família esteja daqui a 3 anos?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Melhorará</p> <p>02 Manter-se-á</p> <p>03 Piorará</p>
<p>106. Explique porquê</p> <p> _____ </p>	
<p>107. Como espera que a situação da comunidade esteja daqui a 3 anos?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Melhorará</p> <p>02 Manter-se-á</p> <p>03 Piorará</p>
<p>108. Explique porquê</p> <p> _____ </p>	
<p>Hora de Término _ _ : _ _ </p>	

Bibliografia

- Appadurai, Arjun (1986). *The Social Life of Things. Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Arndt, Channing, M. Barslund and J. Sulemane (2004). *Seasonality in Calorie Consumption: Evidence from Mozambique*. Maputo: Ministry of Planning and Development.
- Arndt, Channing, Sam Jones, et al. (2009). *Aid and Growth. Have We Gone Full Circle? Discussion Paper No. 2009/05*. Helsinki: UNU-WIDER.
- Bourdieu, Pierre (1990). *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.
- Canguara, Benedito, M. Azhar Hussain, et al. (2009). *Trends in Agriculture Producers' Income in Rural Mozambique*. Unpublished paper. Maputo, Mozambique.
- Chiconela, Jacinto (2004). *Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique. Uma Análise Baseada no Inquerito aos Agregados Familiares 2002-2003*. Maputo: Ministry of Planning and Development.
- Christie, Frances and Joseph Hanlon (2001). *Mozambique and the Great Flood 2000*. Oxford: James Curry Publishers.
- CPRC (2009). *The Chronic Poverty Report 2008-09. Escaping Poverty Traps*. Manchester: Institute for Development Policy and Management, The Chronic Poverty Research Centre.
- Cruzeiro do Sul (2007). *Análise Multidimensional da Pobreza em Três Aldeias do Norte de Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul.
- DfID (2005). *Reducing Poverty by Tackling Exclusion. A DfID Policy Paper*. London: Department for International Development.
- DNPO (2002). *Mapeamento da Pobreza em Moçambique: Desagregação das Estimativas da Pobreza e Desigualdade aos Níveis de Distrito e Posto Administrativo*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção do Plano e Orçamento.
- DNPO (2004). *Poverty and Well-Being in Mozambique: The Second National Assessment*. Maputo: Ministry of Planning and Finance.
- Easterly, William Russel (2006). *The White Man's Burden: Why the West's efforts to aid the rest have done so much ill and so little good*. New York: Penguin Press.
- Edelman, Marc and A. Haugerud (2005). *The Anthropology of Development and Globalization. From Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism*. Malden MA: Blackwell Publishing.
- Elbers, Chris et al. (2004). *On the Unequal Inequality of Poor Communities*. Washington D.C.: World Bank.
- Espling, Margareta (1999). *Women's Livelihood Strategies in Processes of Change: Cases from Urban Mozambique*. Gothenburg, Sweden: University of Göteborg, Dept. of Geography.
- Fox, L., E. Bardasi, K. van den Broeck (2005). *"Poverty in Mozambique. Unraveling Changes and Determinants"*. *Poverty Background Paper to the Country Economic Memorandum 2005*. Washington, D.C.: World Bank.
- Francisco, António A. da Silva and Margarida Paulo (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul.
- GdDdM (2009). *Plano Económico e Social e Orçamento Distrital 2009 (PESOD)*. Murrupula, Mozambique: Governo do Distrito de Murrupula.
- GdDdM (2009). *Balanço do Quinquénio 2005-2009 do Governo do Distrito de Murrupula*. Murrupula, Mozambique: Governo do Distrito de Murrupula.
- GdM (2003). *Agenda 2025. Visão e Estratégias da Nação*. Maputo: Governo de Moçambique, Comité de Conselheiros.
- GdM (2005a). *Government's Five year Programme for the Period 2005-2009*. Maputo: Government of Mozambique.
- GdM (2005b). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006-2009 (PARPA II)*. Maputo: Governo de Moçambique, Ministério do Planeamento e Cooperação.
- Hanlon, Joseph (2007). *Is Poverty Decreasing in Mozambique?* Paper presented at the inaugural conference of the Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Maputo, Mozambique.

- Hanlon, Joseph and Teresa Smart (2008). *Do Bicycles Equal Development in Mozambique?* Woodbridge, Suffolk: James Currey.
- INE (2003). *Características Sócio-Económicas das Comunidades Rurais em Moçambique, 2002/3*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004). *Inquerito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/03. Relatório Final*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006). *Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB 2004/05)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2009). *Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) 2008*. Maputo, Mozambique: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2009). *Recenseamento Geral de População e Habitação 2007*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística
- INE (2006). *Trabalhos de Inquéritos Agrícolas (TIA)* Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Isaacman, Allen and Jean Hay (1997). *Cotton is the Mother of Poverty. Peasants, Work and Rural Struggle in Colonial Mozambique, 1938-1961*. Portsmouth, NH: Heinemann.
- Isaacman, Allen and Barbara Isaacman (1983). *Mozambique. From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- James, Robert C., A. Channing and K. Simler (2005). *Has Economic Growth in Mozambique been Pro-Poor?* Maputo: Ministry of Planning and Finance.
- Kanbur, Ravi and P. Schaffer (2007). "Epistemology, Normative Theory and Poverty Analysis. Implications for Q-Squared in Practise." In: *World Development* Vol. 35(2) pp.183-196.
- Kelly, Brendan (2009). *Trends in Child Poverty in Mozambique. A Deprivation-Based Approach*. Unpublished paper. Maputo, Mozambique.
- Lewis, David and Nazneen Kanji (2009). *Non-governmental Organisations and Development* London: Routledge.
- MAE (2005). *Perfil do Distrito do Murrupula, Província de Nampula*. Maputo: Ministério da Administração Estatal.
- Maximiano, N., C. Arndt and K.R. Simler (2005). *Qual foi a dinâmica dos determinantes da pobreza em Moçambique?* Maputo: Ministério do Planificação e Desenvolvimento.
- MISAU (2005). *Moçambique. Inquérito Demográfico e de Saúde 2003*. Maputo: Ministério de Saúde.
- Moyo, Dambisa (2009). *Dead aid : why aid is not working and how there is another way for Africa* London: Allan Lane.
- MPD (2009). *Relatório Balanço da Implementação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local 2006-2008*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- MPD (2009). *Relatório de Avaliação do Impacto do PARPA II, 2006-2009 (RAI)*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- Newitt, Malyn (1995). *A History of Mozambique*. Indiana: Indiana University Press.
- Nordstrom, Carolyn (1997). *A Different Kind of War Story*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Norton, Roger (2004). *Visão e Estratégias de Desenvolvimento a Longo Prazo e Suas Implicações no Alívio à Pobreza: O Caso de Moçambique*. Atlanta, Georgia: The Carter Centre.
- OECD/DAC (2010). Aid Statistics www.oecd.org/dac/stats. Paris: OECD Development Assistance Committee.
- Orre, Aslak, S.C. Forquilha and E. Gonçalves (2009). 'An Initiative Condemned to Success'. *The Seven Million Meticals Investment Fund in Mozambique*. Unpublished Report. Bergen, Norway: Chr. Michelsen Institute
- Ortner, Sherry (2006). *Anthropology and Social Theory. Culture, Power and the Acting Subject*. Los Angeles: UCLA University Press.
- PAP (2009). *Joint Review: Análise da Pobreza e Sistemas de Monitoria*. Maputo: Programme Aid Partners: (<http://www.pap.org.mz>)
- Paulo, Margarida, Carmeliza Rosário, et al. (2007). 'Xiculungo'. *Social Relations of Urban Poverty in Maputo, Mozambique*. CMI Report 2007:13 Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Petty, Celia, K. Selvester, J. Seaman and J. Acidri (2004). *Mozambique Assessment. The Impact of HIV-AIDS on Household Economy.*: UK Save the Children Fund.

- RdM (2005). *Legislação sobre os Órgãos Locais do Estado (Lei No. 8/2003 e o Decreto No. 11/2005)*. Maputo: República de Moçambique.
- Renzio, Paolo de and Joseph Hanlon (2009). "Mozambique: Contested Sovereignty? The Dilemmas of Aid Dependence". In: L. Whitfield (ed.) *The Politics of Aid. African Strategies for Dealing with Donors*. Oxford: Oxford University Press.
- Roque, Sandra (2009). *Revisão de Literatura sobre os Determinantes da Vulnerabilidade e Tendências da Pobreza*. Maputo: Department for International Development.
- Rosário, Carmeliza, Inge Tvedten, et al. (2008). 'Mucupuki'. *Social Relations of Rural-Urban Poverty in Central Mozambique*. CMI Report 2008:14. Bergen, Norway: Chr. Michelsen Institute.
- Sachs, Jeffery (2005). *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time* New York: Penguin Books.
- Sheldon, Kathleen E. (2002). *Pounders of Grain: A History of Women, Work and Politics in Mozambique*. Portsmouth: N.H.: Heinemann.
- Simler, K.R., and V. Nhate (2005). *Poverty, Inequality and Geographic Targeting. Evidence from Small-Area Estimates in Mozambique*. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.
- Tvedten, Inge, Margarida Paulo, et al. (2008). *Gender Policies and Feminisation of Poverty in Mozambique*. CMI Report 2008:13. Bergen, Norway: Chr. Michelsen Institute.
- Tvedten, Inge, Margarida Paulo, et al. (2006). 'Opitanha'. *Social Relations of Rural Poverty in Northern Mozambique*. CMI Report 2006:16. Bergen, Norway: Chr. Michelsen Institute.
- Tvedten, Inge, Margraida Paulo, et al. (2009). *Monitoring and Evaluating Mozambique's Poverty Reduction Strategy PARPA 2006-2008. A Synopsis of Three Qualitative Studies on Rural and Urban Poverty*. CMI Report 2009:5. Bergen, Norway: Chr. Michelsen Institute.
- Tvedten, Inge, Margarida Paulo, et al. (2009). 'If men and women were equal, we would all simply be people'. *Gender and Poverty in Northern Mozambique*. CMI Report 2009:14. Bergen, Norway: Chr. Michelsen Institute.
- UNDP (2007). *National Human Development Report 2007, Mozambique: Challenges and Opportunities. The Response to HIV and AIDS*. Maputo: United Nations Development Programme.
- UNDP (2009). *2008 Mozambique Report on the Millennium Development Goals*. Maputo: UNDP.
- UNDP (2009). *Human Development Report 2009: Overcoming Barriers: Human Mobility and Development*. New York: United Nations Development Programme.
- UNICEF (2006). *Childhood Poverty in Mozambique. A Situation and Trends Analysis*. Maputo: UNICEF.
- Virtanen, Pekka and Dag Ehrenpreis (2007). *Growth, Poverty and Inequality in Mozambique* Brasilia: The International Poverty Center (IPC – UNDP).
- Waterhouse, Rachel (2009). *Vulnerability in Mozambique: Patterns, Trends and Responses*, II Conferência do IESE "Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique". Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Whitfield, Lindsay (ed.) (2009). *The Politics of Aid : African Strategies for Dealing with Donors* Oxford: Oxford University Press.
- World Bank (2007). *Beating the Odds: Sustaining Inclusion in a Growing Economy. A Mozambique Poverty, Gender and Social Assessment* Washington D.C: The World Bank.

RELATÓRIOS CMI

Esta série pode ser encomendada a:

Chr. Michelsen Institute

P.O. Box 6033 Postterminalen,

N-5892 Bergen, Norway

Tel: + 47 47 93 80 00

Fax: + 47 47 93 80 01

E-mail: cmi@cmi.no

www.cmi.no

Preço: NOK 50

Versão impressa: ISBN 978-82-8062-390-4

Versão electrónica: ISBN 978-82-8062-391-1

Este relatório está também disponível em:

www.cmi.no/publications

TERMOS INDEXADOS

Moçambique

Pobreza

Este relatório é parte de um exercício amplo de monitoramento e avaliação da estratégia de redução de pobreza de Moçambique, com foco em três distritos e usando dados qualitativos e quantitativos. No relatório, são analisadas a constituição e as dinâmicas de pobreza e bem-estar no distrito rural de Murrupula, na provincial de Nampula. O estudo foi realizado através de novas visitas a 4 comunidades locais e um total de 120 agregados familiares, 3 anos após nossa visita inicial em 2006. Ainda que hajam alguns avanços em temas de governação local, infraestrutura física e opções de mercados agrícolas, essas melhorias beneficiaram os que já se encontravam em melhor situação e tiveram poucas implicações para os mais pobres.